

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

NICOLÁS JESÚS RAMÍREZ TORRES

GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO

URBANO SUSTENTÁVEL:

Políticas Públicas para o incremento do Turismo em Curitiba

CURITIBA

2007

NICOLÁS JESÚS RAMÍREZ TORRES

**GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO
URBANO SUSTENTÁVEL:**

Políticas Públicas para o incremento do Turismo em Curitiba

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Gestão
Urbana, Programa de Pós-Graduação em
Gestão Urbana, Centro de Ciências Exatas e de
Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Tossiaki Oba.

CURITIBA

2007

R173g
2007

Ramírez Torres, Nicolás Jesús

Gestão do patrimônio histórico e desenvolvimento urbano sustentável :
políticas públicas para o incremento do turismo em Curitiba / Nicolás Jesús
Ramírez Torres ; orientador, Leonardo Tossiaki Oba. – 2007.

xiii, 114, [20] f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2007

Inclui bibliografia

1. Patrimônio histórico - Proteção - Curitiba. 2. Turismo cultural - Curitiba.
3. Administração local - Curitiba. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Oba,
Leonardo Tossiaki. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 21. ed. – 363.69098162
338.47918162

NICOLÁS JESÚS RAMÍREZ TORRES

**GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO
URBANO SUSTENTÁVEL:**

Políticas Públicas para o incremento do Turismo em Curitiba

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Gestão
Urbana, Programa de Pós-Graduação em
Gestão Urbana, Centro de Ciências Exatas e de
Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do
Paraná.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Tossiaki Oba
Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Prof. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt
Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Prof. Dr. Harry Alberto Bollmann
Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara
Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2007.

À Andrezza pela paciência e compreensão mostrada ao longo desta etapa, guardando dias e noites ao meu lado como esposa, companheira e mulher.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Leonardo Tossiaki Oba, pelas orientações e sugestões dadas ao longo deste estudo, sem dúvida é um verdadeiro “SENSEI” na docência e na pesquisa da gestão urbana;

Aos colegas do UnicenP, pelo apoio irrestrito durante o cumprimento dos créditos e o incentivo à finalização desta etapa do mestrado;

Aos Professores da Banca de Qualificação, certamente suas orientações tiveram efeito no encaminhamento e finalização deste trabalho;

Aos Professores e Colegas do PPGTU – PUCPR, pelos dias de aprendizado e apoio mostrados a minha pessoa;

À Professora Maria Ignez Marins, pela assistência a mim prestada na viabilização do auxílio financeiro dentro da PUCPR;

À equipe técnica do CEAP no UnicenP, pelo auxílio na digitalização e aperfeiçoamento das imagens e arquivos;

À minha família em Lima – Peru, que mesmo à distância souberam incentivar e motivar para chegar ao fim desta etapa;

A Todos, meu muito obrigado.

*O saber a gente aprende com os mestres
e com os livros.*

*A sabedoria se aprende é com a vida
e com os humildes.*

Cora Coralina

RESUMO

A diversidade cultural e a extensão territorial do Brasil faz com que o Patrimônio Histórico localizado nos meios urbanos seja variado e em muitos casos numeroso. Uma correta conservação e valorização destes elementos, sem dúvida, contribuirá para a preservação da memória local e para a legibilidade da sua evolução histórica. Entende-se que o Patrimônio Histórico de uma cidade deva ser preservado e assimilado pela sua comunidade prevendo ainda, ações que possam torná-lo sustentável e atraente. Algumas cidades vêm desenvolvendo o turismo, não só como uma alternativa para geração de renda, mas como motivador da valorização e preservação dos seus patrimônios, fazendo com que sua cultura seja divulgada em outros destinos. A presente dissertação trata da gestão do Patrimônio Histórico em Curitiba, considerando esta como destino turístico, através das Políticas Públicas que valorizem e preservem estes recursos outorgando aos mesmos um novo uso por meio da atividade turística. A base da dissertação é a Política de Preservação do Setor Histórico de Curitiba, publicada em agosto de 1970. As análises realizadas envolveram as políticas orientadas à preservação dos patrimônios, elaboradas no período de 1970 a 2004; com objetivo de validar a hipótese, foram usadas também as pesquisas de demanda de turismo de Curitiba, no período de 1990 a 2005. O processo metodológico está baseado na pesquisa bibliográfica e no estudo de caso. Como resultado do estudo tem-se o detalhamento das políticas públicas de preservação dos patrimônios, assim como as diretrizes que sustentam estas ações em Curitiba. As conclusões também apresentam diretrizes complementares para a gestão do patrimônio e do turismo, podendo contribuir assim para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Palavras-chave: Curitiba. Desenvolvimento Sustentável. Gestão de Destinos Turísticos. Gestão Urbana. Patrimônio Histórico. Políticas Públicas. Turismo.

RESUMEN

La diversidad cultural y la extensión territorial de Brasil hace con que el Patrimonio Histórico localizado en las ciudades, sea variado en sus tipos y en muchos casos numeroso. Una correcta conservación y valorización de estos elementos, sin duda, contribuirán para la preservación de su memoria local y para la legitimidad de su evolución histórica. Se entiende que el Patrimonio Histórico de una ciudad debe ser preservado y asimilado por su comunidad calculando las acciones que puedan transformarlo en algo sostenible y atractivo. Algunas ciudades están desarrollando el turismo, no solo como una alternativa para generación de renta, sino como motivador de la valorización y preservación de sus patrimonios, haciendo con que su cultura sea divulgada en otros destinos. Este estudio trata de la gestión del Patrimonio Histórico en Curitiba, llevando en consideración que la ciudad es un destino turístico, por medio de las Políticas Públicas que valoricen y preserven estos recursos dándoles un nuevo uso a través de la actividad turística. La base del estudio es la Política de Preservación del Sector Histórico de Curitiba publicada en agosto de 1970. Los análisis realizados involucran las políticas direccionadas a la preservación del patrimonio elaboradas en el periodo de 1970 a 2004; con el objetivo de confirmar la hipótesis, se usaron también los estudios de demanda de turismo de Curitiba, realizados de 1990 a 2005. El proceso metodológico está sustentado en una investigación de tipo bibliográfica y en el estudio de caso. Como resultado del estudio se llega al detallamiento de las políticas públicas de preservación de los patrimonios, así como las directrices que aseguran estas acciones en Curitiba. En la conclusión también son presentadas las directrices complementares para la gestión del patrimonio y del turismo, siendo posible contribuir así para el desarrollo sostenible de las ciudades.

Palabras clave: Curitiba. Desarrollo Sostenible. Gestión de Destinos Turísticos. Gestión Urbana. Patrimonio Histórico. Políticas Públicas. Turismo.

ABSTRACT

The cultural diversity and the territorial extension of Brazil allows that Historical Heritage situated in urban areas becomes diversificated and in many cases numerous. A correct conservation and valuation of these elements, certainly, will contribute with the preservation of the local memory and the legibility of its historical evolution. It is understood that the Historical Heritage of a city must be preserved and assimilated by its community foreseeing, actions that can become it sustainable and attractive. Some cities have been developing the tourism, not only as an alternative for income generation, but as motivator of the valuation and preservation of its patrimonies, turning their culture more divulged in other destinations. The present dissertation deals with the management of the Historical site in Curitiba, considering this as tourist destination by Public Politics that value and preserve these resources granting to them a new use through tourism activity. The base of the thesis is the Preservation of the Historical Sector of Curitiba Politics, published in August, 1970. The analyses involved the politics guided to the preservation of the patrimonies, elaborated in the period of 1970 to 2004; with objective to validate the hypothesis, the research of demand of tourism of Curitiba had been used also, in the period of 1990 the 2005. The methodological process is based on the bibliographical research and case study. As result of the study public politics this study details the preservation of the heritage, as well as the direction lines that support these actions in Curitiba. The conclusions also present complementary lines for heritage and tourism management, that can also contribute for cities sustainable development.

Keywords: Curitiba. Historic Heritage. Public Policies. Sustainable Development. Tourism Destinations Management. Tourism. Urban Management.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Setor Hoteleiro de Curitiba, 1986 – 2005.	104
Gráfico 2 - Demanda de Turistas em Curitiba, 1990 – 2005.	106
Gráfico 3 – Motivo da Viagem a Curitiba, 1990 – 2005.	107
Gráfico 4 - Fator de Indução à Visitação em Curitiba, 1990 – 2000.	109
Gráfico 5 - Definição de Cidade de Curitiba, 2001 – 2005.	110

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo de Sistema Turístico.....	34
Figura 2 – Modelo do Sistema de Turismo - Sistur	54
Figura 3 – Planta de Curitiba 1863.....	66
Figura 4 – Planta de Curitiba 1894.....	67
Figura 5 – Hotel Roma, Hotel Tassi e a Estação Ferroviária.....	68
Figura 6 – Grande Hotel na Rua XV com Rua da Liberdade em 1908.....	68
Figura 7 – Planta de Curitiba 1937.....	69
Figura 8 – Áreas de preservação da cidade de Curitiba.....	70
Figura 9 – Plano Agache, 1940	76
Figura 10 – Praça Generoso Marques – Projeto Cores da Cidade.	83
Figura 11 – Centro da Cidade de Curitiba, 1972	89
Figura 12 – Largo da Ordem e Rua José Bonifácio em 1915.....	90
Figura 13 – Foto aérea – implantação Travessa Nestor de Castro.	92
Figura 14 – Feira do Largo da Ordem.	95
Figura 15 – Mapa da Feira do Largo da Ordem.	96
Figura 16 – Conjunto das Arcadas de São Francisco – Feira do Largo.....	97
Figura 17 – Cidade de Curitiba – Pontos Turísticos	102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO URBANO: O TURISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS	19
2. 1 PATRIMÔNIO – CONCEITOS E DEFINIÇÕES	19
2.1.1 Cultura	19
2.1.2 Memória	24
2.1.3 Patrimônio	25
2.1.3.1 Patrimônio no Brasil	29
3 A CIDADE E O TURISMO – CONCEITOS E RELAÇÕES	32
3.1 Turismo - Definições.....	32
3.2 Desenvolvimento do Turismo	37
3.3 A Importância do Turismo para as Cidades	41
4 GESTÃO URBANA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	48
4.1 A Gestão Municipal Urbana.....	50
4.2 Gestão dos Destinos Turísticos.....	54
4.3 Desenvolvimento Sustentável	57
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
6 CIDADE DE CURITIBA.....	65
6.1 Formação Urbana de Curitiba	65
6.2 Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio Histórico	73
7 O TURISMO E O SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA.....	88
7.1 Análise do Plano de Revitalização do Setor Histórico	88
7.2 Curitiba: Turismo e Atrativos Turísticos.....	100
7.3 Estudos de Demanda Turística em Curitiba: 1990 - 2005	103
8 CONCLUSÃO	114

REFERÊNCIAS.....	128
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	139
APÊNDICE 1 – PONTOS TURÍSTICOS DA CIDADE DE CURITIBA	140
APÊNDICE 2 – DIRETRIZES E PROBLEMA DA DISSERTAÇÃO.....	142
APÊNDICE 3 – ÁREA DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA	144
APÊNDICE 4 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA – PATRIMÔNIO E BENS CULTURAIS.....	146

1 INTRODUÇÃO

Os traços marcantes na gestão urbana de Curitiba são as inovações desenvolvidas nas áreas de transporte, educação, zoneamento urbano e saneamento ambiental entre outros. Desde o primeiro Plano Diretor – Plano Agache de 1943 – até a última adaptação feita em 2004, as atividades relacionadas com a memória da cidade tiveram diversas intervenções, cujo marco fundamental data do início da década de 1970.

A gestão do patrimônio histórico de Curitiba teve como primeira ação específica, a elaboração do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba. Este plano foi organizado e desenvolvido pelo recém criado Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, tradicionalmente chamado como IPPUC. Deste estudo participaram arquitetos, sociólogos, economistas e outros técnicos disponibilizados pelos diversos órgãos públicos para desenvolvê-lo.¹

Em função desse estudo, surgiram ações planejadas ao longo das décadas seguintes. Atualmente, o Setor Histórico de Curitiba, serve como local de encontro da sociedade curitibana, principalmente aos domingos, onde acontece a tradicional feira de artesanato do Largo da Ordem. Este evento é resultado de uma das ações propostas no plano, as quais iriam promover o desenvolvimento do turismo naquela região, usufruindo para tal, do potencial existente nos prédios e edifícios próximos, sendo estes considerados, a partir daquela época, como patrimônio histórico e arquitetônico da cidade.

As ações visando a integração da atividade turística ao patrimônio da cidade, teve início, não nos anos setenta, mas sim nas décadas de 1980 e 1990. As primeiras intervenções estão relacionadas à criação de áreas de lazer voltadas para os próprios moradores, os curitibanos. No entanto devido ao impacto destes equipamentos é que pouco a pouco foram se transformando em áreas de visitação turística.

¹ A equipe foi coordenada pelo arquiteto Cyro Illydio Corrêa de Oliveira Lyra, Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR.

Os grandes avanços do setor turístico na capital vieram, a partir de 1992, com o aumento das áreas verdes e, com a implantação de equipamentos de lazer em meio às celebrações dos trezentos anos de fundação de Curitiba. A cidade expandiu suas fronteiras, tornando-se um destino turístico devido às ações de preservação e revitalização do seu meio ambiente natural e urbano.

Outro acontecimento que promoveu o crescimento do turismo em Curitiba se deu através da expansão do setor industrial e de serviços, tanto na Cidade Industrial como na Região Metropolitana, ocasionando o crescimento da oferta de hotéis de rede local, nacional e até internacional. Com o aumento deste mercado, o segmento de eventos e negócios tornou-se o carro chefe do turismo na capital, desbancando inclusive a visitação em busca da harmonia cidade-ecologia.

Na visão do autor, o patrimônio histórico de Curitiba teria potencialidade suficiente para motivar o turismo cultural na cidade. Porém, não vem sendo conservado nem preservado de forma a representar verdadeiramente, os seus traços culturais e históricos. A gestão deste tipo de patrimônio deveria ser orientada através de políticas de desenvolvimento sustentável, as quais pudessem organizar e estruturar ações concretas de continuidade, utilização e divulgação da mesma.

Sendo assim, entende-se que, a gestão urbana poder-se-ia tornar uma ferramenta essencial para conseguir promover e resguardar a cultura e o patrimônio histórico arquitetônico da cidade. Uma correta gestão de cidades envolve a participação permanente dos seus cidadãos incentivando a descentralização do setor público viabilizando assim a integração da sociedade com o governo local.

Ao mesmo tempo, as atividades de turismo relacionadas ao município permitiriam desenvolver ações e promover atrativos vinculados às potencialidades que a localidade tem no seu espaço. Neste caso, o patrimônio histórico seria direcionado para motivar a vinda de turistas, minimizando assim os prováveis problemas com a sazonalidade que esta atividade possa gerar.

Em vista disso, é que o presente estudo trata da gestão do patrimônio histórico e desenvolvimento urbano sustentável, baseado nas políticas públicas orientadas para o incremento do turismo em Curitiba. O principal documento de referência da pesquisa é o Plano de Revitalização do Setor Histórico

de Curitiba, publicado no mês de agosto de 1970 e suas repercussões subseqüentes.

Compreende-se que, com a existência de políticas públicas que orientem à valorização do patrimônio e do legado cultural existente, a apropriação destes acervos por parte da população, seria ainda mais rápida e efetiva. Entende-se também que, como consequência da valorização e preservação dos patrimônios, é possível utilizar estes recursos como motivadores para o desenvolvimento da atividade turística nas cidades, fazendo com que a cultura local seja divulgada em outros destinos.

Dever-se-ia entender também que, a importância do patrimônio histórico como suporte à preservação da memória coletiva é base importante para a sustentabilidade social, já que a permanência e o correto uso da memória, seja ele material ou não, cria condições favoráveis e apoios permanentes para que as comunidades possam sustentar suas ações futuras. Acredita-se ainda que, a sustentabilidade social também é criada através da valorização do patrimônio e da cultura local (BALLART, 1997).

O pressuposto adotado neste estudo é que embora existam políticas públicas orientadas à preservação do patrimônio histórico em Curitiba, implementadas a partir de 1970, estas não seriam direcionadas à valorização e utilização destes elementos como incentivadores do turismo local nem da preservação da memória da cidade.

Em função do acima exposto o problema delimitado questiona quais são as diretrizes utilizadas para formatação de políticas públicas que valorizem a preservação do patrimônio histórico de Curitiba, e que incentivem o turismo, propiciando um desenvolvimento econômico e social em razão desta atividade?

É possível conceber que estas políticas estejam orientadas a outorgar valor às edificações consideradas como patrimônio da cidade; ao mesmo tempo, existiriam incentivos legais que motivassem a preservação do Setor Histórico, considerando que esta possuiria atratividade para a atividade turística.

Portanto, para iniciar o desenvolvimento do estudo, delimitou-se como objetivo geral, identificar as diretrizes das políticas públicas orientadas para a

valorização do patrimônio histórico de Curitiba, e sua repercussão no turismo do destino Curitiba.

Os objetivos específicos delimitados com o fim de somar informações para realização do objetivo geral são:

- Desenvolver um raciocínio teórico-reflexivo através de temas relacionados à cidade, cultura e patrimônio entre outros assuntos, que permitam construir uma base conceitual a fim de realizar as análises posteriores da pesquisa;
- Identificar e descrever as políticas públicas da cidade voltadas à preservação, valorização e utilização dos patrimônios históricos, no período de 1970 até 2004, principalmente aquelas direcionadas ao Setor Histórico de Curitiba;
- Apresentar e analisar dados estatísticos que mostrem a evolução da atividade turística em Curitiba, principalmente a incentivada pelo patrimônio local;
- Analisar se as mudanças, ocorridas no mercado turístico e na própria atividade turística, são resultado das gestões e políticas municipais direcionadas à preservação do patrimônio histórico do centro de Curitiba;
- Propor diretrizes de desenvolvimento sustentável, direcionadas à valorização do patrimônio das cidades.

Os métodos de pesquisa e coleta de dados serão apresentados logo após a construção do referencial teórico. O conteúdo do trabalho, por sua vez, se encontra dividido em oito capítulos.

O primeiro capítulo apresenta os componentes do tema de estudo, a temática da pesquisa e os motivos que a consideram relevante para a gestão urbana e do turismo. Logo depois é posicionado o problema e a hipótese que norteiam a dissertação, assim como os objetivos delimitados para solucionar os questionamentos da mesma.

O segundo, terceiro e quarto capítulos da dissertação, formatam o raciocínio teórico do estudo, através das relações existentes nos conceitos de cultura, memória, patrimônio e patrimônio do Brasil. Ao mesmo tempo, esta discussão teórica é constituída pelas relações do meio urbano com a atividade turística, assim como pela gestão urbana municipal e a dos destinos turísticos, sendo estas duas, fundamentadas pelos conceitos de desenvolvimento sustentável.

No quinto capítulo estão descritos os processos metodológicos da pesquisa, dando início ao estudo de caso das políticas de Curitiba. O sexto capítulo relata a formação urbana da capital paranaense destacando imagens do século XIX, para um melhor posicionamento do leitor, assim como as políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio da cidade.

O sétimo capítulo analisa o Plano de Revitalização do Setor Histórico de 1970, apresentando logo depois os atrativos turísticos que a cidade possui e, finalmente é realizada a análise dos estudos de demanda de Curitiba de 1990 a 2005.

Finalmente, no oitavo capítulo do estudo, são apresentadas as conclusões da dissertação, sustentadas no raciocínio teórico e nas análises das pesquisas realizadas. É parte também deste último capítulo, a validação da hipótese, do problema e o cumprimento dos objetivos traçados no início, sendo um desses a apresentação das diretrizes de formação das políticas públicas do município, relacionadas à preservação do patrimônio; assim como algumas propostas voltadas a este âmbito urbano. As problemáticas da pesquisa, somadas, aos possíveis caminhos que esta dissertação possa ter no futuro, são comentadas ao final do trabalho.

2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO URBANO: O TURISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS

Os tópicos aqui descritos estão constituídos com o propósito de elaborar um quadro teórico para fundamentar e poder desenvolver a temática proposta nesta pesquisa. A base conceitual do patrimônio, cultura e memória somam-se aos conceitos e relações que a cidade e o turismo têm, como elementos de constante intercâmbio no meio urbano, assim como as de gestão urbana de destino turísticos e de desenvolvimento sustentável.

2. 1 PATRIMÔNIO – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

As definições e conceitos desta primeira parte são essenciais para o desenvolvimento do estudo proposto, sendo fundamental também para a validação das hipóteses apresentadas. No entanto, o conceito de Patrimônio Histórico está intimamente associado à idéia de Cultura e de Memória. E por esta razão esta primeira etapa irá estudar e discutir inicialmente os conceitos de Cultura e de Memória como tema introdutório à conceituação do Patrimônio Histórico.

2.1.1 Cultura

Quando se ouve a respeito dos centros históricos urbanos, remonta-se automaticamente às questões culturais e aos elementos que neste espaço existem e que representam uma parte da sua história.

A maioria das cidades de um certo tamanho e idade, possuem um espaço, uma área ou região denominada usualmente como **setor histórico**². É possível afirmar que a relação entre a cultura e o patrimônio se estabelece e fica visível para o morador a partir do momento em que ele sente a necessidade de conhecer suas origens, a formação social do seu entorno, traduzidas nas características próprias do seu espaço e dos seus habitantes.

No caso do visitante, a motivação reside no interesse por vestígios patrimoniais, edificações históricas, obras artísticas usos e costumes entre outros elementos e valores intangíveis. O interesse neste caso tem mais o sentido de aprender as manifestações genuínas da cultura local ou verificar as formas peculiares com que os valores disseminados pelos grandes centros repercutiram localmente (transculturação).

A Cultura e o Patrimônio são, portanto, dois conceitos fundamentais para a sustentação das cidades e objeto de discussões para os estudiosos e gestores urbanos ao longo da história.

A maneira de iniciar o raciocínio teórico desta etapa é válido fazer menção à compreensão empírica da palavra cultura, sendo esta proveniente do mesmo substantivo em latim. O termo tem diversas interpretações, desde a relacionada às questões agrícolas como as orientadas para a antropologia, filosofia e áreas tecnológicas. Dentre as diversas explicações dadas, três delas são simples e de fácil compreensão.

O conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade. [...] A parte ou o aspecto da vida coletiva, relacionados à produção e transmissão de conhecimentos, à criação intelectual e artística, etc. [...] O processo ou estado de desenvolvimento social de um grupo, um povo, uma nação, que resulta do aprimoramento de seus valores, instituições, criações, etc.; civilização, progresso (FERREIRA, p. 587).

Já no campo dos autores clássicos, Laraia (2001), menciona que a origem do termo encontra seus primeiros pensadores já no século XVII com John

² Grifo do autor.

Locke. O seu pensamento deu origem às discussões posteriores entre outros intelectuais da época³.

No entanto Laraia é quem aponta Edward Tylor como o formador do conceito mais utilizado na atualidade, o qual abrange numa única palavra toda a potencialidade do ser humano, ressaltando que o homem aprende sua cultura e não que esta seja inerente ao mesmo.

Segundo a interpretação de Tylor, a palavra cultura é resultado da fusão de dois termos. A primeira, *KULTUR* de origem germânica é a que simboliza os aspectos espirituais da comunidade, ou seja todos os elementos não materiais e até sentimentais existentes no entorno de uma localidade.

A segunda, *CIVILIZATION* de origem francesa é traduzida nas realizações materiais de um povo ou de uma comunidade qualquer. A convergência destes conteúdos leva à idéia de que toda sociedade, para a sua subsistência, desenvolve maneiras próprias de perceber e apropriar-se do seu meio. E as suas realizações materiais e imateriais são expressões culturais deste processo.

Tylor (*apud* LARAIA, 2001), explica o termo cultura da seguinte forma:

[...] tomado em seu duplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

De acordo com Kroeber, parafraseado por Laraia (2001), a capacidade do ser humano de criar e raciocinar, o habilita a desenvolver normas, leis, julgamentos, conhecimentos entre outros elementos intangíveis ou mesmo tangíveis, podendo ser considerado por ele mesmo o motivador do seu próprio processo evolutivo, resultando numa complexa estrutura de relacionamentos internos, onde o fortalecimento da cultura é a consequência.

Ao mesmo tempo, Alfonso (2003, p. 100) ressalta a cultura como uma diversidade de relações, que resultam do convívio entre as pessoas e os

³ De acordo com Laraia (2001) os outros pensadores envolvidos seriam Jacques Turgot e Jean-Jacques Rousseau.

grupos sociais, somados à produção material e imaterial dos mesmos. A pesquisadora destaca que a cultura não é permanente nem finita; há uma constante evolução e mudança dos componentes culturais que a ela se vinculam, logo a mesma não é um elemento estático.

Em alguns casos, as relações são resultado da atividade turística; uma atividade econômica com impactos diretos nas sociedades, fazendo com que algumas delas tenham sofrido alterações e mudanças nos seus costumes (*Ibid*).

Certamente o termo carrega uma complexa relação de interesses e necessidades de cada um dos envolvidos no seu respectivo agrupamento; talvez por meio desse seja possível identificar o interesse que aproxima o homem do seu passado e portanto da realização de ações de preservação e aproximação com o patrimônio.

Na interpretação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, a cultura envolve vários dos elementos mencionados pelos autores citados anteriormente:

A cultura é um fenômeno dinâmico, essencialmente local, que caracteriza as ações e interações de uma comunidade em seu meio. Os traços culturais de um determinado grupo são processos utilizados por este, para atingir determinados objetivos, como a própria subsistência, suas propostas para o desenvolvimento, suas formas de manifestações artísticas, seu modo de elaborar alimentos e medicamentos (IPPUC, 1991, p. 141).

O IPPUC retrata, nas linhas do documento, uma clara percepção do caráter dinâmico da cultura em razão das constantes ações e relações que a sociedade cria ao longo do tempo. Os traços culturais resultantes destes processos extensos, em alguns casos, se concretizam como características permanentes de uma localidade ou sociedade.

A permanência destes traços depende das estratégias adotadas em termos de sua proteção diante da dinâmica das transformações e expansões urbanas. No ambiente urbano, Rossi (2001) delimita que a permanência de prédios e monumentos históricos não está relacionada exclusivamente à preservação, diversificação ou a renovação dos mesmos com vistas a uma nova função dentro da cidade. Segundo ele, a permanência é a continua função que esses elementos

possuem, no convívio e na existência da própria cidade; portanto todo núcleo urbano necessita de referências e marcos que sinalizem sua evolução e a própria continuidade, assim, a existência cultural e visual da urbe serão constantes.

Uma correta gestão pública destes recursos deve ser desenvolvida através de políticas, criando condições de sustentabilidade as quais valorizem e preservem as mesmas de forma a evitar seu esquecimento e conseqüente perda.

A Declaração do México, resultado da Conferência Mundial sobre políticas culturais e patrimônio, realizada no ano de 1985 (CURY, 2000), descreve os princípios a serem considerados para delimitação de políticas públicas em países onde há ações voltadas à preservação. A declaração define cultura da seguinte forma:

[...], a conferência concorda em que, no seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. [...] Concorde também que a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. [...] Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem (*Ibid*, p. 272).

É possível concluir, num primeiro momento, que o ser humano é resultado do meio cultural em que foi socializado “Em suma, a cultura representa o conhecimento de um determinado grupo e a maneira como este é aplicado” (*Ibid*, p. 272). Ao mesmo tempo é herdeiro de um longo processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam.

A manipulação adequada e criativa da cultura lhe permitirá inovações e invenções que serão utilizadas dentro da sua comunidade ou localidade onde reside. Estas por sua vez, serão transformadas em patrimônio cultural, cuja definição será descrita no decorrer do presente estudo.

2.1.2 Memória

Com relação a memória, o termo assim como “cultura”, possui diversas interpretações e acepções, sendo na maioria delas associada à psicologia. Isto se deve a função de reter informações na mente física, ou seja no próprio cérebro.

Ao mesmo tempo é vinculada a uma forma de evolução que vem acontecendo desde a pré-história, passando pela idade antiga, média, moderna e finalmente a contemporânea. Para melhor compreensão do termo, Leroi-Gourban (*apud*, LE GOFF, 1996, p. 425), cita uma tipologia da memória composta por três formas: a memória específica, a étnica e a artificial.

A memória específica é aquela utilizada para definir os comportamentos das espécies animais; a memória étnica é onde é assegurada a reprodução dos comportamentos dos indivíduos nas sociedades; por último, a memória artificial ou eletrônica, aquela que dispensa o raciocínio e a reflexão, sendo unicamente uma memória reprodutiva de atos seqüenciais.

É relevante direcionar a atenção especial à denominada memória étnica, que segundo o autor é baseada nas culturas sem escrita, aquelas que reproduzem seus conhecimentos e tradições através do cotidiano. Isto significa que a reprodução é direta e não existem intermediários, como no caso da escrita e seu resultado final, os livros entre outros documentos.

No entanto é preciso esclarecer uma posição ressaltada pelo mesmo autor: “A verdade é que a cultura dos homens sem escrita é diferente, mas não absolutamente diversa” (*Ibid*, p. 428), isto pode representar que a diversificação cultural de um grupo social estaria estritamente vinculada ao desenvolvimento de algum método de reprodução, mais especificamente, à criação ou concepção de algum processo de registro dos seus comportamentos sociais. No entanto é necessário destacar que todas as diferenças existentes entre uma pessoa e outra podem ser resultado de oportunidades, sejam no âmbito econômico ou social, que lhe permitiram ou não a inserção deste indivíduo numa cultura eventualmente mais ou menos evoluída, nem por isso menos importante.

Ao que tudo indica, a memória é um componente da cultura, porém sua definição e percepção é muito abrangente, mais ainda que a própria definição de cultura. O próprio Le Goff a situa, no final do seu raciocínio, como a identidade individual ou coletiva que se sustenta nas pessoas ou na sociedade em que se desenvolve, essencialmente ela “procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (*Ibid*, p. 477).

Aprofundando a percepção e relação da cultura no âmbito brasileiro, esta tem seus primeiros passos no final do século XIX, direcionando as ações com maior ênfase na segunda década do século XX. No entanto, o trabalho de preservação da memória foi realizado de maneira um tanto diferente: “Foi comum a ‘preservação’ caracterizada pela transposição de elementos de composição arquitetônica de uma construção abandonada para outra nova” (LE MOS, 2004, p. 36).

De acordo com o autor, na época se entendia que a memória poderia ser preservada se as características arquitetônicas de um edifício fossem mantidas de acordo com os interesses do momento. Isto representa uma eventual perda de características únicas nos detalhes daquelas construções. As alterações estéticas, em função de adaptações a realidade do momento, geraram a perda da figura representativa daquela construção.

A manutenção da memória numa cidade pode ser considerada como a manutenção da sua própria existência. Por outro lado, como se verá logo adiante, o patrimônio só existe se este permanece vivo na memória do morador local.

2.1.3 Patrimônio

Após verificar os conceitos de cultura e memória, é necessário procurar a compreensão do termo patrimônio. Constatam-se algumas variações na sua definição, conforme as áreas específicas de abrangência, tais como: patrimônio artístico, cultural, arquitetônico ou histórico.

De acordo com Barreto (2000, p. 9), ao agrupar todas estas variações o patrimônio fica restrito a dois grandes grupos: o patrimônio cultural e o natural. Não serão trabalhados neste estudo as definições dos termos materiais e imateriais, por se entender que ambos já são mencionados dentro dos patrimônios citados.

Nesse sentido um dos conceitos existente é o da Declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), documento resultado do evento realizado em Paris, no ano de 1964 (CURY, 2000), onde para efeitos de consenso mundial e pensando em ações integradas, nos países interessados em preservar sua cultura, foram definidos alguns termos comuns com seus respectivos significados.

Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico e arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo os arquivos musicais (*Ibid*, p. 98).

Naqueles anos, a ênfase era dada ao conceito bem cultural. Os encontros da época definiram conceitos únicos para o patrimônio cultural e o natural. Na definição do cultural, indentificou-se um direcionamento para a inclusão do termo imaterial, isto aconteceu quando descreveram o que é denominado monumento: “[...] e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (*Ibid*, p. 178).

Um outro elemento considerado dentro do contexto patrimônio, é a arte, cuja interpretação empírica se traduz na criação de algo original e diferente, porém de forma objetiva ou mesmo subjetiva.

No contexto filosófico da arte, diversos autores discutem o conceito, sempre com visões críticas e amplas. Bras (1990) considera a arte um resultado da filosofia e interpretação do mundo por parte do artista.

De acordo com o autor, baseado em Hegel, o valor da mesma está no momento e no ato da sua criação, para a época e grupo que nela existiam. Na defesa da sua tese o autor afirma que:

[...], uma obra de arte não é uma coisa natural, mas um produto humano, coisa sensível, habitada por um conteúdo espiritual que, apenas ele, lhe confere sua realidade objetiva; não existe efetivamente senão pela e para a comunidade histórica em que adveio (*Ibid*, p. 94).

Considerar a arte como patrimônio ou como memória, não é mencionado especificamente pelo autor, no entanto há uma afirmação clara do valor que este tem para as atuais gerações: “Apreender historicamente a arte grega – como toda arte do passado – é pensar a diferença que nos distingue, isto é, as razões de sua supressão por outras formas” (*Ibid*, p. 95).

Brás finaliza seu raciocínio destacando a relação que as obras de arte têm com as crenças religiosas e com as filosofias da época em que estas foram criadas, o resultado disso é uma “[...] expressão sensível da consciência histórica de um povo na história” (*Ibid*).

Com um pensamento similar, Eco (2000) incentiva uma discussão maior da abrangência da arte, afirmando que a mesma é uma iniciativa do seu criador num momento e num tempo específicos.

De acordo com o autor, é essencial a observação e análise da arte criada, porém nem sempre acontece, sob diversas óticas e diferentes formas de compreensão de inúmeras pessoas: “Ao dar vida a uma forma, o artista torna-a acessível às infinitas interpretações possíveis” (ECO, 2000, p. 31).

Para Eco, estas eventuais visões e contextualizações diferentes que uma obra tem, lhe outorgam um caráter permanente, um sentido perpétuo:

Possíveis, frisamos bem, porque a ‘obra vive apenas nas interpretações que dela se fazem’; e infinitas não só pela característica de fecundidade própria da forma, mas porque perante ela se coloca a infinidade das personalidades interpretantes, cada uma delas com o seu modo de ver, de pensar, de ser (*Ibid*, p. 31).

O mesmo autor tem uma visão de continuidade por meio do valor outorgado às criações dos artistas. Não diferente da anterior, no entanto, está claro que o autor reconhece a importância de preservar as criações, idéias e tudo o que é

de valor, proporcionando uma constante visão e atualização dos conceitos; isto significa dar continuidade ao pensamento e ao instinto de criação do artista.

Ambos autores, Eco e Brás, mencionam como as criações artísticas são resultados das produções do ser humano; este por sua vez convive em localidades específicas e habita, ou habitou, com pessoas em seu entorno; portanto, sua visão não é única no sentido da palavra e sim do resultado de um ambiente que o influenciou para sua própria criação.

Toda criação do ser humano é resultado do seu meio ambiente.

Nos conceitos de memória, percebe-se o valor dado aos elementos que o homem cria e a necessidade de preservá-los, em virtude de serem essenciais para a existência e a continuidade do próprio; não há como desconsiderar o valor que têm as criações do homem, sejam estas físicas ou imateriais.

A definição anterior sustenta a idéia do patrimônio cultural envolver os elementos materiais e imateriais, existentes e delimitados como tais. Já na definição do patrimônio natural, a divisão é feita pensando em três categorias: os monumentos naturais, as formações geológicas e os sítios naturais (*Ibid*, p. 179).

É necessário comentar que toda a evolução dos conceitos patrimoniais é resultado de várias conferências mundiais, sendo que desde a primeira delas em Atenas no ano de 1931 (CHOAY, p. 14), definiu-se que certos elementos podem ser considerados como patrimônio da humanidade.

Este conceito se baseia na importância que o elemento natural ou cultural adquire e pelo “valor universal excepcional” (TIRAPELI, 2001) que possui. A mesma autora menciona outras características consideradas para delimitação do tipo de patrimônio, que se traduz numa definição muito clara e simples do que é ou não representativo para a humanidade:

Por bem cultural de valor universal excepcional será reconhecido um monumento, um conjunto ou um sítio que sejam representativos de uma realização artística e estética única, uma obra-prima do espírito criador do homem. [...] essa obra porém deverá ter exercido influência considerável sobre um período ou região, bem como tido um desenvolvimento posterior de arquitetura, escultura e outras concepções artísticas. [...] constituir-se como exemplar característico de um tipo de estrutura representativa de desenvolvimento de domínio cultural, social, artístico, científico, tecnológico ou industrial e que hoje esteja ameaçado por mudanças sócio-cultural-econômicas irreversíveis (*Ibid*, p. 18).

Ao pensar em relacionar os termos, Ballart (1997) afirma que possuir cultura, utilizar a memória em função da continuidade das crenças e usar o patrimônio como recurso, para que as futuras gerações se perpetuem, são ações desenvolvidas por civilizações mais evoluídas nas diversas áreas do conhecimento, e que criaram condições ao longo do tempo, para formatar elementos materiais. Nesta situação consideram-se aqueles que residem em áreas urbanizadas.

Num outro momento, Ballart (*Ibid*, p. 33) apresenta as características do ser humano adaptado ao meio ambiente natural, porém sem o contato com a cultura moderna, onde a sociedade não utiliza recursos materiais para a permanência da história ou do legado histórico do grupo. Estas sociedades ainda existem, encontram-se nas áreas naturais, onde a urbanização não é necessária, nem muito menos a cultura moderna.

2.1.3.1 Patrimônio no Brasil

As primeiras discussões relacionadas ao Patrimônio Cultural no Brasil e sua proteção datam das décadas iniciais do século XX.

Lemos (2004, p. 36) mostra as primeiras ações voltadas à preservação do patrimônio, ocorridas de forma concreta nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nestas iniciativas, há uma grande vontade em detalhar o que é julgado importante; ao mesmo tempo é pensado como esses bens deveriam ser preservados.

De forma efetiva, já em 1923, o então deputado Luiz Cedro sugere a criação de uma entidade destinada especificamente à manutenção dos bens patrimoniais do país, dando responsabilidade pelos atos ao governo federal e aos estaduais; neste momento os municípios não são responsabilizados pelas ações em prol do seu patrimônio.

O mesmo autor menciona que no ano de 1937, o escritor paulista Mario de Andrade conseguia a aprovação de um projeto de lei que pode ser considerado como o marco referencial na legislação voltada às ações de preservação do patrimônio no Brasil. Já naquela época, o proponente intitulava o patrimônio como:

[...] obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (*Ibid*, p. 38).

Preservar é um ato que envolve uma série de processos, é algo abrangente; portanto é necessário entender que na existência de um patrimônio histórico, o ato de preservar está intrinsecamente agregado.

Manter ou preservar elementos, que fazem parte de qualquer sociedade, sugere a adoção de preceitos e eventuais condições que “teremos forçosamente que manter conservadas as suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implicitadas no meio ambiente e no seu saber” (*Ibid*, p. 25).

A manutenção deste ambiente não deve confundir os espaços onde as ações deverão acontecer, mas deve especificar um encaminhamento único e homogêneo ao aprofundar seus atos no âmbito social especificamente o étnico (*Ibid*). O ato de preservar está intimamente relacionado com o fato destes não terem garantia de existir ou permanecer num futuro próximo ou distante.

[...], preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, [...] é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. (*Ibid*, p. 29).

Paralelamente a estas relações culturais e patrimoniais, Lemos comenta a existência de grupos, pessoas, entidades e setores da sociedade interessados em manter e preservar todo e qualquer patrimônio, de forma tal que os

seus interesses ou aqueles elementos, com os quais têm maior afinidade, sejam guardados na memória para as gerações futuras.

Cabe ressaltar aqui que estes interesses e afinidades devem seguir os interesses coletivos sem privilegiar determinados grupos ou segmentos sociais.

Além da sua importância cultural e função didática, os edifícios e espaços históricos, entendidos como vestígios culturais e sociais, podem ainda ser importantes suportes às atividades turísticas.

Finalmente, a grande questão levantada por Lemos é: porque destruir ou modificar o entorno existente nas cidades, onde o legado patrimonial é destaque? Qual é o verdadeiro sentido desta mudança realizada nos modelos e nas estruturas urbanas existentes?

Ao considerar a cultura como uma produção social, seja de componentes tangíveis e intangíveis, é necessário estabelecer ações específicas para preservação e manutenção dos mesmos. Embora a efetividade deste processo dependa essencialmente do interesse e mobilização coletiva, cabe ao poder público, em âmbito federal, estadual e municipal, a responsabilidade pela iniciativa destas ações denominadas Políticas Públicas, tema a ser aprofundado nos próximos capítulos.

3 A CIDADE E O TURISMO – CONCEITOS E RELAÇÕES

3.1 Turismo - Definições

A maioria das pessoas quando pensa em turismo, presume viagens a descanso e lazer, geralmente na época das férias escolares ou do trabalho. Mesmo que a interpretação esteja próxima da realidade da maioria, o turismo, como se conhece na atualidade é mais do que uma simples viagem a passeio. Hoje é possível fazer turismo numa viagem de negócios a São Paulo, assim como quando se visita uma feira de equipamentos agrícolas em Campo Grande ou, até mesmo, ao realizar uma cirurgia plástica no Rio de Janeiro.

Definir esta atividade portanto, não está restrito a uma única área ou segmento, seja este econômico, social ou político; contudo, ela depende desses elementos ou partes para estabelecer uma definição adequada e clara para todos aqueles que a estudam, desenvolvem e a utilizam.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 23), mencionam estas partes como grupos participantes, que por serem os que atuam ou são afetados de várias formas pela atividade, não há como deixar de serem citados. De acordo com os autores, estes componentes são: os turistas, os quais realizam os deslocamentos e as procuras por destinos e locais para uso e consumo de acordo com as suas vontades ou desejos; as organizações, que fornecem os produtos e serviços ofertados e consumidos no mercado; e o setor público, existente nos destinos e sociedades onde o turismo acontece. Complementam ainda, as próprias comunidades ou grupos sociais, que recebem e interagem diretamente com o visitante.

Fazendo uma breve retrospectiva à interpretação do conceito sobre turismo, cabe destacar que desde a primeira metade do século XX, alguns estudiosos da academia desenvolviam pensamentos relacionados à análise de uma “[...] soma de fenômenos e de relações que surgem das viagens e das estâncias dos

não residentes, [...]” (OMT, 2001, p. 37), realizadas por motivos diversos a localidades distantes da residência fixa, onde não exista uma previsão de migração e sim de permanência temporária.

Anos depois, especificamente na década de 1980, Burkart e Medlik (1981, *apud* OMT, 2001) definiam o turismo como “Os deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estada nesses destinos”.

Pouco tempo depois, alguns estudiosos do setor propuseram a delimitação do conceito usando como referência a demanda ou a oferta, já que, ambos componentes são os principais quesitos envolvidos na denominada atividade turística. De acordo com Cooper, a Organização Mundial do Turismo (OMT) consegue retratar sua essência ao defini-la como “as atividades das pessoas que viajam ou permanecem em lugares que não o seu ambiente normal por não mais do que um ano consecutivo, por lazer, trabalho ou outras razões” (OMT, 1994, *apud* COOPER; SHEPHERD; WESTLAKE, 2001, p.42).

Sem dúvida, a interpretação e delimitação de um único conceito para o turismo é um grande desafio para estudiosos mais do que para os próprios consumidores. Isto se entende ao identificar como as diversas relações e áreas que se envolvem não conseguem ser traduzidas em poucas linhas. O conceito em turismo pode ser definido, de forma empírica, como: “Conceito indefinido [...] que exprime uma essência indeterminada” (FERREIRA, 2004, p. 514).

Nesse sentido, Leiper (1995 *apud* BURNS, 2002, p. 51) consegue mostrar como essa complexidade de interpretações pode levar a visões distintas, inclusive à dos turistas, considerando para isto o comportamento dos mesmos, separando o envolvimento destes com a estrutura existente no local de visitação:

O turismo envolve as idéias e opiniões mantidas por pessoas, as quais influenciam as decisões sobre viajar e sobre aonde ir [...] e sobre o que fazer ou não, como relacionar-se com outros turistas, locais e funcionários. Todas essas são manifestações comportamentais dessas idéias e opiniões.

Logo, a interpretação mais precisa dessa atividade é dada através da estruturação de sistemas, também conhecidos como conjuntos sistêmicos, os

quais agrupam os componentes necessários para que exista um funcionamento correto do turismo. Cabe destacar mais uma vez que, em 1979, Leiper (1981 *apud* ACERENZA, 2002, p. 196) delimita um conceito baseado na teoria geral dos sistemas:

[...] um sistema aberto, de cinco elementos, interagindo em um amplo meio ambiente. Esses elementos são: um dinâmico, o turista; três geográficos: a região geradora, a rota de trânsito e a região de destino; e um elemento econômico, a indústria turística.

Esta afirmação do autor é retratada no modelo de sistema turístico apresentado logo abaixo (figura 1), onde é possível observar todos os elementos que, de acordo com a análise de Leiper, fazem parte do setor de forma integrada e dinâmica.

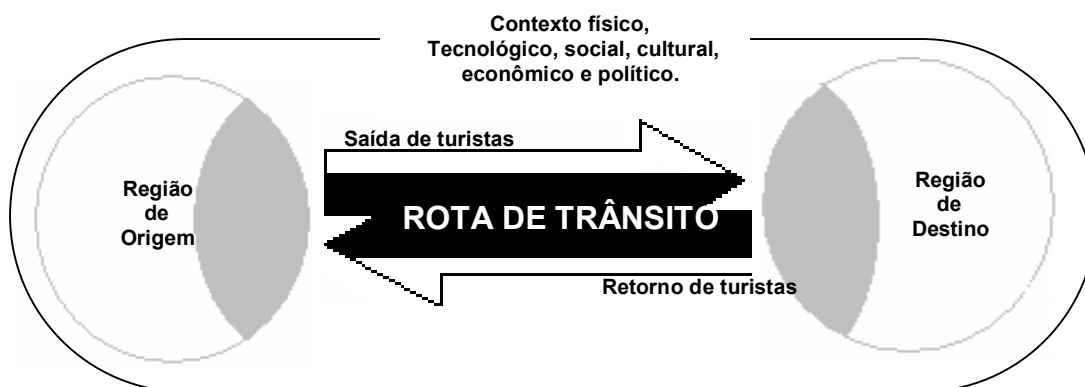


Figura 1 – Modelo de Sistema Turístico
Fonte: LEIPER (1981 *apud* ACERENZA, 2002, p. 197).

Na formatação do modelo apresentado, o autor delimita a origem e o destino como regiões emissoras e receptoras, as quais se equiparam às localidades de moradia do turista potencial e ao destino de visitação futura do mesmo. A comunicação e troca de elementos, entre ambas regiões, está descrita como a rota de trânsito, que mostra entrada e saída constantes, característica essencial que delimita o turismo, já que esse não é um ato permanente e sim eventual.

A estes destinos e rotas agregam-se os componentes denominados como do contexto físico, ou seja, aqueles que são perceptíveis através das

experiências pessoais e que não têm como ser excluídos já que sem estes as localidades e as sociedades residentes não existem. É o caso da tecnologia, a qual convive de diversas formas e toma inúmeras aparências e usos nas localidades; da mesma maneira, a economia e a política reservam ações e funções muito particulares; no entanto, estas interagem permanentemente em qualquer sociedade.

Finalmente o componente social e o cultural fecham o sistema turístico do Leiper, ao aportar as características individuais dos grupos sociais, as quais com a evolução do tempo se transformam em marcas culturais, vestígios patrimoniais e memoriais, dentre outras formas possíveis.

As relações existentes entre os componentes acima mencionados e os benefícios que trazem os mesmos às comunidades, cidades ou países podem ser relatados de diversas formas. Frank M. Go, referenciado por Theobald *apud* Trigo (1998), menciona como as relações econômicas, sociais e culturais geram benefícios às cidades que recebem turistas. É importante o destaque da sociedade visitada pelo turista ao valorizar a cultura, a identidade local e a composição social.

O turismo pode ser definido como o movimento de indivíduos e grupos de uma localização geográfica para outra por prazer e/ou por negócios, sempre em caráter temporário; o atendimento das necessidades dos viajantes, seja em trânsito ou no destino; e os impactos econômico, sociocultural e ecológico que tanto os turistas como o setor turístico provocam nas áreas de destino. Esta definição implica que o turismo deve ser visto como: a) uma indústria composta por atrações, transportes, facilidades/serviços em geral, e informação e promoção; b) um ato social que permite às pessoas se expressar enquanto viajam a negócios ou prazer; c) o reflexo de expressão cultural local, da identidade e da composição social. Nesse sentido, o turismo pode atuar como peça importante em um contexto maior de planejamento ambiental e auxiliar a qualidade de vida, especialmente no nível local. (Ibid, p. 16).

Beni (2001), também ressalta um conceito similar ao mencionado por Trigo; porém, na sua complexidade há uma extensa valorização de todas as áreas envolvidas, tanto objetiva quanto subjetivamente:

Tenho conceituado turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo

da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, da imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios [...]. (Ibid, p. 37).

De fato, os conceitos de turismo são diversos, abrangentes e também específicos; a economia e a motivação são critérios essenciais, já que são destacados constantemente em todas as pesquisas realizadas (OMT, 2000). Assim como Trigo, são perceptíveis os grandes benefícios do turismo em relação aos aspectos econômico, social e ambiental. Os efeitos multiplicadores, resultantes da diversificação da atividade, são dados importantes para uma discussão relacionando cidades com a atividade turística (*Ibid*, 2001, p. 13). Os efeitos nas comunidades locais são destacados por Meringue da seguinte forma:

Com o efeito multiplicador o dinheiro do turista irá incrementar o orçamento local, proporcionará maior giro de capital e traduzir-se-á em benefícios para a comunidade, desde que tenha uma visão responsável do turismo, aonde a comunidade local não seja somente espectadora do processo de mudança, mas sim agente deste [...]. (MERINGUE, 2003, p. 3).

Estes efeitos, no entanto, não se limitam ao benefício e sucesso da própria atividade. Problemas existem, sejam nas áreas econômica, social, cultural e inclusive na ambiental. Quando a atividade resulta de um planejamento errado, sem controle nem processos organizados, e quando não existem pessoas ou moradores capacitados para acompanhar o desenvolvimento da atividade, esta pode causar danos permanentes (DIAS, 2003, p. 28).

No entanto, há mais resultados positivos que negativos. A OMT tem observado por meio das estatísticas que, ao longo dos anos, houve um claro benefício econômico e social do turismo em diversos países. Considerando unicamente a quantidade de viajantes pelo mundo, já em 1995, circularam ao redor do planeta 565 milhões de pessoas; as projeções permitem prever que o número de viajantes para 2020 será de aproximadamente 1.560 milhões (OMT, *op.cit.*, p. 35); estes dados pesquisados pela OMT não fazem referência ao movimento do turismo interno dos países pesquisados, situação que modificaria consideravelmente os números citados.

Entender o turismo como uma atividade econômica que pode resultar em benefícios às sociedades, trazendo avanços econômicos, desenvolvimento social e preservação ambiental é, sem dúvida, uma percepção correta dos ganhos que a atividade pode proporcionar, desde que, sejam observadas as diversas interações com os outros componentes do sistema turístico.

3.2 Desenvolvimento do Turismo

A evolução do turismo teve sua origem desde o momento em que o homem deixa de ser nômade e passa a fixar residência numa única localidade, com objetivo de criar e cultivar seus próprios alimentos, beneficiado pelas condições climáticas do entorno (OMT, 1997). Ao longo dos séculos, diversas culturas utilizaram as viagens como mecanismo de sustentação da própria economia local, outras como meio de descanso em épocas específicas do ano, sendo que esta atividade era realizada, principalmente, pelas classes mais abastadas daquela época.

Uma das primeiras contribuições do mundo antigo para o turismo moderno vem da civilização suméria ou babilônica, a qual desenvolve o comércio e sua economia através da criação do dinheiro:

A invenção do dinheiro pelos sumérios (babilônicos) e o desenvolvimento do comércio, em torno de 4000 a.C., marca o início da era moderna das viagens. [...] portanto, deveriam ser reconhecidos como os fundadores do setor turístico. As pessoas, então, poderiam pagar pelo transporte e pela hospedagem com dinheiro ou através de trocas. (GOELDNER; Mc INTOSH; RITCHIE, 2002, p. 43).

O viajante da época já tinha como objetivo a visitação e a admiração das paisagens que as cidades lhe ofereciam; esta característica persiste no turismo da atualidade. Identificar nas culturas suas particularidades e características, considerando a paisagem formada por elementos naturais e culturais é uma

consequência da viagem realizada. Casson (*apud* GOELDNER; Mc INTOSH; RITCHIE, 2002) menciona a curiosidade dos visitantes ao antigo Egito, isto em relação às estruturas e à arquitetura das construções faraônicas construídas naquele tempo, situação muito particular, em que os viajantes davam maior importância à visualização do templos, do que a religiosidade representada pelos mesmos.

Outros dois exemplos são Grécia e Roma, civilizações cujos aportes não se restringem à cultura, engenharia, arquitetura, política ou às contribuições filosóficas. Na Grécia antiga, uma das grandes motivações para viajar até as cidades de Atenas e Olimpo eram os famosos jogos realizados a cada quatro anos em comemoração aos deuses. Outro motivo estava no uso das saunas e dos banhos localizados à beira do mar mediterrâneo (OLIVEIRA; YASOSHIMA, *in* REJOWSKI, 2002).

Roma por sua vez contribui com a criação de inúmeras estradas para viabilizar seus domínios e possuir o controle. É impossível imaginar as facilidades criadas naquele tempo para os viajantes, assim como as estruturas de apoio, tanto quanto os benefícios locais, que infelizmente, nem sempre foram documentados. A extensão das vias e a criação das estruturas de apoio, permitiam o deslocamento de até 160 km por dia. Enquanto os governantes cuidavam e mantinham o império em ordem, seus aristocratas desfrutavam do lazer e dos atrativos que as distintas localidades ofereciam (GOELDNER; Mc INTOSH; RITCHIE, 2002; OLIVEIRA; YASOSHIMA, 2002).

Como já observado, a contribuição da Idade Antiga está mais relacionada à cultura, às ciências e aos avanços político-filosóficos entre outros. Na Idade Média, o turismo não teve avanços significativos; mesmo assim, o surgimento da hospitalidade vem se contrapondo às guerras religiosas, as quais impulsionam o surgimento das hospedarias e dos hospitais, posteriormente denominados meios de hospedagem e hotéis, administrados e operacionalizados principalmente pela igreja católica

Um exemplo da hospitalidade dada aos peregrinos pode ser vista na ordem beneditina. No capítulo 53 da *Regra Beneditina*, a Ordem de São Bento pede que todos os 'hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos

como o Cristo, pois Ele próprio irá dizer: Fui hóspede e me recebestes' [Mateus, 25, 35]. (OLIVEIRA; YASOSHIMA *in* REJOWSKI, 2002, p. 34).

Além do contexto religioso, a Idade Média ou das Trevas (GOELDNER; Mc INTOSH; RITCHIE, *op.cit.*, p. 48), é caracterizada pelos perigos existentes para todos os viajantes da época. Mais uma vez, Oliveira e Yasoshima, citam os diversos motivos pelos quais poderiam haver deslocamentos curtos: “Os deslocamentos menores eram motivados por interesses de negócios [...] e necessidades pessoais” (*Ibid*, p. 32). As cidades da época ofereciam condições mínimas para os viajantes; de acordo com os autores, a igreja funcionava como suporte para o andamento e a continuidade das peregrinações.

A Idade Média finaliza e surgem as primeiras migrações do meio rural para o urbano (OLIVEIRA; YASOSHIMA *in* REJOWSKI, 2002, p. 35); o aumento da riqueza de alguns fez surgir a época do Renascimento, etapa na qual surge o denominado Grand Tour. Este termo foi outorgado às viagens dos jovens das classes altas com o intuito de realizar expedições longas por toda Europa. As viagens poderiam durar anos, isto em função do aprendizado que os jovens tinham ao visitar cidades como: Roma, Paris, Veneza, entre outras, as quais eram o berço da cultura da época (GOELDNER; Mc INTOSH; RITCHIE, *op.cit.*, p. 49).

O fim da época Renascentista e o início da Idade Moderna são marcados pelo avanço do comércio e dos sistemas econômicos mundiais, os quais promovem o surgimento da Primeira Revolução Industrial. Um dos impactos que a Idade Moderna tem na história do mundo é a industrialização das cidades, momento onde o crescimento destas acontece de forma descontrolada e desestruturada.

A falta de estruturação social, econômica e política que estas localidades ofereciam, contrasta com o crescimento que as indústrias de alguns países europeus tinham naqueles anos. Mesmo assim grandes transformações aconteceram em diversas regiões do mundo; no entanto, todas tiveram características específicas e únicas devido às necessidades e às mudanças originadas pelas populações que migravam do meio rural para o urbano.

Já naquela época, o denominado pré-turismo também tirou proveito dos avanços tecnológicos da industrialização. O transporte terrestre, alterado para o uso de ferrovias e para o transporte no mar, através da navegação em barcos a

vapor, contribuem para que as novas classes sociais, com tempo para o lazer e recursos para viagens, alcancem os destinos desejados por mais distantes que estes pareçam (REJOWSKI et al, 2002, p. 42).

Nesta época surge Thomas Cook, figura de referência para a atual atividade turística. Foi em 1841 que Thomas agenciou a primeira viagem de grupo por trem, entre duas cidades inglesas: Leicester e Loughborough, com o objetivo de participar de um evento de caráter religioso (*Ibid*, p. 53).

Sua iniciativa teve uma rápida repercussão no mundo todo, propiciando o que hoje conhecemos como indústria do turismo. Seu desenvolvimento acompanhou o crescimento e as inovações das próprias cidades, tanto na estruturação específica, para atender esta demanda, quanto na infraestrutura básica para o morador, a qual o próprio turista também iria utilizar.

Com a expansão e conseqüente globalização dos mercados, os benefícios e prejuízos ficaram evidentes: o surgimento do turismo de massa em espaços naturais; a depredação de patrimônios culturais e naturais, inclusive da humanidade; a aculturação das populações locais em função da invasão do turista; assim como outras ações, justificam a necessidade de um planejamento constante em todos os níveis e setores das sociedades.

Paralelamente a essa expansão dos mercados vem a segmentação do mesmo, a qual delimita e especifica produtos, serviços e destinos exclusivos de acordo com a necessidade e motivação de cada indivíduo ou grupos específicos (LICKORISH, 2000, p. 43).

O turismo, na sua curta evolução como atividade econômica e na sua longa trajetória como opção de consumo, mostra a necessidade de utilização dos recursos culturais e naturais para uma correta fusão entre as **necessidades do turista vs. as condições de oferta da cidade ou espaço**⁴; este uso deve ser controlado, planejado e orientado utilizando os mecanismos existentes, tais como: legislação, órgãos responsáveis e estruturados etc.

O mercado, representado pela iniciativa privada, e os setores públicos, municipal, estadual ou federal, enfrentam o desafio de integrar ao planejamento e à gestão do turismo, as ações de preservação e conservação da

⁴ Grifo do autor.

cultura, de manutenção e respeito à natureza (OMT, *op. cit.*, p.20), considerando todos os benefícios posteriores e o crescimento econômico. A continuidade desta parceria pode levar a uma atividade sustentável. No entanto, há necessidade de se desenvolver uma cultura de preservação e valorização ambiental, sob o risco de comprometer o futuro para o turismo local e mesmo para a comunidade envolvida.

3.3 A Importância do Turismo para as Cidades

Ao longo dos séculos, o ser humano descobriu e inventou inúmeros mecanismos para sua subsistência; estes foram passos na história, os quais marcaram a evolução do homem da pré-história para as diversas etapas da sua existência. Um dos grandes momentos desta evolução foi quando da descoberta do fogo, séculos depois vem a invenção da roda e assim por diante, um atrás do outro, surgem o que atualmente se conhece como avanços tecnológicos.

Mesmo assim uma outra necessidade, anterior aos meios de subsistência, surge e esta implica na formação de comunidades ou grupos de humanos, os quais, em função da sua evolução natural, deixaram o nomadismo passando a conviver em localidades fixas, as quais evoluíram para os atuais ambientes urbanos também conhecidos como cidades.

Novas necessidades surgem em função destes novos espaços; aparecem as rotas comerciais, as estradas e os meios de locomoção, tudo com o objetivo de encontrar novos mercados ou expandir os já existentes. Outros motivos para este crescimento são os de origem política e ideológica; no entanto, pela visão de mercado o resultado esperado era colocar os insumos e os produtos finais nas mais diversas localidades, promovendo assim o comércio interno e externo.

A atividade turística de caráter comercial não surge especificamente como uma necessidade essencial nas primeiras cidades no mundo antigo. Como já mencionado, os primórdios das atividades relacionadas ao turismo e ao acolhimento dos viajantes, a denominada hospitalidade, tem suas primeiras aparições nas diversas culturas do Oriente Médio; “Os historiadores conjecturam que as primeiras

estruturas destinadas ao pernoite de pessoas foram erguidas no Oriente Médio [...], há cerca de 4000 anos” (CHON; SPARROWE, 2003, p. 3). A utilização desses espaços estavam direcionadas, na sua maioria, a comerciantes e pessoas das classes mais abastadas, os quais podiam usufruir de um conjunto de serviços e produtos oferecidos para o lazer ou para satisfazer as necessidades essenciais dos que viajavam a trabalho, o simples descanso.

Portanto, é de se pensar que a relação turismo e cidade não é recente e sim de tempos remotos. A estruturação da mesma é relacionada às sensações que o morador tem, e essas devem ser resolvidas por meio de um processo permanente. Lynch (1997, p.. 101), destaca que uma das principais características das cidades: **a organização**⁵, é fundamental para o convívio das pessoas no meio urbano:

Uma cidade é uma organização mutável e polivalente, um espaço com muitas funções, erguido por muitas mãos num período de tempo relativamente rápido. [...] A forma deve ser de algum modo descompromissada e adaptável aos objetivos e às percepções de seus cidadãos.

O autor destaca na organização da cidade duas particularidades. A primeira é a capacidade de mudança que deve existir no meio urbano; isso é esperado já que a cidade é resultado de diversas sensações e necessidades, inclusive as externas aqui exemplificadas pelos viajantes ou turistas; a segunda característica em destaque é a diversidade de valores que estão presentes dentro de um ambiente como esse. Uma cidade, de acordo com Lynch, é resultado de interesses e anseios de muitas pessoas; talvez aqui seja possível inserir aquilo que o visitante espera, aquilo que gosta de observar e de consumir. Cabe destacar que, o entendimento entre morador e turista é condição obrigatória para que exista uma boa prestação de serviços e uma correta oferta dos produtos, em vista das eventuais necessidades de ambos.

Esta relação constante é destacada por Rossi (2001, p. 22), valorizando os valores e a história que o ambiente urbano carrega, mesmo

⁵ Grifo do autor

considerando que a urbe é um ambiente diverso, fruto de inúmeras convivências e diversos interesses, todos estes traduzidos num único espaço

A cidade e a região, a terra agrícola e os bosques tornam-se coisa humana porque são um imenso depósito de fadigas, são obra das nossas mãos; mas, enquanto pátria artificial e coisa construída, também são testemunhos de valores, são permanência e memória.

O mesmo autor discorre da relação memória e a cidade. No seu raciocínio, Rossi parafraseando Halbwachs, menciona que: “Ampliando a tese de Halbwachs, gostaria de dizer que a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o ‘locus’ da memória coletiva” (*Ibid*, p. 198).

A visão de Rossi está relacionada ao valor que a memória tem dentro de um espaço como a cidade. A memória coletiva, ou seja, a experiência comum dos cidadãos, somada às experiências individuais de cada um, realçam a existência do ambiente onde as pessoas convivem. Rossi valoriza a ligação da mesma com o espaço local, priorizando a manutenção e inserção desta no âmbito histórico da cidade.

O arquiteto Jaime Lerner conceitua e explica a cidade como um espaço complexo, onde os cenários foram surgindo somados aos diversos códigos que os mesmos moradores criaram. Estes códigos ou símbolos, desde a linguagem, os costumes ou tradições, são de muita ajuda para uma boa convivência do morador no seu ambiente urbano. Lerner também comenta que de acordo com o modelo de gestão escolhido para uma cidade, estas não são problemas para seus moradores ou gestores: ele afirma que estas são soluções. Os acontecimentos sociais, as problemáticas econômicas, entre outros, são resultado desta convivência em grupo: “A cidade é uma estrutura de vida e trabalho, juntos. A cidade é uma integração de funções. Quanto mais você integrar as funções urbanas, quanto mais misturar renda, idade, mais humana a cidade ficará” (LERNER, 2003, p. 61).

Portanto, a cidade é como uma junção de interesses humanos somados às necessidades comuns dos mesmos, sendo que para atender estas, devem existir estruturas que comportem todos os que habitam nela. Soma-se às

estruturas a existência de uma memória coletiva, impregnada no seu acervo construído: o patrimônio histórico. E é por meio dele que os habitantes compreenderão suas origens, seu presente e poderão refletir e planejar o seu futuro.

E o turismo? Como ele relaciona-se com a cidade? Além dos avanços tecnológicos, sociais, culturais, as grandes descobertas, assim como a expansão dos mercados ao longo dos séculos, o ser humano sempre teve curiosidade em conhecer e explorar locais em função da necessidade de expandir os seus conhecimentos. No entanto, é a Revolução Industrial que marca o avanço do turismo nas cidades, onde o desenvolvimento de meios de transporte e o surgimento de estabelecimentos para hospedar viajantes permitiram a criação de um novo mercado e uma nova fonte de renda, principalmente nas capitais, onde a percepção desta nova economia fez com que houvesse adaptações e melhoras na infra-estrutura local, incentivando o deslocamento e a visitação dos chamados destinos turísticos.

De acordo com Dias (2003, p. 172), imagina-se que esta grande mudança obrigou os gestores públicos e privados, a repensar suas ações, tanto no âmbito dos mercados quanto no espaço disponível para atender esta nova demanda.

A Revolução Industrial trouxe um intenso processo de urbanização para as sociedades, com o deslocamento de multidões de pessoas para os centros urbanos, esvaziando os campos e deslocando o eixo de produção cultural. Passaram as cidades a forjar novos valores e construir novas identidades.

A transformação nas américas, principalmente a do Sul, é bastante distinta de todo o continente europeu. O Brasil teve seu grande processo de urbanização nos anos de 1950, época em que a industrialização do país foi grandemente impulsionada (DIAS, 2003); o velho continente vem sofrendo estas mudanças desde meados do século XIX. Neste longo processo de adaptação é que surge o turismo como incentivador à visitação das cidades; o processo de industrialização em grande escala, seja em meados do século XIX ou início do século XX, fez com que muitas pessoas ficassem sem emprego em função dos grandes avanços tecnológicos.

Em diversas cidades do mundo as transformações tiveram impactos consideráveis, tanto na estrutura física, quanto na parte social. Linàs e Nicolau (2001, p. 82), identificaram este acontecimento da seguinte forma

Com o passar dos anos, as atividades industriais e as portuárias sofreram mudanças, e as áreas urbanas dedicadas a estas atividades tiveram uma degradação devido a perda da sua função específica. A troca por modernas áreas urbanas transformou espaços degradados e pouco valorizados em centros comerciais e de recreação para satisfação das necessidades, tanto dos moradores quanto dos turistas: isto é perceptível nas restaurações das áreas desgastadas de portos em inúmeras cidades: Londres, Sidney, São Francisco, etc. (tradução do autor)⁶.

Estas mudanças na urbanização, fazem com que alguns autores afirmem que o turismo beneficiou a construção do espaço, assim como também ajudou, em alguns casos, a desconstruir áreas: “O processo de urbanização, incentivado pela concentração de espaço que sustentou a Revolução Industrial, é de certa forma, um dos motivos do êxito atingido pela atividades turísticas” (MATOS, 2000, p. 35, tradução do autor)⁷.

No entanto, não foram unicamente os impactos da Revolução Industrial dos séculos XIX e XX, que fizeram do turismo uma atividade importante nas cidades. Priestley e Coit (2001 *in* ARTIGUES; BARRADO; CALABUIG, 2001), destacam como o turismo possui a capacidade de se desenvolver de forma mais rápida nas cidades. Porém, isto só acontece desde que a mesma consiga diversificar seus produtos e serviços a serem consumidos pelos turistas; isto significa que a cidade deve ser adaptável para agradar seu morador temporário.

Ser adaptável, para qualquer cidade, significa poder agrupar e atender tanto moradores quanto visitantes em diversos momentos e épocas, por mais distantes que estas sejam. Portanto, o planejar antes de viabilizar o turismo em qualquer tipo de cidade, é um consenso: “Dessa forma, com um planejamento

⁶ Con el paso del tiempo, las actividades industriales y portuarias han ido cambiando, y las zonas urbanas a ellas dedicadas se fueron degradando a mediada que perdían funcionalidad. Su sustitución por nuevas zonas urbanas modernas ha conseguido transformar unos espacios míseros, ennegrecidos y poco valorizados, en centros activos comerciales y de ocio para satisfacción tanto de las necesidades urbanas como de los turistas, caso de las rehabilitaciones de los obsoletos frentes portuarios de multitud de ciudades: Londres, Sidney, San Francisco, etc.

⁷ El proceso de urbanización, alentado por la concentración espacial en que se basó la revolución industrial, es en buena medida una de las causas del éxito alcanzado por el recreo turístico

adequado, o turismo não beneficiará unicamente às pessoas ligadas ao setor, se não a todos os cidadãos” (PRIESTLEY; COIT, 2001, p. 158, *in* ARTIGUES; BARRADO; CALABUIG, 2001, tradução do autor)⁸.

Nesta linha de pensamento, Dias (*op. cit.*, p. 175) ressalta a necessidade de investimento em recursos culturais que as cidades possam usufruir; ao mesmo tempo, há necessidade de envolver o cidadão na construção de um espaço equilibrado, isto é, desenvolver a atividade turística, propiciando a evolução da sua população e do seu espaço, ambientada no interesse próprio e no do visitante:

É necessário que as cidades invistam em sua infra-estrutura cultural, no setor produtivo da cultura e no desenvolvimento dos recursos humanos para satisfazer a necessidades de desenvolvimento. Deve-se incentivar a participação dos cidadãos nesse processo e desenvolver o próprio potencial de seu setor e organizações culturais.

Atualmente sabe-se em que aspecto o turismo é importante e contribui efetivamente para o desenvolvimento das cidades; contudo a decisão final para investir neste setor é definida de acordo com o perfil de cada uma delas “Constata-se que o Turismo pode contribuir para a preservação de valores culturais que apresentem também um valor específico para o turista. [...]” (BENI, 2001, p. 87). Sendo assim, toda e qualquer urbe poderia desenvolver o turismo devido a existência de recursos culturais, patrimônios históricos, entre outros, sendo necessário apenas a delimitação dos meios e dos processos para desenvolver a atividade na sua plenitude.

Todos os investimentos realizados em função do turismo devem considerar o morador local na sua totalidade; afinal ambos são potenciais usuários do produto turístico. Os investimentos em estruturas físicas, específicas para o atendimento do viajante, são equipamentos que devem de alguma forma beneficiar a cidade e o morador.

Assim como num primeiro momento os principais benefícios para a cidade recaem em: geração de postos de emprego, desenvolvimento de estruturas

⁸ Así, con un planteamiento adecuado, el turismo sería capaz de beneficiar no sólo a la gente directamente implicada en el sector, sino también al conjunto de la ciudadanía.

específicas e aumento na arrecadação de impostos; um outro aspecto em evidência pode ser dado à valorização local dos próprios elementos que a cidade detém: o patrimônio, e que por motivos diversos não recebem o devido reconhecimento dos próprios residentes.

Certamente, é importante ponderar o valor e a importância dos elementos patrimoniais que as cidades detêm para o processo de manutenção dos mesmos. Estes desenvolvem grande poder de atração de turistas gerando valor a memória do local, podendo se tornar parte da estrutura turística numa determinada localidade.

Preservar não é exclusividade de cidades onde os recursos culturais passam de quinhentos, mil ou dois mil anos; manter vivo e conservado o legado cultural dos antepassados é sem dúvida obrigação de todos, moradores e visitantes, ambos envolvidos no processo de valorização do patrimônio e responsáveis pela permanência e continuidade dos mesmos para as futuras gerações.

4 GESTÃO URBANA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento e o gerenciamento das políticas públicas municipais não são apenas resultados do envolvimento e vontade dos grupos políticos existentes nos meios urbanos; contrário ao que se pensa, a sociedade é que deveria promover e gerenciar estas ações, tirando assim proveito e benefícios para todos.

Este processo de atuação permanente, na administração e gestão do patrimônio municipal, resultará numa gestão eficaz, descentralizada e ágil, onde os resultados e ganhos serão consequência de ações objetivas realizadas por meio de políticas, planos e projetos, direcionados às diversas áreas e setores existentes numa cidade.

À guisa de introdução e exemplo nesta temática é possível ressaltar como uma gestão integrada, envolvendo comunidade e autoridades municipais, estaduais e federais, permite a criação de ações específicas e eficazes na manutenção de uma salubridade urbana ideal. Em se tratando dessas ações, Azevedo e Botelho (1991, p. 53) citam alguns dos serviços mínimos que as cidades devem possuir para serem consideradas ideais: sistema público de fornecimento de água potável, coleta de esgoto, coleta do lixo urbano e sistema de águas pluviais.

O sistema público de água potável tornar-se-ia eficiente desde que fornece-se recursos a toda população existente dentro da cidade. No relacionado ao sistema de coleta de esgoto, é considerado ideal quando o atendimento é eficaz desde o recolhimento dos resíduos até o destino dos mesmos de forma a preservar o meio ambiente local.

Na questão do lixo urbano, os autores destacam a coleta desses através da varrição de ruas, evitando assim o destino dos resíduos no sistema de águas pluviais da cidade. Finalmente, quando mencionam o sistema de coleta das águas pluviais, é considerado ideal desde que evite as enchentes e consequentes transbordamentos dos reservatórios e seus afluentes; isso é possível através do correto escoamento das águas das chuvas, considerando ainda os diversos tipos de impermeabilização dos solos em algumas cidades.

Todos os atos mencionados anteriormente, não deveriam ser resultado de iniciativas isoladas dos governos, instâncias municipais ou das empresas eventualmente terceirizadas, criadas especificamente para a execução desses serviços. A resolução dos problemas de cunho estrutural, assim como de outros, deve e precisa ter o envolvimento do cidadão.

As estruturas de governo municipal, estadual e federal, existem no intuito de viabilizar os recursos e ações, considerando o interesse e principalmente as necessidades da população. A autonomia existente não significa liberdade para agir sem responsabilidade e sim com dever e participação do morador local. Uma exemplificação clara é a outorgada pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2006), o qual determina um conjunto de princípios e diretrizes para a correta implementação dos planos diretores. De acordo com o ministério, o planejamento participativo norteia a elaboração do plano:

Garantir a participação dos diferentes segmentos da sociedade no planejamento e na gestão da política urbana e territorial é um grande desafio. Todos os cidadãos estão habilitados e participar do planejamento da sua cidade e podem intervir na realidade de seu município. [...] A democratização das decisões é fundamental para transformar o planejamento da ação municipal em algo compartilhado e assumido pelos cidadãos, bem como para assegurar o comprometimento e a responsabilidade de todos no processo de construção e implementação do Plano Diretor (*Ibid*).

Além disso, o Estatuto das Cidades, no seu artigo 2º, delimita claramente a necessidade do envolvimento do munícipe nas decisões e estruturações da sua urbe, respeitando ainda o direito das mesmas se tornarem ambientes sustentáveis “(...) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.” (BRASIL, 2001).

Nos assuntos relacionados ao turismo, a situação não poderia ser diferente. De acordo com Dias (2003), a identificação do mercado turístico que qualquer localidade almeja, não está necessariamente vinculada à política de mercado nacional

[...] através de medidas locais, um governo municipal pode ser capaz de atrair investimentos e, com uma promoção eficiente, tornar o município um centro de atração turística que poderá rivalizar com outros centros do restante do mundo (*Ibid*, p. 27).

É claro que o entendimento de quão longe o município deseja chegar, em relação à promoção e divulgação, depende de uma estruturação não relacionada unicamente à sua infra-estrutura física, política, de recursos humanos ou de outros tipos, e sim na adequação, preparação e vontade da própria comunidade em visualizar isso como um objetivo viável e real; logo, o interesse desta prevalecerá aos interesses políticos.

Como forma de iniciar esta discussão teórico-conceitual, serão apresentados, separadamente os conceitos de gestão municipal, aliados à figura do gestor vinculados ao caso da cidade de Curitiba.

4.1 A Gestão Municipal Urbana

Entende-se como gestão municipal o conjunto de atos administrativos realizados em favor da população local, propiciando uma integração entre os diversos setores existentes no meio urbano, tais como: econômico, político, social, religioso, turístico, entre outros. Entretanto, essas iniciativas não determinam uma gestão urbana ideal, sendo necessário descentralizar, atualizar ou modificar os modelos de administração existentes; logo, esses permitirão viabilizar uma harmonização e implementação dos interesses comunitários como um todo. (REZENDE; CASTOR, 2006; IVO, 2000).

A figura do gestor urbano, ou gestor municipal, é uma evolução na concepção do antigo administrador do município, já que o primeiro além de atuar como administrador dos recursos e tomar decisões quanto o destino dos mesmos, estará gerindo a cidade nos moldes de uma empresa, liderando a mesma com objetivos e metas pré-estipulados.

Embora seja um modelo de gestão inicialmente implementado no âmbito federal, a Nova Gestão Pública (NGP), traduzido do inglês *New Public Management*, prioriza os resultados e as metas relacionados às necessidades da população, considerando ainda, a lucratividade financeira da instituição pública uma necessidade para implementação das suas ações no campo social (MARINI, 2002). Este modelo agilizaria a utilização dos recursos financeiros, evitando a lentidão e a burocratização da máquina pública. Devido às metas e objetivos delineados para este fim, a satisfação da comunidade seria atingida em prazos menores que os atuais.

Ainda na mesma linha de raciocínio, outro modelo de gestão pública, porém mais direcionado no âmbito municipal é o que considera o cidadão como usuário e cliente dos serviços públicos. No entendimento destes gestores, o processo envolve os denominados Cinco R da gestão pública: Reestruturação, Reengenharia, Reinvenção, Realinhamento e Reconceitualização; assim sendo, o setor público orientará suas ações considerando prioritário o bem-estar e a satisfação do cidadão-usuário (JONES; THOMPSON, 2000).

No entanto, o avanço dado em relação ao gestor urbano está fundamentado no conceito da autonomia municipal, ampliada a partir da implantação do Estatuto da Cidade, sendo seu significado o seguinte: “A autonomia administrativa compreende a gestão dos serviços locais, isto é, aqueles em que o interesse municipal é maior do que o federal ou o estadual” (COSTA, 2000, p. 101). Ao mesmo tempo, no capítulo IV do próprio estatuto, são demarcados os instrumentos legais e sociais, necessários para uma correta gestão local:

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 18).

Segundo o Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1987, p. 32), a descentralização das atividades relacionadas a finanças, recursos humanos e políticas públicas é uma condição necessária para tornar qualquer gestão urbana mais ágil e eficaz; de acordo com a

comissão, esta distribuição de responsabilidades permitirá que os gestores urbanos administrem e identifiquem com mais proximidade as necessidades de suas cidades⁹.

Em Curitiba, as gestões municipais são caracterizadas por etapas e processos de gestão diferenciados entre si; porém, com resultados benéficos e constantes à população local. Na década de 1970, a cidade ganhou reputação ao se tornar uma das poucas a desenvolver iniciativas urbanas arrojadas e inovadoras, mesmo à época dos atos estarem caracterizados pelo governo militar em Brasília. Os cargos executivos, governadores e prefeitos, seguiam a indicação dos militares, os quais outorgavam autonomia aos setores públicos, considerando estes como centralizadores das decisões locais:

Curitiba foi eleita, a partir daquele período, a mais genuína expressão do 'milagre brasileiro' em sua versão urbana. A prática do planejamento tecnocrático do estado centralista e autoritário que incorporou agudamente a ideologia da racionalidade, do 'discurso competente' e da neutralidade da ação planejadora encontrava, no projeto de modernização urbana curitibano, a mais concreta expressão dos projetos de desenvolvimento capitalista pretendidos para o país. Assim sendo, observamos que o quadro político nacional foi, naquele momento, extremamente favorável à instauração e à agilização da intervenção planejadora (SANCHEZ, 1997 *apud* MOURA, 2001, p. 209).

Ao que parecem, as ações centralizadoras e autoritárias impostas pelo governo daquela época, viabilizaram a consolidação das políticas públicas daquelas gestões criando cenários e condições favoráveis para impor as mudanças que, numa eventualidade, seriam bem aceitas ou não pelos moradores de Curitiba.

No início da década de 1980, e com o avanço para a reabertura da democracia no país, Curitiba desenvolve algumas descentralizações com o aparente objetivo de envolver as comunidade e associações de moradores, criando as bases para uma gestão democrática participativa no meio local: “[...], Curitiba reorganiza-se para acelerar a implantação de equipamentos sociais em áreas periféricas, e incentivar a gestão compartilhada através da criação de mecanismos de participação popular. [...]” (IPPUC, 2002, p. 41).

⁹ Tradução do autor: Good city management requires decentralization – of funds, political power, and personnel – to local authorities, which are best placed to appreciate and manage local needs.

Na década de 1990, as tarefas do município direcionaram as atenções às questões ecológicas, principalmente à criação de parques, reservatórios, políticas e legislação de incentivo à reciclagem do lixo, entre outras medidas (MENEZES, 2001).

A descentralização administrativa é mantida ao serem criadas as oito regiões municipais de Curitiba, idealizadas e implantadas com o nome de Ruas da Cidadania. Estas estruturas servem, não só como espaços do poder executivo municipal, onde são oferecidos à população os serviços da prefeitura nas proximidades das suas residências evitando assim o deslocamento dos mesmos para o centro da cidade, mas também como espaços de convivência e desenvolvimento econômico das áreas periféricas da cidade. De acordo com o IPPUC (2002, p. 56) a figura do administrador regional é fundamental para o gerenciamento destes espaços; a responsabilidade deste recai no atendimento às necessidades das comunidades do entorno, principalmente aquelas relacionadas com o fornecimento dos serviços públicos.

Os modelos de gestão urbana são diversos e inúmeros; a implantação desses não dependeria necessariamente da orientação e do poder político existente no momento da sua escolha. Contudo, a experiência curitibana reflete um encaminhamento urbano, orientado numa época determinada, aos interesses do poder executivo. Num segundo momento estes atos foram direcionados, numa aparente revolução política, à sociedade instaurando uma descentralização programada, a qual atenderia de uma melhor forma os interesses de todos. Atualmente esse modelo é reforçado através da descentralização proposta, logo no início da década de 1990, com a criação dos gestores locais instalados nas regionais de Curitiba; é instaurada através desta ação, uma aproximação maior do setor público, viabilizando assim a participação ativa dos cidadãos na construção de um espaço único para todos.

Com certeza, a gestão urbana ideal é aquela que atenta e atende às reais necessidades e prioridades que a população no geral demanda. Os modelos de gestão existentes servem não só como base para municípios e gestores, mas como instrumentos da prática democrática e organizada da cidade, primando pelo exercício da sociedade sustentável, isto é atendendo os anseios de todos e não só de grupos e interesses específicos.

4.2 Gestão dos Destinos Turísticos

A gestão dos destinos turísticos é na atualidade um processo organizado e sistematizado. Dentre os diversos modelos de sistemas de turismo existentes, Beni (2001), apresenta um modelo de organização e sistematização denominado, Sistema de Turismo – SISTUR, o qual mostra de forma clara todos os recursos ou componentes essenciais, integrados e sistematizados, para o correto funcionamento desta atividade. O modelo proposto pelo autor (figura 2) é composto por três grandes conjuntos; estes se relacionam de acordo com as características e individualidades de cada um.

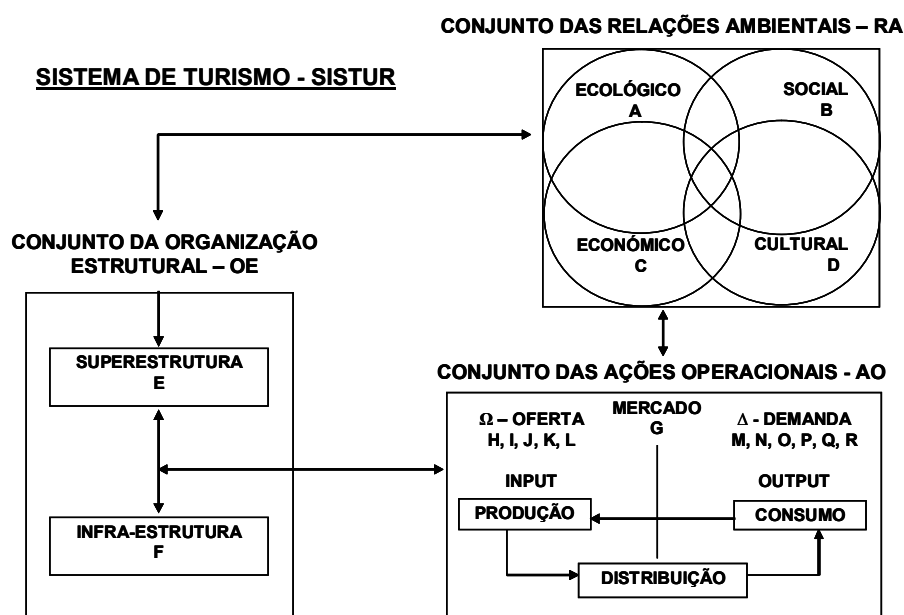


Figura 2 – Modelo do Sistema de Turismo - Sistur
Fonte: BENI, 2001

O primeiro conjunto, das relações ambientais, descreve cada componente (cultura, economia, ecologia e social), salientando a forma em que interagem com o meio turístico. A cultura contribui na relação com o ambiente,

aportando as características culturais tangíveis e intangíveis que a localidade tem. Os patrimônios históricos e arquitetônicos, a gastronomia com seus costumes culinários, as tradições folclóricas e musicais entre outros elementos, fazem parte da memória local a qual participará da estruturação do turismo. Porém, também é deste componente, as trocas culturais que visitante e visitado terão que experimentar quando da atividade turística estiver implantada, promovendo uma identificação do local e apreciação do ambiente em questão.

Os aspectos econômicos dizem respeito às formas de produção e consumo locais, identificando o modelo econômico existente que determina a realização de investimentos ou aportes no município, estado ou país. Também faz parte deste componente, analisar os efeitos que o turismo tem na cadeia produtiva e no consumo local, antes e depois da implantação desta atividade.

Para a gestão do destino turístico, a sociedade deve participar de forma constante identificando e assimilando as tradições e a memória da sua localidade “Para manter a identificação com o morador, uma boa estratégia é incluir o patrimônio nas atividades e alteração de usos dos edifícios” (BASTOS, 2004, p. 78). De acordo com Dias (2003, p. 153), as sociedades formadas por diversas classes sociais precisam participar da estruturação do turismo principalmente na compreensão dos benefícios que a atividade gera, assim como reconhecendo as dificuldades que possam vir acontecer. No entanto, o fortalecimento e a unidade social do todo serão os maiores resultados que existirão entre os diversos setores, evitando assim problemas de aculturação ou assimilação das particularidades dos turistas.

Ao tratar do componente ecológico para a gestão turística, este identifica os tipos de espaço existentes que permitirão a estruturação do turismo, somados aos meios culturais existentes nas cidades. Segundo Beni (2001), os espaços possuem características próprias que lhes outorgam diferenças nas suas potencialidades e condições. Logo, viabilizar o turismo também depende das condições naturais ou artificiais que o espaço local oferece e não exclusivamente do anseio da população ou dos setores governamentais.

No segundo grande conjunto, o da organização estrutural, o SISTUR apresenta a importância das políticas públicas para o desenvolvimento dos planos e das ações no turismo. Também é destaque neste componente, o planejamento

estratégico e integrado, sendo este utilizado na elaboração e formatação da atividade turística nos três âmbitos do governo (BRASIL, 2003). As diversas formas de gestão citadas no item 4.1 seriam instrumentos possíveis; no entanto, se percebe que estes mecanismos no caso da gestão turística municipal, seriam viáveis desde que exista a participação de recursos humanos capacitados e comprometidos com esta atividade.

Como último componente do sistema turístico, está o das ações operacionais. Este descreve os tipos de mercado existentes, assim como seus componentes e estruturas específicas. Beni descreve as etapas da produção, distribuição e consumo como essenciais para o atendimento das demandas, diversificando assim a oferta turística do local. O autor valoriza de forma especial o processo de produção e distribuição no mercado turístico, devido às eventuais complexidades que o mesmo oferece em relação a produtos concorrentes ou substitutos.

Sendo assim, Petrocchi ressalta que o planejamento e a gestão em turismo são bem estruturados quando mostram consistência, vínculo nas suas ações e tendem a objetivos únicos “Além disso, deve converter recursos naturais em recursos turísticos, ordenando o território e melhorando as infra-estruturas, equipamentos, serviços, promoções e preservação do ambiente físico, natural e urbano” (PETROCCHI, 2001, p. 72).

Atualmente, turismo se entende como uma fonte geradora de recursos financeiros para o setor público, privado e pessoas físicas. A atividade turística merece atenção específica por parte dos gestores urbanos, sem desconsiderar as prioridades e necessidades da sociedade, sem a qual a própria atividade não teria condições de subsistir. Ao mesmo tempo, se reconhece como necessária a sistematização do turismo no ambiente econômico e social, sem o qual seu gerenciamento poderia não ter os resultados esperados. Deve-se lembrar que, assim como outras atividades, o turismo deve também considerar que suas ações devem ser direcionadas à sustentabilidade do local e do meio social onde se desenvolve.

4.3 Desenvolvimento Sustentável

Dar início à apresentação do que é desenvolvimento sustentável, exige sem dúvida compreender as diversas interpretações dadas ao Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), resultado de um estudo designado pela Organização das Nações Unidas, na década de 1980. No entanto, à guisa de introdução poder-se-ia definir empiricamente a sustentabilidade como as ações realizadas a manter algo ou alguém constantemente, no mesmo local ou da mesma forma. A palavra desenvolvimento, também de forma empírica, tem o sentido de crescimento, aumento e progresso constante.

A interpretação que a Comissão Brundtland teve dessa expressão está relacionada à preservação e manutenção do meio ambiente global, com vista às gerações futuras. Segundo Barbieri (2005, p. 25), os desafios e objetivos que a comissão teve quando da sua criação, eram o de universalizar o conceito e as informações, de maneira tal que os objetivos traçados num primeiro momento não fossem limitados unicamente às questões ambientais ou ao meio ambiente, muito menos ao desenvolvimento econômico das nações.

(...) desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

De acordo com a própria comissão, a humanidade tem a habilidade de fazer com que o desenvolvimento sustentável assegure a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para que possam satisfazer as próprias necessidades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1987, p. 24). Ainda assim, o maior número de interpretações é na atualidade voltada ao “meio ambiente”. Para Van Bellen (2004, p. 72-73):

O desenvolvimento sustentável depende então de reduzir a destruição ecológica, principalmente através da diminuição das trocas de energia e matéria-prima dentro da economia. [...] A sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Utilizando uma metáfora econômica, deve se viver dentro da capacidade do capital natural (2004, p. 72-73).

Já para Barbieri (2005), a compreensão do que significa o desenvolvimento sustentável está fundamentada também nos preceitos ecológicos e ambientais, traçados pela atual World Wildlife Fund (WWF), também solicitado na época pela Organização das Nações Unidas, especificamente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):

[...], uma estratégia mundial para a conservação da natureza deve alcançar os seguintes objetivos: (1) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do Ser Humano; (2) preservar a diversidade genética; e (3) assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana (*Ibid*, p. 23).

Ora, se a maioria das definições do que é desenvolvimento sustentável está orientada à interpretação do meio ambiente e a preservação do sistema ecológico, como é possível discutir o desenvolvimento sustentável das cidades?

Um dos grandes desafios existentes a partir do exposto é o poder relacionar e direcionar os recursos, potencialidades e necessidades para que o desenvolvimento sustentável possa acontecer verdadeiramente no meio urbano. Neste sentido, o desenvolvimento econômico é um dos muitos elementos que devem ser levados em consideração já que não é possível desvincular o mesmo da natureza, ou do meio ambiente natural (CAVALCANTI, 1998, p. 18).

De acordo com Acselrad (2001), a sustentabilidade das cidades também passaria por diversas interpretações. As mais utilizadas são as das cidades que devem promover o equilíbrio do consumo dos combustíveis fósseis, promovendo assim a utilização de meios alternativos ou de menor impacto ao meio ambiente. Somada à definição anterior, também existe aquela que promove a diminuição da quantidade de dejetos e resíduos sólidos e não sólidos, evitando

assim a poluição e degradação das bacias hidrográficas, assim como dos lençóis freáticos, como também do próprio acúmulo de resíduos não recicláveis.

Porém, a interpretação mais próxima deste estudo, que complementa as anteriores, é aquela vinculada às questões patrimoniais das cidades: “Uma noção de sustentabilidade associada à categoria patrimônio refere-se não só à materialidade das cidades, mas a seu caráter e suas identidades, a valores e heranças construídos ao longo do tempo” (*Ibid*, p. 44).

Para Acselrad, parafraseando Emelianoff (1995), manter monumentos e sítios históricos, considerados como patrimônio, não só viabiliza as ações de preservação e manutenção da história local, como também incentiva à assimilação do próprio patrimônio, incentivando a competitividade urbana por busca de capitais estrangeiros que criem condições de subsistência econômica local. Segundo o autor, “[...], realizando aquilo que alguns descrevem como um processo de promoção da ‘economia da beleza em nome da beleza da economia’” (RODRIGUES DA COSTA, 1997, *apud* ACSELRAD, p. 44).

As medidas de preservação dos patrimônios históricos, podem sem dúvida gerar ganhos para o desenvolvimento sustentável das populações, onde estas ações sejam realizadas.

Tiesdell, Oc e Heath (1998), argumentam que as restaurações de bairros históricos promovem benefícios aos residentes locais, assim como para aqueles que investem neste tipo de preservação. No entanto, eles recordam também que esse tipo de ação não deveria ser iniciativa do setor privado e sim do público. De acordo com os autores, o zelo e a guarda desses elementos é responsabilidade dos governos locais e a sustentabilidade urbana teria relação direta com essa ação já que ela está relacionada com a continuidade da memória local ou da herança cultural¹⁰.

De acordo com Garcez (2006), a sustentabilidade econômica da cidade é incentivada através da industrialização do meio urbano, iniciada na década

¹⁰ Tradução do autor: Such protection is an example of public intervention in the interests of communal welfare. In the absence of such controls, the market might often fail to protect buildings which society deems worthy of retention It is important to review the desires whose influence has resulted in the creation of the legal controls. The principal justifications for historic preservation are given in the following seven subsections. Aesthetic value [...] Valeu for architectural diversity [...] Valeu for environmental diversity [...] Valeu for functional diversity [...] Resource value [...] Valeu for continuity of cultural memory/heritage value [...] Economic and commercial valeu.

de 1970. As interações entre os que procuram emprego e dos que ofertam trabalho fizeram com que hoje exista uma grande concentração empresarial e arrecadação fiscal em função destes acontecimentos.

No âmbito da sustentabilidade, um destaque vai para as políticas de saneamento ambiental, as quais permitiram reduzir as enchentes e alagamentos em diversos pontos da capital (GARCEZ, 2006; MENEZES, 2001). Estas ações não são exclusivas do governo municipal; algumas têm a participação do governo estadual, principalmente as orientadas à região metropolitana.

Já no âmbito da social, o panorama não aparece com tantos impactos favoráveis devido à complexidade e dificuldade existente nesse setor. O município de Curitiba atende a grande parte da população localizada na região metropolitana; isto provavelmente acontece devido a falta de recursos e estruturas locais, fazendo com que a população menos favorecida usufrua dos serviços urbanos da capital. Segundo Garcez, “O sistema escolar de Curitiba atende 30% das crianças da região metropolitana que freqüentam o primeiro grau, porque muitas vezes o deslocamento ao município-sede é mais fácil que ao município onde moram as crianças” (*Ibid*, p. 137).

Sem dúvida esta situação se repete com o sistema de saúde e assim por diante; um eventual crescimento descontrolado das aglomerações urbanas na periferia de Curitiba podem ocasionar o estrangulamento de alguns serviços básicos para a população local, inviabilizando assim o uso dos mesmos por parte da população da região metropolitana.

Com certeza, o grande desafio da gestão urbana é o desenvolvimento sustentável das cidades pela ótica social. Uma intervenção do município nas ações de preservação dos patrimônios auxiliares, sem dúvida, a alcançar esta meta.

As classes sociais com menos recursos financeiros ou com pouco acesso aos serviços básicos devem ser prioridade nas ações dos governos municipais. Prioridade essa que deve ser reivindicada reiteradamente pelos grupos sociais menos favorecidos. E neste sentido, o reconhecimento de origens e história comum são bases importantes para construção de identidades e objetivos coletivos

e principalmente da consciência dos seus direitos aos benefícios oferecidos pela cidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do tema de pesquisa envolveu uma discussão teórica de assuntos e temas relacionados ao patrimônio, turismo e gestão urbana, permitindo refletir, compreender e construir as relações existentes entre todas essas matérias. Esta construção teórica criou e ilustrou os possíveis benefícios que o plano de revitalização do setor histórico trouxe à gestão de um destino turístico, considerando para tal, a cidade de Curitiba.

O estudo caracteriza-se, de acordo com os objetivos traçados no início, como uma pesquisa do estilo exploratório e descritiva (SILVA; MENEZES, 2005). Ao utilizar a pesquisa exploratória, o estudo permite desvendar conceitos e temas, os quais auxiliam a sustentar a hipótese citada no começo do estudo. Ao mesmo tempo, explora a legislação do patrimônio de Curitiba, fornecendo as experiências para o estudo posterior. Também está caracterizada como uma pesquisa descritiva, ao relatar os documentos do objeto de estudo, viabilizando o subsídio de informações para o estudo de caso posterior.

De acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007), a pesquisa descritiva se caracteriza por observar dados e fatos sem manipular os mesmos em benefício do estudo. Ainda este método procura identificar as circunstâncias de acontecimentos e de eventos, relacionados a pessoas físicas ou instituições constituídas.

As técnicas de pesquisa utilizadas ao longo do estudo para confrontar e relacionar a teoria pesquisada com as políticas e indicadores de turismo de Curitiba se resumem a dois tipos principais: pesquisa bibliográfica e o estudo de caso (YIN, 1989 *apud* BRESSAN, 2000). Ambas norteiam o trabalho seguindo os objetivos traçados no início.

Sendo assim, as bases teóricas das análises foram estabelecidas nos primeiros três capítulos do estudo, descrevendo: patrimônio, cultura e memória; as cidades e suas relações com o turismo; e a gestão urbana, gestão do turismo e seus vínculos com o desenvolvimento sustentável. Estas relações foram construídas

através da pesquisa bibliográfica a qual, segundo Silva e Menezes (2005, p. 38) é “[...] aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e até eletronicamente, disponibilizada na Internet”.

Cervo, Bervian e Da Silva (2007) também citam a importância da pesquisa bibliográfica ao mencionar que “A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelo quais se busca o domínio do *estado da arte* sobre determinado tema” (*Ibid*, p. 61).

Finalizada a construção do referencial teórico, inicia-se o processo de estudo de caso das políticas municipais orientadas à preservação do patrimônio histórico, assim como do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba.

Segundo Yin (*apud* BRESSAN, 2000), existem diversos motivos para implementar um estudo de caso nos estudos acadêmicos. Segundo o autor, a importância deve ser outorgado “[...] quando do estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas” (*Ibid*, p. 2).

Ainda Yin mostra algumas formas de aproveitamento DO método do estudo de caso:

1. Para explicar ligações causais nas intervenções na vida real que são muito complexas para serem abordadas pelos ‘surveys’ ou pelas estratégias experimentais; 2. Para descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu; 3. Para fazer uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada; e 4. Para explorar aquelas situações onde as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos. (*Ibid*, p. 3)

Com a utilização destes processos, as etapas posteriores puderam ser desenvolvidas, através dos subsídios fornecidos nos capítulos anteriores. Para efeitos de delimitação no tempo e espaço do estudo proposto, utilizou-se como referência o plano de revitalização do centro histórico de Curitiba desenvolvido no ano de 1970. Ao mesmo tempo, e para efeitos de relato e contribuição teórica, a

descrição dos planos diretores teve como ponto de partida o Plano Diretor de Curitiba de 1943 – Plano Agache, o Plano Diretor de 1966 e o Plano Diretor de 2004.

Já no relacionado aos estudos de demanda turística de Curitiba, esta teve como ponto inicial o ano de 1990. Devido aos primeiros estudos terem sido desenvolvidos em 1987 e, de acordo com a própria equipe técnica de pesquisa, os modelos de formulários implementados no início sofreram diversas alterações, inclusive nos anos de 1990; mesmo assim e para efeitos de credibilidade e consistência do estudo, considerou-se importante referenciar o período de 1990 a 2005, inclusive. Ainda no relacionado às pesquisas de demanda, é necessário ressaltar que nos anos 1998, 1999 e 2002 as pesquisas não foram desenvolvidas por motivos de política estadual; no entanto quando esses anos aparecerem nos gráficos, são cálculos estimados pelo setor de pesquisa e estatística da Paraná Turismo.

Devido ao tema principal tratar da gestão urbana somada ao turismo, a finalização da pesquisa aborda recomendações para promover a integração destas duas grandes áreas multidisciplinares; nas conclusões, estão descritas as etapas futuras para possíveis estudos.

6 CIDADE DE CURITIBA

6.1 Formação Urbana de Curitiba

A região da atual cidade de Curitiba, teve como seus primeiros habitantes os índios Jês e os Tupis-Guaranis, sendo estes últimos, segundo Chmyz (1995, p. 42), os que tiveram contato direto com os portugueses que apareceram na região a procura de ouro por volta do século XVI.

As primeiras cidades fundadas no Paraná foram as litorâneas; isso devido à importância que estas possuíam em função do transporte dos produtos e das riquezas que o império português extraía do território brasileiro. Curitiba surge de um povoado existente às margens do rio Atuba, o qual posteriormente será alterado para a região entre os rios Ivo e Belém (DUARTE; GUINSKI, 2002) onde, em 29 de março de 1693, é fundada a Vila de Nossa Senhora da Luz e do Bom Jesus dos Pinhais de Curitiba.

Após sua fundação, a cidade não evolui de forma rápida e dinâmica; pelo contrário, sua expansão e crescimento foram tímidos. Como comarca de São Paulo, Curitiba começa a se destacar principalmente pelas suas economias: a erva-mate e o transporte do gado realizado pelas tropas (IPEA; USP; IPPUC, 2001). Devido a sua localização geográfica, a cidade era considerada um dos pontos de comercialização da erva-mate; sendo que, com a inauguração da estrada de ferro Curitiba – Paranaguá se “[...] marcou um ponto de inflexão no desenvolvimento econômico do Paraná. Por muitas décadas se constituiu no principal corredor de exportação da produção paranaense” (MENEZES, 1996, p. 57).

Menezes também destaca que em 1853 houve uma primeira tentativa de planejamento urbano de Curitiba, a qual tinha como fim a colocação da cidade como um espaço urbano moderno e apto a ser designada capital do estado; a cidade competia com Paranaguá para ser a sede administrativa do Paraná.

[...] A iminência de tornar-se a capital da nova província fez com que, pela primeira vez, Curitiba sofresse uma tentativa de controle do uso do solo urbano. Para se tornar capital da província paranaense era preciso ter um perfil de cidade organizada. [...].

Os primeiros mapas do centro de Curitiba datam de 1863 (figura 3), onde se observa os primeiros traçados da cidade os quais serão modificados por Pierre Taulois nos anos seguintes. Este urbanista, foi o responsável pela primeira transformação urbana de Curitiba com a realização do denominado “Plano Taulois”.

O documento, mesmo não sendo considerado um verdadeiro plano urbanístico, foi o marco inicial das ações de controle e delimitação de ruas, as quais seriam aprofundadas com o Plano Agache e o Plano Serete de 1943 e 1966, respectivamente.

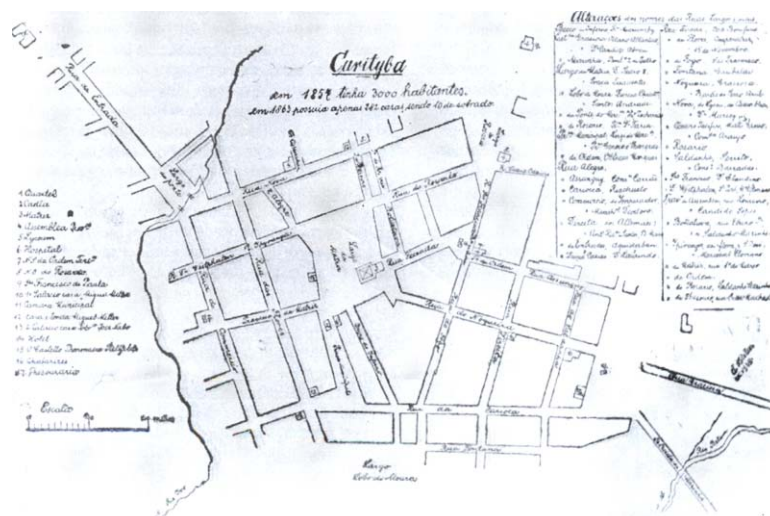


Figura 3 – Planta de Curitiba 1863.
Fonte: IPEA; USP; IPPUC, 2001.

Logo após a definição de Curitiba como capital do estado, uma das primeiras ações do novo governo foi o incentivo à migração de colonos de outros países. Italianos, poloneses, ucranianos, alemães, entre outros, povoaram a cidade a partir do ano de 1872; estes fizeram do Brasil sua nova pátria e da cidade sua nova moradia.

Inicialmente os maiores contingentes foram de alemães, poloneses e italianos, seguidos de um menor número de ucranianos, franceses, ingleses e austríacos entre outros. [...] Calcula-se que aproximadamente 30 mil imigrantes chegaram a Curitiba entre 1872 e 1900 e cerca de 27 mil entre 1900 e 1920. (MENEZES, 1996, p. 58).

A evolução urbana da cidade foi marcada pelo aumento da sua região de abrangência, expansão territorial e, ao mesmo tempo, pelo aumento populacional gerando ao final do século XIX um crescimento desestruturado de Curitiba (IPEA; USP; IPPUC, 2001, p. 81). É interessante ressaltar que, mesmo com a expansão territorial da cidade, o centro urbano da capital mantinha o padrão dos primeiros traçados do Plano Taulois.

Em 1894 a cidade de Curitiba já apresentava um considerável aumento no centro da sua localidade (figura 4).

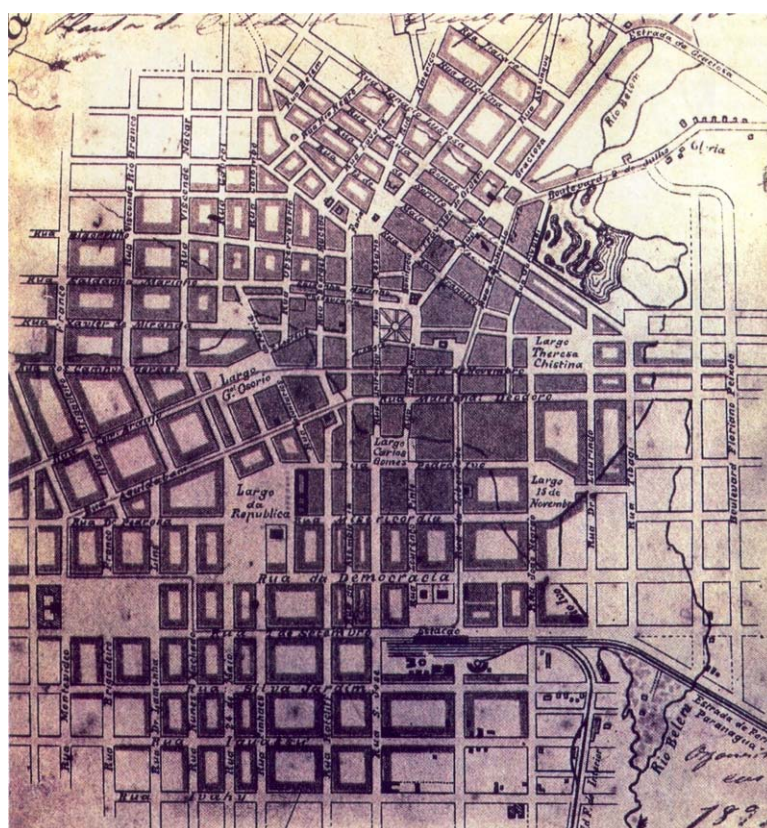


Figura 4 – Planta de Curitiba 1894.
Fonte: IPEA; USP; IPPUC, 2001.

Logo, tornar-se-ia Curitiba uma cidade de imigrantes, a qual continuaria a crescer impulsionada pela ligação ferroviária com o litoral, o que lhe garantiria uma sintonia permanente com as novidades dos grandes centros nacionais e internacionais. Este desenvolvimento incentivou a formação dos primeiros hotéis nas proximidades da Estação Ferroviária (figura 5 e 6).



Figura 5 – Hotel Roma, Hotel Tassi e a Estação Ferroviária
Fonte: Cartão postal circulado na década de 1920. Acervo Leonardo T. Oba.



Figura 6 – Grande Hotel na Rua XV com Rua da Liberdade em 1908
Fonte: Gazeta do Povo – 25/05/1997

Ao término da década de 1930, as indústrias instaladas na capital e o crescimento populacional, resultado das imigrações promovidas no século XIX, foram motivos suficientes para sua reestruturação urbana. A figura 7 apresenta o adensamento urbano que Curitiba experimentou ao final daqueles anos.



Figura 7 – Planta de Curitiba 1937.
Fonte: DUARTE; GUINSKI, 2002.

No ano de 1943, surge o Plano Agache, plano diretor urbano desenvolvido pela empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda. do Rio de Janeiro (DUARTE; GUINSKI, 2002, p. 132), o qual passa a organizar e estruturar a cidade através de “[...] diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade, disciplinando o tráfego e organizando as funções urbanas.[...]” (IPEA; USP; IPPUC, 2001, p. 88).

Os critérios adotados para formatação do plano diretor da cidade recaíram na delimitação de áreas com funções específicas (“centros funcionais”). A região industrial, a universitária, a destinada aos esportes, a região do comércio e abastecimento, a localidade administrativa onde já foi delimitada a região do atual Centro Cívico e ainda os locais de lazer e recreação (*Ibid.*). Com a delimitação do

plano, Curitiba inicia um processo de gestão do meio urbano, baseado no zoneamento da cidade, outorgando funções específicas a cada bairro ou localidade existente, definindo ainda, uma expansão da malha urbana de forma eqüitativa e organizada.

A continuação desta estruturação dá-se na publicação do Plano Serete, resultado de um concurso público organizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, o qual tem como objetivo dar continuidade ao planejamento urbano da cidade, considerando o grande crescimento populacional que a mesma enfrentou naquelas décadas: “Entre 1940 e 1960, a população de Curitiba passou de 140 mil para mais de 350 mil habitantes. [...]”(IPEA; USP; IPPUC, 2001, p. 89). Na década de 1960, foram criados a URBS – Companhia de Urbanização de Curitiba, o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e a COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba. A partir daí, a capital paranaense passa a dar grande importância a sua estruturação viária, valorizada através do sistema de transporte urbano. A preservação e manutenção de áreas verdes em Curitiba tornaram-se marca registrada do novo modelo de gestão urbana da cidade, ação já conhecida desde as primeiras medidas administrativas, inclusive no Plano Taulois.

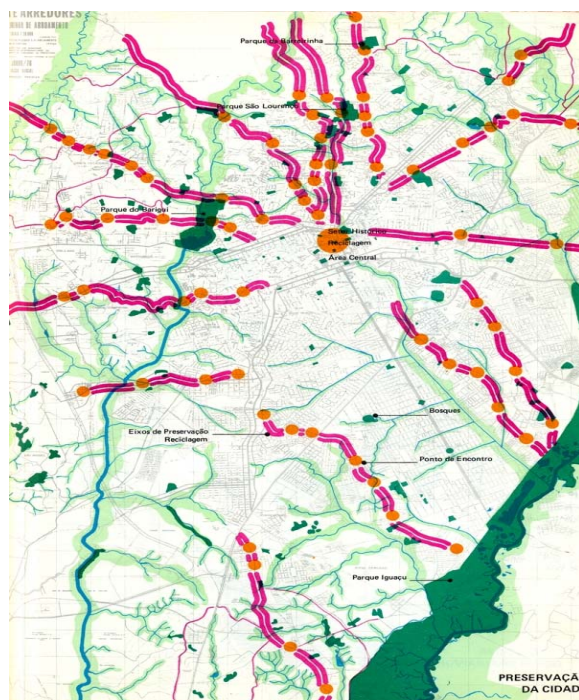


Figura 8 – Áreas de preservação da cidade de Curitiba
Fonte: Cidade de Curitiba, s. d.

Com a criação do Plano Serete, é implementado posteriormente, o Plano de Revitalização do Setor Histórico da cidade. No seu depoimento à Memória da Curitiba Urbana, série especial publicada pelo IPPUC em comemoração aos 25 anos de existência do instituto, o arquiteto Jorge Wilhelm coordenador da equipe que elaborou o denominado Plano Serete, comenta a respeito da criação dessa ação específica para uma das poucas áreas antigas da cidade:

Todo o programa de atividades, de valorização de edifícios históricos, o IPPUC fez fora – ou além – do plano, não havia previsão do Setor Histórico como tal, isto foi identificado posteriormente. Apenas, na pedestrianização que abrangia um pedaço do Setor Histórico, descrevia-se, localizava-se este setor: Rua XV, a velha Prefeitura na Praça Generoso Marques, a Praça Tiradentes. Descrevia-se parte do hoje Setor Histórico de Curitiba e convidava-se a atividades (WILHEIM *apud* IPPUC, 1990, p. 36).

Como Wilhelm menciona, o plano diretor da cidade de Curitiba não considerou, em momento algum, os vestígios históricos e patrimoniais da cidade.

É provável que houve perdas irreparáveis no patrimônio histórico da cidade, devido à importância outorgada às intervenções viárias em detrimento do seu acervo construído.

Numa análise mais específica deste assunto, Oba (1988), ao tratar dos marcos referenciais de Curitiba, destaca o pouco valor dado aos vestígios históricos e patrimoniais da cidade já desde o desenvolvimento do Plano Agache:

[...], o plano Agache, por sua abordagem abrangente e tecnocrática, preocupada essencialmente na estrutura viária, saneamento e criação de centros funcionais, não trouxe referências ao patrimônio histórico e cultural da cidade. Ao contrário, os alargamentos propostos nas áreas centrais acabaram por destruir importantes conjuntos urbanos do período anterior. (OBA, 1998, p. 229).

Poder-se-ia dizer que a crítica acima tem como base uma das mais drásticas intervenções realizada no centro de Curitiba. Com o objetivo de ampliar a estrutura viária da cidade, sendo que o local escolhido para esta mudança seria posteriormente delimitado como o Setor Histórico, foram demolidas diversas

construções e edificações já consideradas na época como antigas devido à localização das mesmas. Este assunto está detalhado no sexto capítulo desta pesquisa.

Mesmo assim, o desenvolvimento urbano de Curitiba continuou. O setor histórico passou por reformas estruturais e paisagísticas, valorizando sua arquitetura e a memória que carrega dentre seus espaços. Em 1985 (IPEA; USP; IPPUC, 2001, p. 91), a cidade ganha seu PMDU – Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano, onde foram definidos novos rumos para o gerenciamento e a administração do meio urbano curitibano. Um ano depois, Curitiba ganha oito administrações regionais: Freguesia da Matriz, Cajuru, Bacacheri, Santa Felicidade, Campo Comprido, Pinheirinho, Umbará e a da região do Boqueirão, estas ações mostrariam o novo modelo descentralizador da gestão urbana que a cidade instituiria a partir dos anos de 1990.

Na última década as mudanças realizadas na cidade são perceptíveis aos residentes e aos visitantes que passam por Curitiba. Intervenções nas áreas de infra-estrutura e organização das ocupações irregulares são medidas tomadas pela nova gestão municipal. Vazios urbanos localizados nos bairros da cidade, assim como extensões de áreas verdes, próximas dos rios que cortam ou fazem o limite geográfico da cidade, são equipados como novos espaços de lazer e visitação:

No rio Passaúna, onde o governo do Estado faz uma represa para abastecimento de água, a Prefeitura cria novo parque com 6.500.000 metros quadrados. O número de bosques também cresce. [...] A antiga pedreira da Prefeitura no Pilarzinho é transformada num teatro natural, para apresentações de espetáculos musicais ao ar livre, e recebe o nome de Paulo Leminski [...] Ao lado da pedreira, o prefeito ergue um teatro de vidro e metal, com projeto em estilo art nouveau: a Ópera de Arame. (DUARTE; GUINSKI, 2002, p. 227-228).

Novas transformações e adaptações ao espaço urbano serão realizadas de acordo com a demanda que a cidade apresente nas próximas décadas. Em 2004, a Prefeitura aprovou a Lei Municipal nº 11.266, a qual dispõe sobre a adequação do plano diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/01, sendo que: “Art. 2º. Esta lei complementa as diretrizes estabelecidas

no Plano Preliminar de Urbanismo e no Plano Diretor de Curitiba, instituído pela Lei nº 2828, de 10 de agosto de 1.966, [...]” (CURITIBA, 2006). O planejamento contínuo e estruturado da cidade de Curitiba reflete-se na aparente estruturação da sua legislação urbana. Na próxima etapa deste estudo, será discutida a existência de políticas de preservação do patrimônio histórico da cidade, começando pelo Plano de Revitalização do Setor Histórico dos anos de 1970, verificando os reflexos desse para o turismo na capital paranaense.

6.2 Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio Histórico

Durante o processo de formação da cidade de Curitiba, as diversas intervenções físicas e políticas, as quais priorizavam no seu escopo a sociedade curitibana, fizeram com que as adaptações e a convivência do morador com o espaço urbano, resultassem numa relação estreita de consciência pelo meio ambiente e apreço pelo seu entorno. A evolução urbana e o crescimento da população que a capital enfrentou, seja pela migração do final do século XIX, pela expansão comercial e industrial ou, pelo aumento da população na região metropolitana, obrigou os gestores municipais a adaptar construções, rios, parques e lagos às necessidades constantes que a cada dia surgiam.

Cada intervenção realizada em Curitiba exigia uma contrapartida legal, onde estivessem registrados os fins, os meios e, em alguns casos, os prazos de cada ação. A elaboração das políticas públicas, estaduais e municipais relacionadas à preservação do patrimônio histórico nem sempre teve raciocínio único ou similar; muitas dessas iniciativas possuem intervalos de tempo grandes ou até mesmo não deram continuidade às tarefas anteriores. Sem considerar um possível descaso ou falta de interesse no tema, descreve-se a seguir (tabela 1) a evolução histórica das principais leis, decretos e atos relacionados à preservação e manutenção do Setor Histórico de Curitiba.

Tabela 1: Patrimônio Histórico e Cultural de Curitiba e do Paraná: evolução histórica da legislação e principais ações, período 1941 a 2004

ANO	ESTADUAL	MUNICIPAL
1941		Ação – tombamento do acervo do Museu Paranaense (âmbito municipal).
1942		Plano Agache – plano diretor da cidade de Curitiba.
1965		Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba.
1966	Tombamento estadual – Museus Paranaense (antigo Paço Municipal), Igreja da Ordem, Belvedere, Ruínas da Praça João Cândido	Lei nº 2828 institui o Plano Diretor de Curitiba, fornece as primeiras diretrizes para o Setor Histórico da cidade.
1970		Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba.
1971		Decreto nº 1.160 delimita o Setor Histórico de Curitiba.
1972		Lei nº 4.199 dispõe sobre o Zoneamento Urbano de Curitiba.
1972		Lei nº 4.335 incorporação da Casa Romário Martins ao patrimônio histórico de Curitiba.
1973		Ação – transformação da antiga fábrica de cola do Parque São Lourenço no Centro de Criatividade de Curitiba.
1975		Lei nº 5.234 – modifica a lei nº 4.199 de 1972 (alterações no zoneamento de Curitiba).
1977	Plano Acervo RMCTBA – propõe usos e reformas de preservação em 363 imóveis (IPARDES, COMEC, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ).	
1979		Decreto nº 1.547 – criação Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação UIP, objetivo → proteger 586 imóveis.
1981		Decreto nº 161 – incentiva os donos de bens culturais – isenção IPTU.
1982		Lei nº 6.337 – lei do solo criado (incentivo p/preservar imóveis de valor cult, hist, arq.). Criação Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural que analisa as UIP.
1983		Ação – transformação do palacete Barão do Cerro Azul no Solar do Barão.
1991		Lei nº 7.833 – dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente.
1993		Decreto nº 380 – criação UIEP (Unidades de Interesse Especial de Preservação).
1995/ 1996		Projeto Cores da Cidade – recuperação da Praça Generoso Marques e Rua Riachuelo (parceria: Prefeitura Municipal de Curitiba, Fundação Roberto Marinho, Tintas Ypiranga).
1997		Projeto Revivendo Curitiba – Rua XV de Novembro, Rua Luís Xavier, Praça Osório e Rua Comendador Araújo.
2000		Decreto nº 185 – dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do solo no Setor Histórico. / Decreto nº 186 – dispõe sobre o Eixo Barão – Riachuelo.
2004		Lei nº 11.266 dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade.

Fonte: Elaboração própria, 2006.

O Plano Agache dos anos 1940, ainda hoje é considerado uma das pedras fundamentais do planejamento urbano em Curitiba. O documento apresenta as primeiras intervenções urbanísticas e paisagísticas na cidade, onde se estruturava o município por áreas ou localidades, todas elas com funções específicas. O plano possuía os seguintes objetivos a serem desenvolvidos:

[...] estabelece as linhas e normas essenciais de sua remodelação, extensão e embelezamento [...], disciplina seu tráfego, organiza suas funções urbanas, coordena suas atividades e proporciona à cidade uma fisionomia de capital, zoneia e codifica suas edificações, estimula e orienta seu desenvolvimento dentro das normas técnicas. (CURITIBA, 1943, p. 17).

O plano destaca como a capital do estado precisou implementar uma expansão predial e territorial desordenada, a qual se refletiu na “[...] derrubada sistemática dos grandes pinheiros que existiam na região, [...], é preciso e mesmo indispensável que se conservem os últimos pinheiros que embelezam estas campinas que caracterizam Curitiba.” (*Ibid*, p. 8).

A percepção da necessidade de manutenção dos elementos naturais em Curitiba, recomendava ações de preservação da mata nativa ainda na primeira metade do século XX. O plano agache assinala as grandes problemáticas que a cidade apresentava na época: saneamento urbano, falta de órgãos públicos funcionais e o descongestionamento do meio urbano (*Ibid*, p. 11).

Como característica marcante que a cidade possuía na época, o plano descreve o surgimento de prédios com “[...] oito e mais pavimentos, [...], que são verdadeiros ornamentos da cidade.” (*Ibid*, p. 10); são referências e base para uma ampliação e proposição posterior de ações direcionadas à expansão desta tipologia. De acordo com o estudo da época, Curitiba tem particularidades que a fazem única, porém ainda não captura do seu apreciador uma alusão à capital do estado do Paraná.

Ao final das análises, chegou-se ao resultado que: “[...] as linhas e normas essenciais de sua remodelação, extensão e embelezamento – [...] estimulam e orientam seu desenvolvimento dentro das normas técnicas.” (*Ibid*, p. 17). As grandes diretrizes do plano encaminham ações para formatação de

avenidas, implementação de códigos de obras e zoneamento, repartição das áreas e dos espaços livres e delimitação dos centros funcionais.

Assim, o Plano Agache (figura 9) delimita as principais funções que Curitiba deve possuir: as funções administrativas ou gerenciais, traduzidas no Centro Cívico; a de fabricação, produção e distribuição agrupadas nos centros Comercial e Industrial; as de moradia e residência nos Centros Residenciais e além dos Centros de lazer, de recreação e educação.

O plano não menciona centros de preservação ou de valorização do patrimônio arquitetônico, cultural e histórico da cidade; há referência ao uso de áreas verdes, transformando-as em parques, transformação de áreas vazias em estacionamentos, entre outros usos; no entanto o documento não faz alusão ao Setor Histórico de Curitiba, mesmo ele já existindo naquela época.

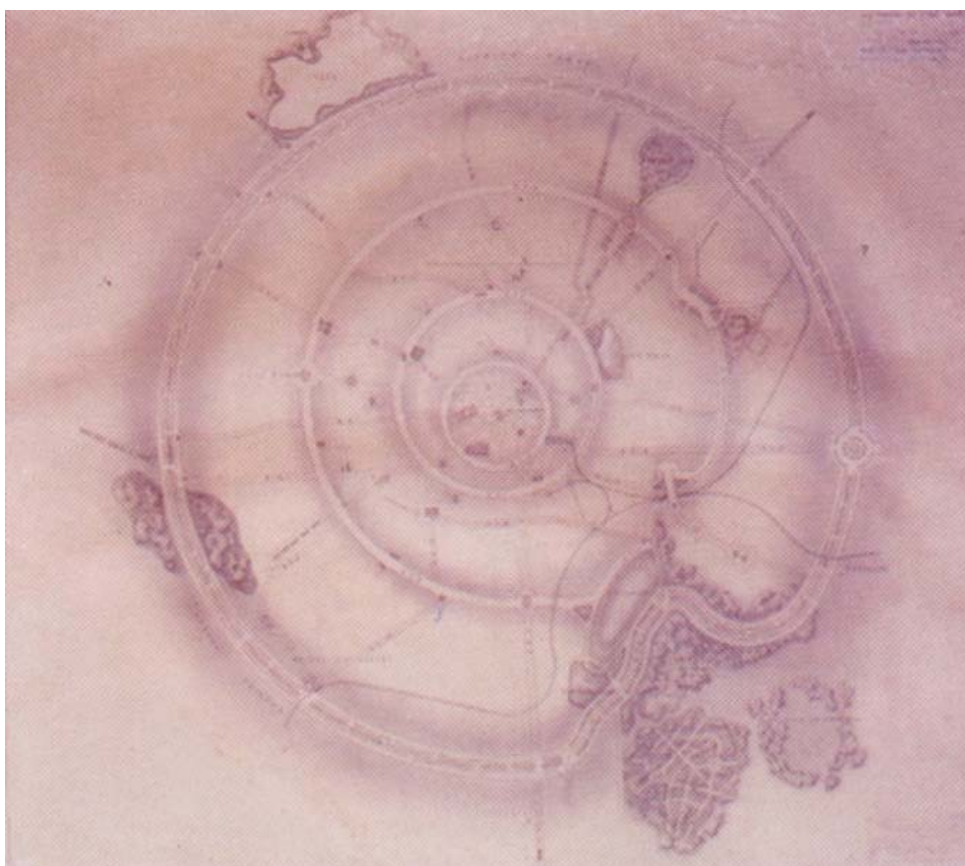


Figura 9 – Plano Agache, 1940
Fonte: Acervo IPPUC. DUARTE; GUINSKI, 2002, p. 138.

Em 1965, a prefeitura decide reavaliar o modelo urbano existente abrindo concurso para escolher um novo plano diretor, através do qual seriam traçadas as diretrizes dos próximos anos, prevendo para isto a expansão do município, assim como o crescimento da população local.

A Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda em parceria com o Arquiteto Jorge Wilhelm, apresentam o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. O plano traz como resultado propostas de crescimento para a cidade, considerando os eixos norte, sul e leste como os principais canalizadores da futura expansão local. Ao final do estudo, sugere-se a implantação de um novo sistema de zoneamento, considerando idéias ou subsídios do Plano Agache.

Ao todo, foram indicadas as seguintes zonas: cinco áreas residenciais, zonas comerciais divididas em zonas difusas e centros compactos, sendo estas últimas divididas em centro principal e centros secundários; depois são indicadas as zonas industriais da região norte e sul de Curitiba e, finalmente, as áreas especiais, onde unicamente são assinaladas as atividades de abastecimento, do setor universitário, do setor militar e as do governo, já existente no setor cívico de Curitiba (CURITIBA; CODEPAR, 1965, p. 158 – 169).

Cabe fazer referência nesta parte do estudo, que ao longo desta pesquisa e quando da identificação e leitura do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, não foi encontrado menção alguma a possíveis atos de intervenção, para manutenção ou preservação do centro histórico da época. No entanto Garcez (2006, p. 100) relata o seguinte:

Após análises e debates entre o prefeito, o grupo denominado “Escritório do Plano” e os demais departamentos da prefeitura, foram adicionadas às diretrizes básicas anteriormente explicitadas as seguinte: a – Estrutura de planejamento integrado; b – Preservação histórico-cultural; c – Renovação urbana.

Em se tratando do diagnóstico realizado pelos proponentes, há citações de como aconteceu o povoamento de Curitiba por meio dos imigrantes europeus, assim como ao uso extensivo da parte central da capital; isso, de acordo com o plano, ocorria devido à grande concentração de vida comercial e residencial existente naquelas décadas. Aponta-se ainda uma possível saturação do setor em

função das taxas de crescimento da década de 1950 para 1960 serem de 7,2% (CURITIBA; CODEPAR, 1965), consideradas altas para as médias do país.

No relacionado ao turismo e cultura de Curitiba, os apresentadores do plano preliminar comentavam já em 1965 uma aparente potencialidade da cidade em desenvolver algum tipo de atividade turística devido aos fluxos de estrangeiros em passagem para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como de brasileiros em viagem para o sul do país (CURITIBA; CODEPAR, 1965). As estruturas hoteleiras concentradas na sua grande maioria no centro da cidade, algumas com serviços de pouca qualidade, outras sem melhorias nem reformas, seriam beneficiadas com a existência de atividades culturais e de lazer, incentivando a permanência dos eventuais viajantes.

As menções às iniciativas culturais foram expostas na seção de áreas de recreação do plano. Citadas como essenciais para toda população, estas são descritas como praças, teatros e clubes sociais, onde pela referência aconteceriam eventos ou reuniões que refletiriam a cultura do morador em Curitiba.

A disposição legal que institui o novo plano diretor foi a Lei Municipal nº 2.828, de 31 de julho de 1966, na qual se citavam as orientações voltadas à manutenção e preservação do patrimônio histórico do município. Segundo o Artigo 52: “Fica estabelecida no Município de Curitiba, a Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais, com a finalidade de resguardar os valores históricos e urbanos de determinadas áreas.” (CURITIBA, 1966).

Contudo, o artigo 54 da mesma lei, não assinalava iniciativas claras e pontuais que poderiam ter aumentado o fluxo turístico na capital do estado. As ações pontuais e específicas para a preservação do patrimônio histórico do centro de Curitiba, foram traduzidas quatro anos depois no Plano de Revitalização do Setor Histórico de 1970, delimitado como área de preservação patrimonial e cultural da cidade pelo Decreto Municipal nº 1.160 de 1971. Ambos documentos serão descritos e analisados na próxima etapa da dissertação.

No ano de 1972, foi incorporado ao patrimônio histórico da cidade, pela Lei Municipal nº 4.335, a Casa Romário Martins. Esta residência está localizada no Setor Histórico da capital; logo a mesma já era preservada pelo plano de 1970.

Na atualidade, a Casa Romário Martins é local de exposição da memória e cultura curitibanas.

Um ano depois, em 14 de dezembro de 1973, foi inaugurado o Centro de Criatividade de Curitiba, instalado numa antiga fábrica de cola localizada no atual Parque São Lourenço. De acordo com a própria prefeitura, o centro seria: “[...] estimulador de criatividade no sentido mais amplo da palavra, um gigantesco laboratório de idéias e experiências.” (CURITIBA, 1989, p. 2). Em 1989, a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação Cultural da cidade iniciaram a primeira readequação do centro com a finalidade de proporcionar uma nova visão e uso ao espaço. A última reforma estrutural do local iniciou-se em 2006, com previsão para término em 2007.

Em 1977, foram destaques nas ações do setor público, as realizadas pelo governo estadual na região metropolitana de Curitiba. O IPARDES, a COMEC e a Secretaria de Planejamento do Estado mapearam todos os estabelecimentos comerciais, de moradia, capelas, igrejas, entre outros, que apresentavam características específicas para promover sua preservação e manutenção nos municípios dessas regiões. As localidades mapeadas foram: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Ao todo, foram estudados 397 imóveis nos 13 municípios citados (IPARDES; COMEC; SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, 1977).

Logo após as iniciativas do governo estadual, a Prefeitura de Curitiba, através do Decreto Municipal nº 1.547 de 14 de dezembro de 1979, criou o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, constituído por um total de 586 edificações consideradas relevantes e, segundo o próprio decreto, “[...], de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da cidade.” (CURITIBA, 1979).

Em 8 de janeiro de 1980, criou-se pelo Decreto Municipal nº 14, uma comissão de trabalho que definiria os imóveis que possuiriam valor histórico ou cultural real para o patrimônio da cidade. Posteriormente, estes ficariam isentos do pagamento do atual imposto predial e territorial urbano (IPTU), na época denominado imposto imobiliário, desde que tivessem cumprido as condições impostas pelo Decreto Municipal nº 161, de 8 de maio de 1981.

Embora esta ação da prefeitura fosse considerada ainda um fato inédito ao liberar do pagamento do imposto os donos dos imóveis considerados de valor histórico da cidade, e mesmo levando em conta que o Plano de Revitalização do Setor Histórico existe desde 1970, a liberação do pagamento exigia dos proprietários: “a) manter a estrutura original da edificação, [...] b) executar os trabalhos de recuperação e adaptação recomendados pela Comissão, [...] c) não alterar nenhum elemento da edificação [...]” (CURITIBA, 1981). Ainda que o decreto não fosse amplo, na quantidade de benefícios nem na diversificação dos meios para incentivar a preservação do patrimônio histórico, o centro histórico de Curitiba ganhou um reforço na diversificação da oferta de serviços, direcionados ao visitante cultural.

Uma ação de incentivo não dirigida exclusivamente ao setor histórico é a existente na Lei Municipal nº 6.337 de 1982, a qual libera a construção de estruturas acima da estipulada no zoneamento do imóvel, outorgando assim liberdade para inovar e criar novas formas de uso às edificações consideradas de valor cultural, histórico e arquitetônico. Em 1983, o palacete do Barão do Cerro Azul foi transformado no Solar do Barão; no local instalou-se o Centro Cultural Solar do Barão, o qual abriga diversos espaços para exposições culturais; dentre eles, destacam-se os museus de gravura e de fotografia, assim como o Centro de Pesquisa Guido Viaro além da primeira Gibiteca do Brasil. (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2007).

Em 1985, a mesma gestão municipal que fez o Centro Cultural Solar do Barão, desenvolveu o primeiro plano de preservação do patrimônio de Curitiba, intitulado Preservação do Patrimônio Cultural: Reviver Curitiba. Há nesta proposta apontamentos focados em três ações principais. A primeira delas está relacionada aos itens do patrimônio, definidos pelos técnicos como objeto; esses teriam seu zoneamento, regulamentação do uso do solo, medidas urbanísticas e sugestões de uso indicadas através desse projeto.

O segundo ato é relativo às ações “[...] orientadas a promover a sensibilização da comunidade e dos órgãos públicos, além de incrementar o aperfeiçoamento técnico dos profissionais da área” (IPPUC, 1985, p. 19). Caberia aos gestores municipais a elaboração de meios que levassem às comunidades e residentes em geral, informações necessárias que permitissem dar valor às

questões patrimoniais “[...] motivando e mobilizando a população a fim de minimizar as violações do patrimônio, uma vez que a principal causa da descaracterização dos ambientes históricos está no desconhecimento do seu valor cultural” (*Ibid*).

A última ação é a referente aos meios para conseguir resultados concretos nas propostas. Os mecanismos legais e os meios para viabilizar recursos financeiros: “Os financiamentos poderão ser realizados de maneira individual ou coletiva, dependendo da natureza do sítio” (*Ibid*, p. 20). Esta iniciativa auxiliaria de forma sólida aos proprietários, aos futuros empresários e à própria população, quando os projetos fossem aprovados e aplicados nas áreas culturais ou patrimoniais escolhidas na cidade.

Já no ano de 1991, através da Lei Municipal nº 7.833, que dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente, cria meios legais para ampliar a ação do setor público nos atos de preservação e manutenção do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Curitiba é um município brasileiro conhecido pelos rumos que seus gestores deram ao desenvolvimento da cidade. Os atos dirigidos à preservação do meio ambiente e à valorização do ser humano, são na atualidade referência dentro e fora do Brasil. As políticas públicas municipais e estaduais têm hoje uma abordagem mais ampla e a proteção do meio ambiente e a preocupação ecológica transcende o espaço natural e abrange também o ambiente cultural.

Sendo assim, é de interesse de Curitiba: “a proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município.” (CURITIBA, 1991). Uma nova competência que esta lei designa à Secretaria Municipal do Meio Ambiente é a seguinte: “X – Participar da promoção de medidas adequadas à preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;” (*Ibid*). No ano da comemoração dos 300 anos de fundação de Curitiba, 1993, a administração municipal criou, através do Decreto Municipal nº 380, as Unidades de Interesse Especial de Preservação – UIEP, as quais recebem por meio legal: “incentivos para a restauração e preservação de imóveis de Interesse Especial de Preservação [...]” (CURITIBA, 1993), esses traduzem-se em transferência do potencial construtivo, seguindo a legislação vigente na época. O Decreto nº 381, do mesmo dia e ano, cria as primeiras três UIEPS: Catedral Metropolitana de Curitiba, a sede da Sociedade

Garibaldi e o Edifício Central da Universidade Federal do Paraná, localizado na Praça Santos Andrade. Os três imóveis citados já estavam inseridos na relação das Unidades de Interesse de Preservação da capital (CURITIBA, 1993).

Logo no mesmo ano de 1993, os Decretos Municipais nº 425, do mês de abril e o nº 660 do mês de julho, outorgaram tanto à Catedral de Curitiba como à Sociedade Garibaldi, as formas de incentivo concedidas pela legislação (CURITIBA, 1993), por se tratarem de UIEP. Estas concessões traduzem-se na transferência do potencial construtivo de cada edificação, especificando as permissões e restrições, tanto no pertinente à modificação da estrutura ou ampliação da mesma.

Em 1995, a prefeitura da cidade decidiu implementar uma parceria público-privada, com a intenção de recuperar parte do setor histórico, delimitado pelo Decreto Municipal nº 1.160/1971, nos imóveis e prédios das áreas compreendidas pela Praça Generoso Marques e Rua Riachuelo. A Fundação Roberto Marinho e as Tintas Ypiranga fizeram uma parceria com a prefeitura de Curitiba e implementaram o projeto Cores da Cidade, o qual teve como grandes colaboradores os próprios moradores locais e os empresários localizados naquela região. De acordo com o próprio prefeito da época, Rafael Greca de Macedo:

“‘Cores da Cidade’ é o nome do admirável mutirão que devolveu brilho e esplendor ao casario desmaiado do entorno do Paço Municipal – Paço da Liberdade – [...] O relato do empenho de cidadãos em confirmar, com sua prática empolgada, a idéia de que ‘o homem só é eterno quando sua memória permanece’” (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 1996, p. 1).

O resultado desta ação ficou refletido nas cores e na nova percepção que se deu à localidade, já no início do ano seguinte. A imagem apresentada na figura 10, permite ter uma visão do efeito alcançado.



Figura 10 – Praça Generoso Marques – Projeto Cores da Cidade.
Fonte: DUARTE; GUINSKI, 2002, p. 234.

No ano de 1997, a prefeitura municipal designou outra reforma estrutural do centro da cidade denominada Revivendo Curitiba, a qual revigoraria a Rua XV de Novembro, Av. Luiz Xavier, Praça Osório, Rua Comendador Araújo, o Largo Bittencourt e a Rua Coronel Dulcídio. De acordo com o material publicado pelos gestores da época, a missão do projeto era: “Revitalizar o centro tradicional [...], visando a melhora da qualidade de vida dos moradores, comerciantes, proprietários, turistas e usuários da região.” (CURITIBA, 1997).

A recuperação que o centro viveu naquele ano incluiu obras nas galerias pluviais e no sistema de coleta do esgoto. Em algumas partes, a fiação elétrica existente foi escondida nos subsolos das próprias ruas; no entanto, algumas propostas não saíram do papel; é o caso do prédio dos correios segundo o qual “[...], deve ser transformado em um centro de referência, com computadores que permitirão o acesso à Internet e a dados do município, do Estado e da Federação.” (DIREÇÃO: O PARANÁ NO RUMO CERTO, s.d., p. 50).

Ainda de acordo com o mesmo raciocínio, transformações na antiga capela do Colégio Santa Maria, a utilização do antigo Grande Hotel Moderno e o alargamento da Av. Luiz Xavier, não foram concretizados; mesmo a prefeitura tendo mostrado interesse em: “[...] criar novos atrativos para a população, turistas e, principalmente para a iniciativa privada.” (*Ibid*).

Em 2000, na primeira gestão do Prefeito Cássio Taniguchi, promulgou-se o Decreto Municipal nº 185, especificando as condições necessárias para utilização e ocupação do solo no Setor Histórico. Os motivos que subsidiam esta decisão política são: “[...] considerando a necessidade de preservar o patrimônio cultural edificado no núcleo histórico da cidade de Curitiba bem como o interesse em manter a uniformidade da paisagem urbana nesse sítio [...]” (CURITIBA, 2000).

Sendo assim, permite-se o uso destas edificações oferecendo benefícios e serviços à comunidade, mais especificamente nas áreas de habitação, religião, serviços para comunidades dos bairros, comércio e serviços no geral, excetuando os citados no próprio decreto, assim como atividades de lazer e cultura. Com a liberação dos últimos dois segmentos, criaram-se condições legais para implementação de negócios no setor turístico; logo haveria com isso uma diversificação na oferta de serviços e produtos específicos e complementares deste segmento.

Um dia após a promulgação do decreto 185, promulgou-se o Decreto Municipal nº 186, o qual especificou os requisitos necessários para o uso do solo na Rua Barão do Rio Branco e na Rua Riachuelo, também denominado como Setor Especial Eixo Barão – Riachuelo. Da mesma forma que o Setor Histórico teve suas especificações, no eixo Barão – Riachuelo permitiram-se as atividades relacionadas à habitação, moradias de estudantes, atividades de lazer, religião e cultura, serviços e comércio em geral, considerando as devidas exceções da legislação.

No mês de dezembro de 2004, aprovou-se a Lei Municipal nº 11.266, que trata das adaptações realizadas ao Plano Diretor de Curitiba, seguindo as disposições do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001. Essas adequações referem-se essencialmente ao envolvimento dos moradores, inclusive os da região metropolitana de Curitiba, no “[...] desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar social da comunidade [...], e é o instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento urbano do Município, [...]” (CURITIBA, 2004, p. 1).

O novo plano urbano prevê diretrizes para a implementação de políticas públicas, seguindo quatro linhas essenciais: desenvolvimento urbano,

política urbanística-ambiental, política social e econômica e a de gestão democrática (*Ibid*, p. 2). Estas políticas seguem diversos objetivos que serão traduzidos em planos específicos para cada linha de ação citada.

Dentre os fins almejados pela gestão municipal, é possível identificar a importância conferida ao patrimônio e à cultura local. Nos objetivos V e XII, a valorização, preservação e renovação são citadas como metas a serem desenvolvidas. Melhorar a condição humana do cidadão curitibano inclui, segundo uma das diretrizes da política:

IV - elevar a qualidade de vida do cidadão, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e áreas do Município, particularmente no que se refere à saúde, educação, cultura, condições habitacionais, e à oferta de infra-estrutura e serviços públicos e à geração de oportunidades de acesso a trabalho e à renda; (CURITIBA, 2004, p. 4).

A política urbanística-ambiental, quando trata da estrutura da cidade, faz referência ao valor da identidade local, compatibilizando os valores “VI - [...] naturais, culturais, históricos e paisagísticos;” (*Ibid*, p. 6), propondo ainda o uso do patrimônio, como recurso para atividades geradoras de renda, considerando a legislação vigente. O estímulo para um novo uso do centro impulsionaria novas oportunidades para empreendedores, mesmo para os já existentes; estas iniciativas podem gerar novos empregos na região.

O Plano Diretor de Curitiba destaca que a política municipal relacionada ao meio ambiente tem como atribuição o incentivo à manutenção, ao resguardo, à restauração e ao consumo equilibrado do meio ambiente local. Como objetivos, delimitaram-se as seguintes metas: promover e conservar de forma adequada o patrimônio histórico da cidade; fazer com que os recursos patrimoniais sejam usufruídos pela população de forma correta e proporcional e delimitar estímulos nas áreas de construção e fiscal que possam auxiliar e beneficiar as metas anteriores de conservação.

Cabe destacar que ao longo dos últimos 34 anos, desde 1970 até a data da publicação do plano diretor de 2004, o maior número de incentivos oferecidos para a preservação do patrimônio histórico de Curitiba, mais

especificamente do Setor Histórico, esteve focalizado nas diminuições ou até isenções do imposto predial ou na transferência da potencialidade de construção existente segundo o zoneamento da região central. É possível que estes novos incentivos para a manutenção do setor somados à participação da comunidade, viabilizem novas idéias.

Ao tratar da paisagem urbana, o plano cita a necessidade de firmar a identidade do morador curitibano por meio do seu próprio envolvimento com as questões relativas à gestão local. Certamente, e de acordo com o próprio plano diretor, o envolvimento do cidadão permitirá “Art. 22 [...] III – favorecer a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano; [...] V – proteger os elementos naturais, culturais, paisagísticos, [...] e a manutenção da paisagem em que estão inseridos; [...]” (CURITIBA, 2004, p. 15).

Partes da memória curitibana encontram-se descuidadas ou depredadas, gerando um aparente descaso e desinteresse pela própria cultura; até o momento, as pesquisas não mostraram iniciativas permanentes ou eventuais onde os residentes tenham envolvimento ou comunicação direta com a administração municipal. É de fundamental importância a real mobilização destes na defesa da memória da cidade.

As políticas sociais e econômicas da prefeitura apresentadas no plano, estão distribuídas em seis capítulos: desenvolvimento social, abastecimento, cultura, segurança pública, defesa social e educação e desenvolvimento econômico (*Ibid*). O setor do turismo tem uma atenção especial, ao ser apresentado como diretriz no Artigo 45: “V – promover a infra-estrutura necessária e adequada ao desenvolvimento econômico, turístico e social da Cidade;” (*Ibid*, p. 26). Esta referência reconhece o turismo como meio de desenvolvimento econômico, capaz de contribuir com o desenvolvimento social da capital.

A última política pública do Plano Diretor de Curitiba é a gestão democrática do município que institui os mecanismos de gerenciamento de acordo com os parâmetros do Artigo 46:

Art. 46. A gestão democrática do Município de Curitiba tem como objetivo estabelecer uma relação entre a Administração Pública e a população,

construída com base na democracia participativa e na cidadania, assegurando o controle social, em busca da cidade sustentável. (*Ibid*, p. 27)

Com certeza os instrumentos da gestão municipal estipulados através dessa lei, propiciam uma verdadeira gestão democrática e eficiente dos recursos naturais e culturais existentes na cidade, assim como uma correta destinação e uso dos recursos financeiros disponíveis. O plano estipula: o direito à preempção, a outorga generosa do direito de construir, a transferência do direito de construir, as operações consorciadas, o estudo prévio de impacto da vizinhança (EIV) e o monitoramento e controle do plano diretor.

Algumas formas de gerenciamento dos recursos patrimoniais em Curitiba são realizadas desde a década de 1980. O Decreto Municipal nº 161/1981, mencionado anteriormente, é considerado referência no gerenciamento e incentivo a gestão da cultura e do patrimônio. Certamente, o EIV proposto no plano deve transformar-se numa ferramenta eficiente e eficaz para o desenvolvimento de políticas e ações sustentáveis na gestão e preservação do patrimônio cultural e histórico de Curitiba, assim como no desenvolvimento concreto do turismo na economia da cidade.

7 O TURISMO E O SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA

7.1 Análise do Plano de Revitalização do Setor Histórico

Neste capítulo, é realizada a análise do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, utilizando as informações coletadas na legislação da cidade vinculada à preservação do patrimônio histórico, considerando ainda os conceitos e informações estruturados durante a construção do referencial teórico.

O desenvolvimento deste plano tornou-se imprescindível na época da sua elaboração, devido às inúmeras obras que a prefeitura desenvolvia em toda a capital. Quando da publicação do documento, o patrimônio histórico e arquitetônico do centro de Curitiba se apresentava bastante descuidado e deteriorado:

Apesar de muitas dessas obras terem sido prejudicadas por reformas, os prejuízos delas decorrentes não chegaram a comprometer irremediavelmente o conjunto, permanecendo válida a intenção preservadora, mas alertando para a urgência de certas medidas (IPPUC, 1970, p. 2).

A inovação e ousadia nas ações apresentadas na proposta permitiram reerguer os prédios localizados naquela região, proporcionando à cidade a remodelação da sua face cultural e patrimonial.

De acordo com as informações coletadas e apresentadas até esta etapa, o desenvolvimento de um plano de trabalho, que mostre ações concretas para renovar e dar novo uso a um ambiente como o Setor Histórico, não foram contempladas no início do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba.

O desenvolvimento desta proposta preencheu uma lacuna existente, sanada de alguma forma na Lei Municipal nº 2.828/1966, ao apresentar um estudo que pretendia “restabelecer a continuidade do patrimônio do centro antigo da

cidade.” (IPPUC, 1970). Na figura 11 observa-se o centro de Curitiba sem as intervenções urbanísticas que dariam como resultado uma melhora no sistema e no fluxo do transporte urbano.



Figura 11 – Centro da Cidade de Curitiba, 1972
Fonte: DUARTE; GUINSKI, 2002, p. 194.

As bases do plano de revitalização foram o ambiente local e a arquitetura existente na região. De acordo com os proponentes, as características arquitetônicas de Curitiba não possuíam edificações marcantes ou mesmo detentoras de algum fato histórico da cidade; contudo, era válida a iniciativa em resguardar o patrimônio existente já que representavam a narração histórica de algumas etapas da sua própria evolução (*Ibid*).

Houve consenso em relação às ações de preservação, mesmo não existindo unanimidade quanto ao valor cultural que as estruturas ofereciam no âmbito da história local. Poder-se-ia afirmar desta forma que preservar não é um ato realizado, única e exclusivamente com elementos antigos e com alto valor cultural. Manter vestígios patrimoniais, novos ou antigos, é guardar a história e preservar a formação das localidades.

Os prédios existentes na região do setor histórico foram classificados de acordo com critérios de maior a menor interesse de preservação. A nomenclatura adotada era a seguinte: unidades de primeiro e segundo grau, unidades alteradas, neutras e conflitantes; a própria delimitação do setor seguiu o critério de concentração do maior número de unidades de primeiro e segundo grau.

De acordo com o plano, as peculiaridades dessas unidades de preservação são diversas e únicas em alguns casos. É a situação da Igreja da Ordem terciária de São Francisco das Chagas “[...], construída em 1737, situada no Largo do Cel. Enéas, é provavelmente a construção do SH de data mais remota.” (*Ibid*, p. 14); no entanto, de acordo com a equipe técnica do IPPUC, sem as características arquitetônicas originais a construção não possuiria valor artístico relevante.

Seguindo a mesma linha de pensamento, porém observando as particularidades de cada construção, o setor histórico (figura 12) estaria composto por edifícios com traços arquitetônicos dos tipos Neo-clássico: Casa Hoffmann e Solar do Rosário; Art-nouveau: Belvedere; Neoclássico tardio: Sociedade Garibaldi; Eclético: Paço Municipal e Tigre Royal; e Colonial: Casa Romário Martins.



Figura 12 – Largo da Ordem e Rua José Bonifácio em 1915.
Fonte: Acervo Casa Romário Martins, 2006.

Algumas semelhanças na maioria destas construções são: datam de finais do século XIX e das primeiras duas décadas do século XX; na época do estudo a utilização das construções era ligada ao comércio, moradia, fins educacionais ou sociais; todavia, a maioria dos prédios e edifícios encontrava-se em situação precária de conservação, tanto na estrutura física interna quanto na externa.

Apenas outro elemento do setor histórico, o calçamento das ruas, teria importância na sua preservação além das construções, já que este daria à área em questão a sensação de ser um espaço histórico e cultural. O calçamento que atualmente existe na maior parte do setor foi e continua sendo considerado antigo; este teve sua preservação e reforma sugerida também pela equipe do IPPUC: “Para os passeios, consideramos como solução melhor o uso da lousa sem rejunta. Os demais tipos devem ser evitados.” (*Ibid*, p. 38).

Portanto, e em razão do exposto anteriormente, os técnicos do instituto propuseram um conjunto de medidas de preservação, urbanísticas e de turismo, as quais foram desmembradas em diversos subitens, como: zoneamento, sistema viário, ambientação, utilização de espaços, entre outros. Todas as medidas aqui analisadas são de grande interesse à preservação e ao incentivo do turismo em Curitiba, já que essas ações tornariam o setor histórico um destino turístico cultural e ainda poder-se-ia tornar referência da cultura e da evolução da cidade.

Observando as medidas urbanísticas sugeridas, é importante ressaltar uma ação proposta, a qual não teve efeito já que as intervenções viárias continuariam a ser desenvolvidas: “O setor é atravessado por uma via de tráfego rápido – avenida estrutural norte. Pelas condições do relevo há possibilidades de evitar que esta via seccione o setor – o que é fundamental neste plano.” (*Ibid*, p. 35). A ligação cortada foi entre a Praça Tiradentes e a Rua José Bonifácio, isso para abertura da atual Travessa Nestor de Castro que une a Rua Barão do Rio Branco com a Rua Augusto Stelfeld (Figura 13).



Figura 13 – Foto aérea – implantação Travessa Nestor de Castro.
Fonte: DUARTE; GUINSKI, 2002, p. 203.

O zoneamento proposto, instituído por lei anos mais tarde, evitou de forma imediata a demolição e o fim de diversas construções históricas, orientando ainda para um novo uso em função da nova denominação. Mesmo assim, as permissões indicadas no zoneamento acabaram se tornando paliativas, já que não apresentam a face que a cidade deveria possuir naquele espaço urbano.

A critério do autor, a remodelação de prédios históricos com arquitetura colonial ou neoclássica sem a devida promoção e inserção no dia a dia do morador, dificultaria a identificação dos mesmos por parte dos turistas. De acordo com Ballart (1997), a manutenção da memória coletiva permite e cria condições de sustentabilidade social. Esta incorporará na comunidade o senso de valor e apreço por aquilo que é seu, ou seja, por aquilo que lhe pertence agora e sempre.

Observando as sugestões relacionadas ao sistema viário, além da sugestão para não demolir as construções que existiam na atual Travessa Nestor de Castro; o plano propõe: “b. Criação de uma ampla área para pedestre: [...] da Praça Garibaldi até a Tiradentes e, em segunda etapa, daquela praça até a Generoso Marques.” (*Ibid*, p. 36). Há orientações sugerindo a identificação de pontos de ônibus

turísticos em locais como: Praça Generoso Marques, Praça Garibaldi, Praça João Cândido e Avenida Barão do Cerro Azul. Sem dúvida, o plano deixa clara a prioridade e destaca o potencial do setor para turismo cultural.

Ao analisar as propostas do remanejamento das praças, certamente uma delas foi acertada e teve ainda orientações pontuais de como desenvolver e implantar a idéia. Ao propor o prolongamento da área de pedestres que ligue a médio e longo prazo, as praças: Generoso Marques, J. B. de Macedo e Tiradentes; assim como a proibição do trânsito nas proximidades da Praça Garibaldi e ainda, a sugestão de transformar a Praça João Cândido numa “[...] praça símbolo da história da cidade.” (*Ibid*), os técnicos do IPPUC eventualmente não consideraram que o plano diretor de Curitiba previa o aumento da população local, assim como uma grande concentração de comércio e serviços na área central da cidade.

As orientações para transformar o setor histórico numa área conexa ao centro de Curitiba não tiveram o sucesso esperado devido à uma maior importância outorgada a expansão veicular e territorial da cidade, assim como à modernização necessária que o meio urbano demandava na época, imperando sobre questões estéticas relacionadas à cultura.

Em relação à proposta que deu certo, esta tem início na preparação que o Largo Coronel Enéas deveria receber para uma futura implementação de atividades culturais, exposições, espetáculos entre outros empreendimentos, todos ao ar livre. Estas remodelações físicas teriam como objetivo transferir a feira de artesanato que existia na Praça Zacarias para este novo local. As medidas finais e que acertaram na remodelação do setor histórico serão mencionadas nas medidas turísticas.

Como ações urbanísticas relacionadas no plano, foram descritas ainda iniciativas de limitação às novas edificações, isto é, controlar a construção de novas unidades, prevendo unicamente uma integração à paisagem existente, referenciando-se na diversidade de arquitetura que o setor possuía. Complementaram-se ainda o calçamento, pavimentação, iluminação e ambientação do local.

As medidas de preservação desenvolvidas no plano descrevem a classificação concedida aos prédios do setor histórico, sendo esta a base para

realizar as alterações e as mudanças locais. Todas as unidades consideradas como de 1ª grau quando da análise, agora são intituladas como unidades monumento. As alterações propostas foram desde uma reforma interna da pintura, sanitários, entre outros, passando pelo novo uso sugerido ou até mesmo o tombamento de todas estas unidades no acervo do estado.

No Plano, há também sugestões de demolição de algumas estruturas existentes tendo em vista a composição paisagística que a área assumiria num futuro não muito distante.

Entretanto, as medidas turísticas colocadas neste plano, são as que exigem maior criatividade para os idealizadores. O potencial identificado no setor histórico, para o desenvolvimento do turismo cultural, patrimonial ou arquitetônico, justificaria o investimento de muitas das ações propostas na readequação do meio urbano, assim como o investimento dos proprietários na preservação dos imóveis seguindo as sugestões do IPPUC.

Como vimos até agora, a execução desse Plano depende também da promoção da área como centro turístico. A arquitetura preservada e sobretudo valorizada pelo restauro e a ambientação do Setor devem ser complementadas com a renovação do uso, para que o conjunto se transforme realmente em atrativo turístico. (*Ibid*, p. 39).

Pelas propostas indicadas, surgiriam novas lojas comerciais e restaurantes, seriam instalados postos de informações turísticas, haveria demarcação de locais específicos para ônibus de turismo, assim como para carros particulares de moradores ou dos próprios visitantes. Alguns espaços seriam transformados em novos museus como o das etnias, de arte sacra e da cidade; um dos prédios considerados como unidade monumento seria transformado em pavilhão de exposições.

Na época, um único museu existia nas proximidades do setor histórico de Curitiba, o Museu Alfredo Andersen. Como citam os técnicos “Também está para se instalar na área, no antigo Paço Municipal, o Museu Paranaense.” (*Ibid*). Certamente, a iniciativa mencionada traria grandes benefícios ao setor em questão; por outro lado, a proposta do museu das etnias não teve repercussão. A

indicação de ocupar o prédio denominado como “Belvedere” não teve continuidade, sendo atualmente local de uso da União Cívica Feminina.

O Museu da Arte Sacra é uma iniciativa referenciada no plano já citada pela arquidiocese de Curitiba na época. Este museu funciona normalmente no prédio anexo à Igreja da Ordem. Finalmente, o Museu da Cidade nunca foi edificado; atualmente existe o Memorial da Cidade, o qual realiza exposições artísticas e culturais em qualquer época do ano.

O plano também mencionava a necessidade de criar material promocional específico que divulgaria o novo local, viabilizando assim o conhecimento para os cidadãos curitibanos e para os turistas em visita a cidade. Ao mesmo tempo, ações de cunho social seriam desenvolvidas junto às famílias carentes, fazendo com que as crianças destas tivessem a oportunidade de trabalhar com o turismo. Ministraram-se cursos para desenvolver ciclerones que acompanhariam os turistas em visita ao setor histórico.

Destaque à parte merece a ação proposta e desenvolvida de forma eficiente relacionada com a Feira do Largo da Ordem (figura 14). Como já citado, esta é resultado da transferência da feira realizada na Praça Zacarias. Ao que tudo indica, a feira desenvolveria o setor histórico devido à previsão de turistas que compareceriam ao local; desta forma, os expositores teriam uma vitrine maior para demonstração e comercialização dos seus produtos.



Figura 14 – Feira do Largo da Ordem.
Fonte: Boletim Casa Romário Martins, 2006.

Atualmente, a feira é um evento semanal inserido no roteiro cultural e turístico que a cidade promove. Quando da transferência para o novo local, a feira

responsabilidade caberia à Fundação Cultural de Curitiba, criada pela Lei Municipal nº 4.545 de 1973, dois anos após o decreto que instituiu o Setor Histórico; mesmo assim, a fundação nasceu vinculada à promoção cultural que auxiliaria a incrementar o turismo na cidade (CURITIBA, 1973).

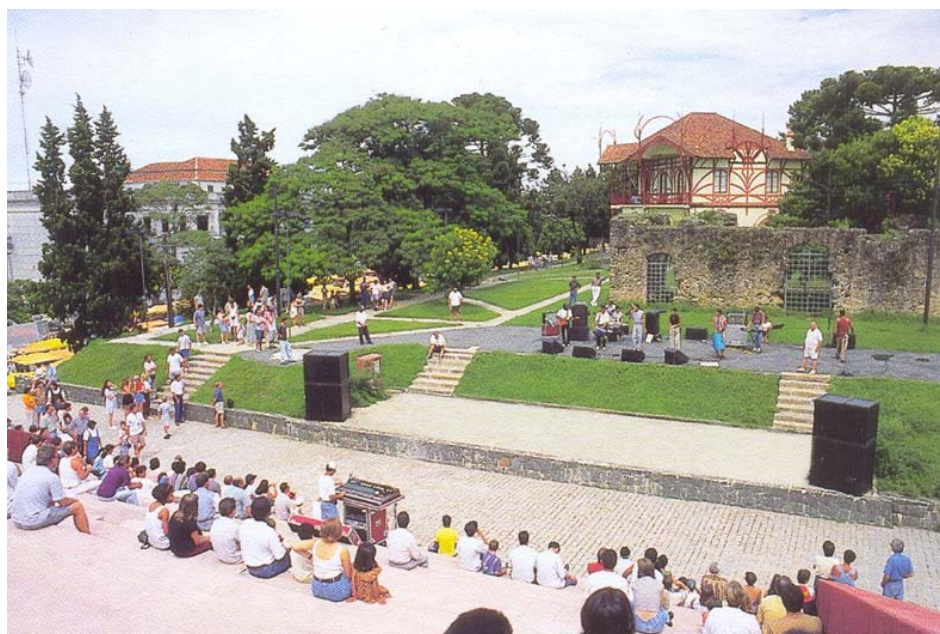


Figura 16 – Conjunto das Arcadas de São Francisco – Feira do Largo.
Fonte: Marcos Campos. DUARTE; GUINSKI, 2002, p. 235.

A implementação de um órgão de turismo local, na época da divulgação do plano, teria auxiliado na formação dos cicerones curitibanos, provenientes de famílias carentes. Hoje, nas regionais de Curitiba, existem os Liceus do Ofício, os quais oferecem cursos de curta duração voltados ao atendimento do turista, assim como à formação de mão-de-obra para o setor.

Embora já citado parágrafos acima, a criação de material promocional mostrando o Setor Histórico tem sido desenvolvido ao longo dos anos pela Paraná Turismo, órgão da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, assim como pela sua análoga da Prefeitura de Curitiba, atualmente denominado Instituto Municipal de Turismo. Outras iniciativas vêm acontecendo paralelamente como as de empresas ou entidades que, através da comercialização de espaços publicitários, têm criado e divulgado o centro histórico, através de material turístico da cidade.

De acordo com o Instituto Municipal de Turismo, a missão da entidade é: “Promover o turismo sustentável em Curitiba, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da população” (CURITIBA, 2007). A caracterização do turismo em Curitiba será aprofundada na próxima etapa da dissertação.

Após a apresentação e divulgação do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, algumas ações e estudos da Prefeitura traduziram-se em dois importantes decretos: Decreto Municipal 1.160 e 1.547, os quais poderiam ser considerados como resultado da pesquisa e proposta comentadas anteriormente.

O Decreto Municipal nº 1.160, de 05 de agosto de 1971, delimita oficialmente o Setor Histórico de Curitiba, utilizando o sistema de classificação proposto para organizar as construções de acordo com o seu valor arquitetônico.

A promulgação do decreto não oficializa nenhuma ação diferente da proposta no plano. Contudo, as orientações legais expostas trazem ações ligadas à preservação, conservação e renovação das fachadas e dos interiores dos prédios localizados na região. Os órgãos responsáveis pelos atos, no âmbito estadual ou municipal, foram assim definidos: Prefeitura Municipal de Curitiba, IPPUC, URBS e Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná. Cabe recordar que uma das ações era o tombamento estadual de algumas construções; devido a isso é que se outorga a figura do Estado como responsável solidário das ações de preservação.

Sem dúvida o Decreto Municipal nº 1.160 de 1971 contribui com a preservação e a manutenção da memória curitibana, além do que inicia o processo de inserção cultural nos residentes da época. Houve porém, uma lacuna importante na legislação recém promulgada: a ausência de incentivos fiscais, financiamento ou estímulo qualquer, que poderiam ter impactos positivos junto aos possíveis investidores ou mesmo nos proprietários das construções existentes.

Também já mencionado no capítulo anterior, o primeiro incentivo fiscal, direcionado aos prédios e construções patrimoniais, foi o Decreto Municipal 161 de 1981, o qual isenta do pagamento do IPTU àqueles donos que preenchessem o perfil desejado pela lei.

Complementando a linha de ação do plano de revitalização e do Decreto Municipal nº 1.160 de 1971, destaca-se ainda o Decreto Municipal nº 1.547, de 14 de dezembro de 1979. Segundo o decreto, ao final daquela década, o patrimônio histórico de Curitiba não teria sido assimilado pelos seus moradores, menos ainda pelos próprios responsáveis pelas edificações. A cidade não conseguia preservar de forma correta aquilo que deveria fazer parte da sua cultura.

As apropriações almejadas no início dos anos de 1970, através do plano de revitalização e das ações legais que os gestores urbanos propuseram, não tiveram o efeito esperado. Esta medida instituiu um setor especial que agrupou unidades de preservação de toda a cidade, intitulado: “[...] Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, constituído por edificações que, de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da cidade.” (CURITIBA, 1979).

A legislação considerava ainda que as ações desenvolvidas para o uso do solo não estariam beneficiando de forma correta todos os atores envolvidos. Mais uma vez, a Prefeitura Municipal de Curitiba crê que o bem-estar social do seu cidadão estaria associado à incorporação do patrimônio histórico na cultura local. Logo, o Artigo 6º orienta a participação comunitária quando relacionada aos cuidados das unidades definidas como tais; contudo, estas continuariam monitoradas pelas instituições definidas pela municipalidade.

Concluindo esta análise, é possível constatar que as gestões municipais de Curitiba desenvolveram diversas ações relacionadas à gestão do seu patrimônio. Foi um trabalho lento e persistente, mas que se somaram às outras realizações ousadas na estrutura urbana para formar a “imagem” da nova cidade que se projetou no cenário nacional e internacional. Analisando o plano de revitalização do setor histórico, o Decreto Municipal nº 1.160 de 1971 e o Decreto Municipal nº 1.547 de 1979, observa-se que a adoção do patrimônio histórico da cidade, principalmente os do intitulado centro histórico, não foi um processo fácil e imediato.

As ações de gestão do patrimônio histórico, no âmbito da preservação e manutenção das construções locais, não recebem ainda o tratamento esperado, se comparadas às intervenções físicas e estéticas que a nova arquitetura

tem aportado a Curitiba, sendo estas também na atualidade formadoras do atual patrimônio da cidade.

Completando as observações da gestão do patrimônio histórico focada na atividade turística, é importante para o estudo analisar os números do fluxo turístico, assim como as motivações que trazem os visitantes até Curitiba. Numa primeira parte serão apresentados os atuais pontos de visitação turística na capital, de acordo com as informações do órgão responsável pelo turismo na cidade.

7.2 Curitiba: Turismo e Atrativos Turísticos

Curitiba é uma cidade caracterizada pela permanente inovação urbana e assim, procura a satisfação e bem-estar social constantes dos seus moradores. Nos últimos 40 anos, seus gestores almejam uma convivência equilibrada e homogênea, dentro do ambiente contemporâneo e heterogêneo que a cidade possui. As modificações e alterações urbanas, que para todos os efeitos, esperam atender e garantir uma sustentabilidade local ideal, têm se tornado a cada dia um grande desafio para a própria imagem da cidade.

Um dos motivos para convocar o concurso para escolha do plano diretor de 1966 foi o grande crescimento populacional que Curitiba experimentou na década de 1960 a 1970. A equipe técnica que propôs o modelo urbano da cidade identificou que o turismo, já naquela época, poderia trazer benefícios à economia local tanto quanto para a sociedade em geral. Cabe recordar que a atividade turística não é a solução para os problemas urbanos das cidades que a desenvolvem; no entanto, se bem desenvolvida pode gerar diversos benefícios e resultados positivos aos munícipes e aos seus gestores.

Também citada neste estudo, a visão que o cidadão curitibano tinha do turismo era a mesma que o visitante costumava dar durante a sua permanência em Curitiba: um ponto de parada obrigatória para amenizar a longa viagem com destino às regiões Sudeste ou Centro-Oeste e, numa segunda alternativa, ponto de

parada para desvendar as paisagens frias do Sul do país ou do continente sul-americano.

Pois bem, nos dias de hoje, a situação desta atividade em Curitiba apresenta visões distantes e discordantes daquelas assinaladas no final dos anos 60. Embora ainda seja considerada parada obrigatória para alguns destinos com maior apelo turístico como Foz do Iguaçu ou Florianópolis, e considerando o rápido desenvolvimento da capital no relacionado à expansão industrial, comercial e de serviços na última década; Curitiba mostra que pode criar atrativos capazes de motivar o deslocamento do turista não só de passagem e sim de forma específica.

De acordo com o site do Instituto Municipal de Turismo - Curitiba Turismo (CURITIBA, 2006), a cidade possui um total de 46 pontos turísticos à disposição do visitante (apêndice 1). O instituto disponibiliza as informações separadamente na página, colocando algumas informações no ícone de pontos turísticos e outras no de transporte – Linha Turismo.

A cidade transmite que o apelo para o turismo local reside na imagem da cidade, a qual valoriza o meio ambiente, principalmente o natural. Separando os atrativos por esse apelo, ao todo são 20 pontos turísticos entre bosques ou parques citados pela Prefeitura.

Quando a procura é por locais que mostram a história ou o patrimônio da cidade, a representação fica a cargo dos seguintes atrativos: Setor Histórico, Ruínas de São Francisco, Museu Ferroviário, Memorial de Curitiba e Fonte da Memória, Memorial Polonês, Memorial Ucraniano, Memorial Árabe, Parque dos Tropeiros, Bosque do Alemão, Praça do Japão e Bosque São Cristóvão. Poder-se-ia afirmar que os locais citados trazem recordações e marcam a memória de algumas das principais culturas que formaram Curitiba.

As grandes transformações do espaço curitibano, na oferta de atrativos turísticos, acontecem principalmente no início da década de 1990. Segundo Duarte e Guinski (2002), ao iniciar o último mandato de Jaime Lerner e logo depois com Rafael Greca, a cidade de Curitiba recebeu uma diversidade de equipamentos urbanos nas áreas de transporte, saneamento, educação e saúde “O transporte coletivo evolui com a rede de linhas diretas. Conhecido como Ligeirinho, o novo

sistema é uma opção mais veloz, com percursos longos e menor número de paradas que nas linhas convencionais.” (*Ibid*, p. 226).

Em 1993, aconteceram as celebrações dos 300 anos de fundação da cidade e diversas melhorias no visual foram realizadas em função deste evento “O novo prefeito, Rafael Greca de Macedo, organiza as comemorações dos 300 anos valorizando a memória. Curitiba ganha novos parques, monumentos e locais públicos.” (*Ibid*, p. 230).

Também na mesma década, Curitiba recebeu investimentos na área de meio ambiente; segundo os mesmos autores é nessa época que surge o lema de “Capital Ecológica”. A diversificação neste setor inclui a implementação de parques e áreas verdes, merecendo destaque os seguintes equipamentos: Parques do Passaúna, Tropeiros, Tingüi e Tanguá; Jardim Botânico; Opera de Arame; Universidade Livre do Meio Ambiente e Pedreira Paulo Leminiski.

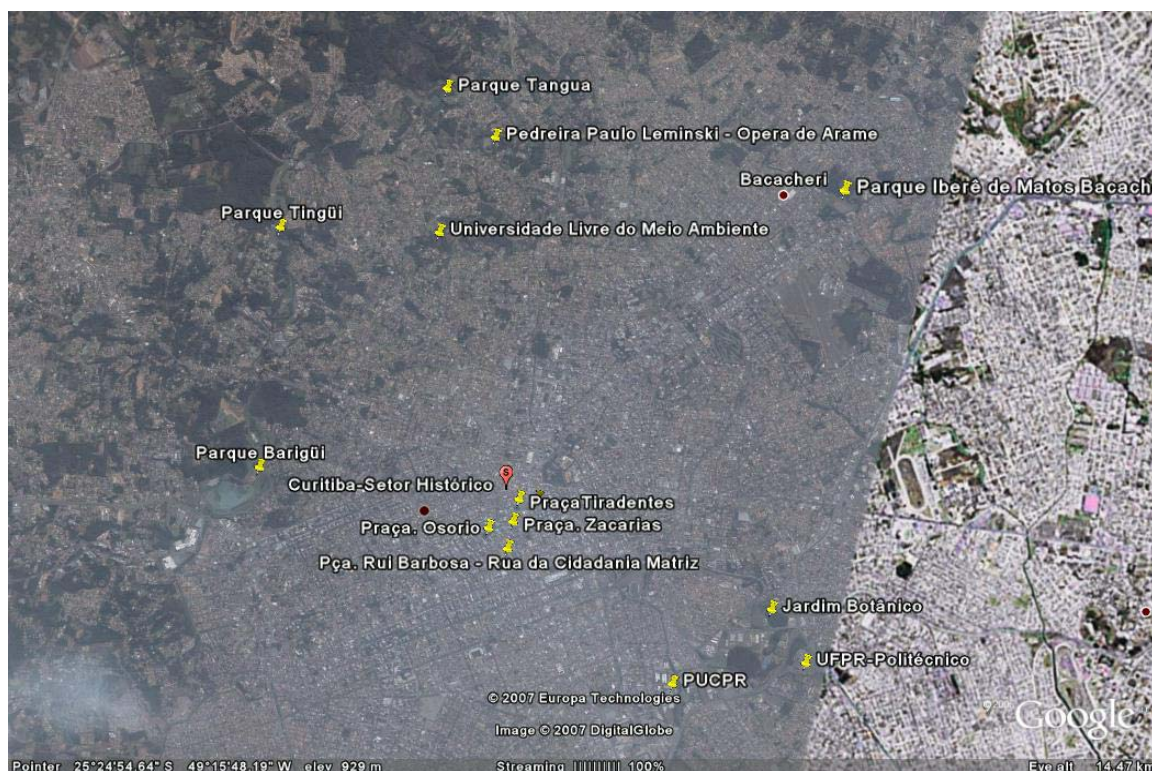


Figura 17 – Cidade de Curitiba – Pontos Turísticos
Fonte: Elaborado com base no Google Earth, 2006.

Certamente, as práticas direcionadas à valorização do meio ambiente e de alguns vestígios culturais, somadas à criação de equipamentos artificiais voltados para o lazer do curitibano, conseguiram movimentar nos últimos anos o fluxo turístico em Curitiba. Contudo, é necessário mostrar os resultados das políticas públicas direcionadas à valorização do patrimônio histórico na cidade; sendo assim, os gráficos a seguir auxiliaram na análise destes quesitos.

7.3 Estudos de Demanda Turística em Curitiba: 1990 - 2005

Considerando Curitiba como destino turístico cultural em função das políticas públicas elaboradas para o Setor Histórico, é importante reconhecer como evoluiu a procura por esta cidade a partir da publicação do plano de 1970. Entretanto, os primeiros estudos de demanda em Curitiba são do ano 1987, 17 anos após a publicação do plano; logo, para desenvolver um estudo com base científica, delimitou-se o período de 1990 a 2005, em função da continuidade aparente que esses 15 anos de estudos estatísticos possam representar.

Nos dados da evolução do Setor Hoteleiro de Curitiba, a primeira pesquisa de identificação dos índices de expansão deste setor aconteceu em 1986; logo, para esta análise será inserido este ano a maneira de identificar o crescimento deste setor desde a década de 1980. Estes números podem exemplificar com maior consistência a expansão da atividade turística na cidade de Curitiba.

Todos os dados aqui apresentados foram coletados, tabulados e estudados pela equipe de pesquisas estatística da Paraná Turismo, autarquia do Governo do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Turismo. Segundo os próprios técnicos, a Prefeitura Municipal de Curitiba desenvolve os estudos na cidade em parceria com o governo estadual.

As primeiras estatísticas realizadas foram as que identificavam como o setor hoteleiro da cidade evoluía e, principalmente, qual era a quantidade de

unidades hoteleiras ou apartamentos, oferecidos em cada capital do estado; ainda hoje esse estudo é desenvolvido pela Paraná Turismo.

Segundo o gráfico 1 a cidade de Curitiba apresenta dados consideráveis de crescimento na sua estrutura de hotéis, aumentando assim a quantidade de unidades hoteleiras ou apartamentos. Observando o número de empreendimentos existentes de 1986 a 2005, de um total de 53 hotéis, este número passou para 127; já em unidades hoteleiras, em 1986 o número era de 3.272 unidades, chegando em 2005 a 9.269 apartamentos disponíveis para uso dos turistas.

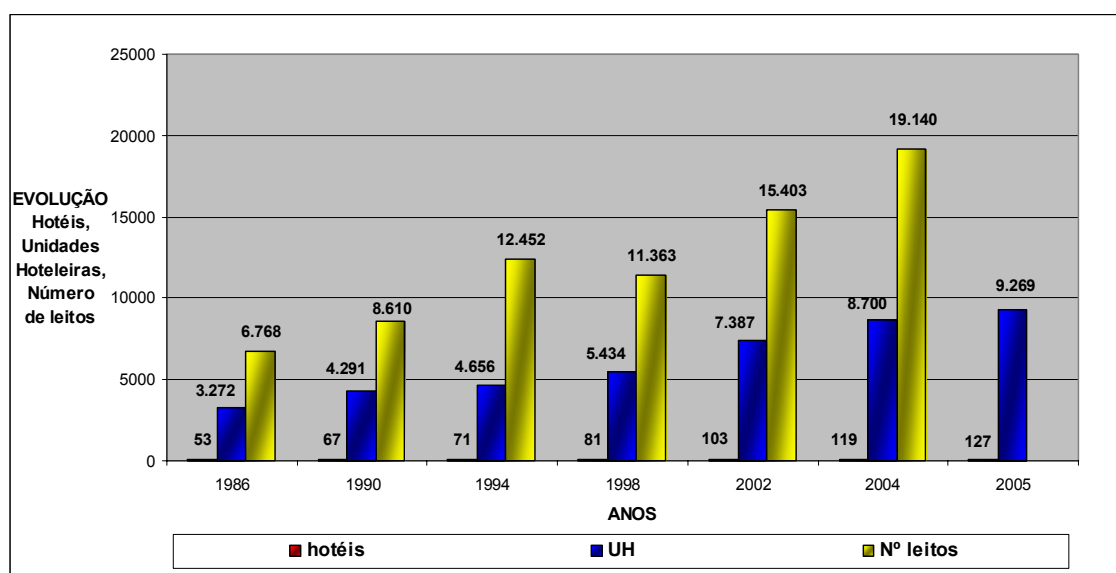


Gráfico 1 - Evolução do Setor Hoteleiro de Curitiba, 1986 – 2005.
Fonte: Elaboração com base nos dados da Paraná Turismo, 2006.

É importante destacar que, ao longo desses 19 anos, a política de turismo direcionada à indústria hoteleira teve mudanças importantes, inclusive no sistema de classificação dos empreendimentos, sendo que, para efeitos de pesquisa, a Secretaria de Turismo do Estado do Paraná utiliza a referida classificação como fonte confiável para levantamento dos seus indicadores.

A maneira de posicionamento, em 1996 o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR - entidade reguladora do turismo na época, resolveu cancelar o sistema de classificação dos meios de hospedagem no Brasil, por meio da Deliberação Normativa nº 360. De acordo com a deliberação, o antigo sistema

teria cumprido eficientemente seu objetivo desde sua implantação na década de 1970. No entanto, a reestruturação em questão tinha como objetivo “[...] restaurar o papel de referencial de qualidade do sistema de classificação hoteleira, recuperando a credibilidade de suas informações para os empreendedores e consumidores” (BRASIL, 2007).

A partir dessa data, todos os empreendimentos de hospedagem seriam obrigados, tão somente, a efetuar o cadastro de empresa turística e de hospedagem na entidade representativa da Embratur no seu estado. Sendo assim, a Paraná Turismo teria como base para seus estudos, os dados das empresas agora recadastradas como de serviços de hospedagem, no entanto, não mais classificadas por estrelas. Em 1998, foi publicado o novo sistema de classificação para os empreendimentos do setor o qual não se torna mais uma obrigatoriedade e sim uma ferramenta competitiva dentro do mercado de hospedagem. No Paraná, unicamente quatro hotéis adotaram o novo sistema de classificação; logo, as empresas criaram sistemas próprios e classificações internas dos seus empreendimentos.

Devido a essas alterações, o gráfico 1, apresenta uma evolução de aproximadamente 140 por cento no período de 1986 a 2005; no entanto, Curitiba possui um número maior de empreendimentos no setor de hospedagem. Calcula-se que até final de 2006 existam aproximadamente, 168 empresas do ramo hoteleiro.

Quando se observa a curva da evolução do fluxo de turistas que visitaram Curitiba (gráfico 2), seria possível justificar o aumento de estabelecimentos de hospedagem na cidade. Entretanto, é importante ressaltar que os números mostrados são estimados e não reais, ou seja, são resultado de aproximação numérica, em função da quantidade de visitantes entrevistados quando da realização do estudo de demanda no estado.

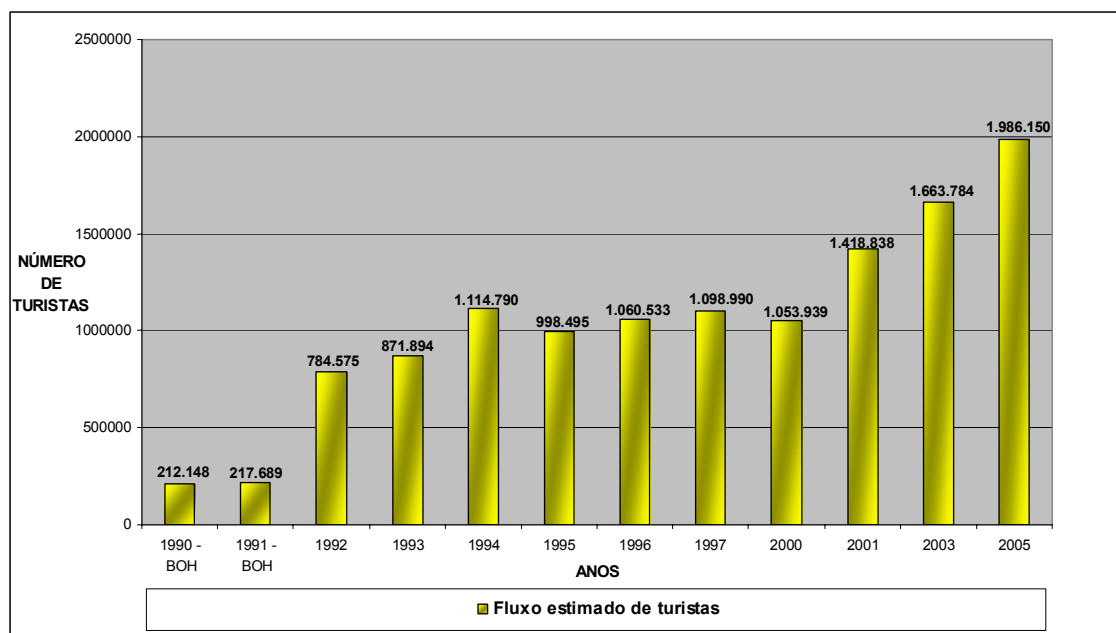


Gráfico 2 - Demanda de Turistas em Curitiba, 1990 – 2005.
 Fonte: Elaboração com base nos dados da Paraná Turismo, 2006.

O fluxo de turistas em Curitiba é calculado desde 1992, antes não havia aproximação estatística que identificasse o número de pessoas que visitavam a capital. Os dados de 1990 e 1991 apresentados no gráfico, correspondem ao número total dos Boletins de Ocupação Hoteleira (BOH), preenchidos ao longo desses dois anos. Ainda em 1998, 1999 e 2002, o Governo do Estado do Paraná não desenvolveu os respectivos estudos de demanda de turismo, ficando nesse período sem aproximação estatística desses indicadores.

Assim como no setor de hospedagem, a evolução de turistas na capital paranaense também pode ser considerada expressiva. Observando o ano de 1992, primeira estimativa de turistas na capital, o número alcançado foi de 784.575 visitantes, 10 anos depois, em 2001, o número projetado era de 1.418.838 turistas. Como é possível explicar um aumento tão expressivo em uma única década?

Alguns acontecimentos na economia brasileira permitiram que o turista interno viajasse mais à procura de um local de lazer e entretenimento. A partir de 1º de julho de 1994, com a entrada do Plano Real, as classes média e baixa tiveram acesso ao crédito e ao parcelamento das compras; foram viabilizadas portanto, as aquisições de pacotes ou viagens de turismo, tanto nas férias como fora desse período. O planejamento financeiro do brasileiro se ajustou às novas

condições econômicas que as políticas do país lhe proporcionavam naquele momento. Esta situação que pode ser percebida ao longo dos anos, não se reproduz quando o tema são os visitantes estrangeiros.

No período de 1994 a 1998, o Brasil era considerado um país caro para o turista estrangeiro, em função da paridade do real com o dólar americano. Mesmo com atrativos diferenciados em todo o território, os custos eram altos se comparados a outros produtos internacionais. É provável que a demanda tenha se deslocado para outros destinos ou regiões em função da grande diversificação dos destinos, assim como pela competitividade dos mercados emergentes e tradicionais.

Certamente, as explicações e aprofundamentos respectivos, poderão traduzir com o gráfico 3, o qual apresenta os motivos que trouxeram e trazem ainda os visitantes a Curitiba. Para melhor compreensão do gráfico, é necessário esclarecer as razões que levaram às mudanças nos critérios de motivação à viagem ao longo desses 15 anos de pesquisa.

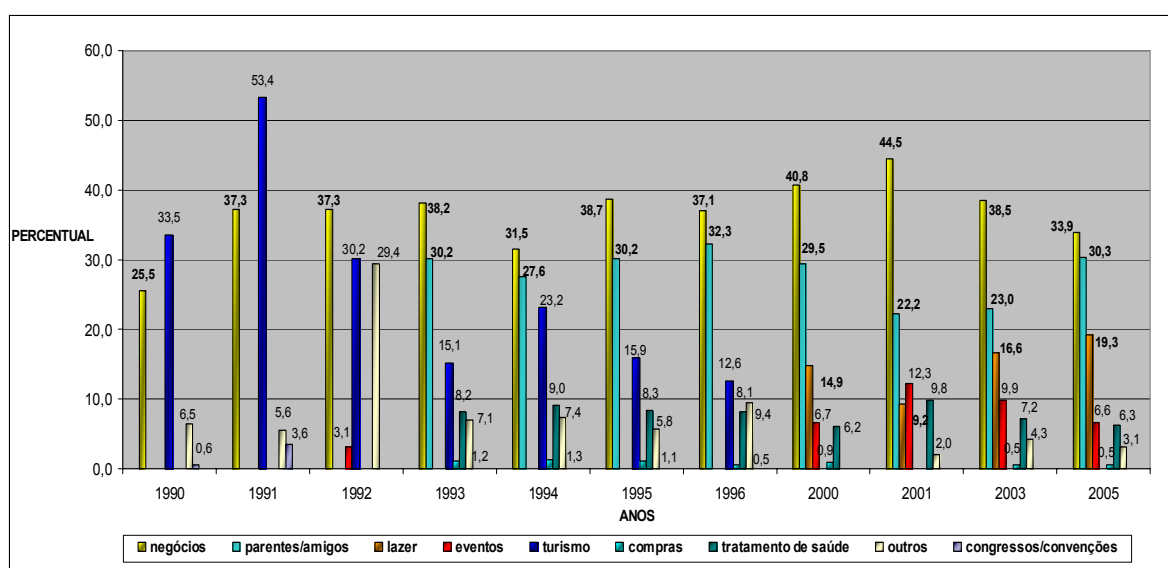


Gráfico 3 – Motivo da Viagem a Curitiba, 1990 – 2005.
Fonte: Elaboração com base nos dados da Paraná Turismo, 2006.

Segundo os técnicos da atual Secretaria Estadual de Turismo, quando se iniciaram os estudos, não existiam referências anteriores, nem critérios mínimos necessários que fornecessem subsídios científicos para elaborar o formulário de pesquisa. Logo, não seria possível extrair informações relevantes para

desenvolver as políticas e ações do respectivo setor. É provável que em função desse acontecimento e enquanto aperfeiçoava-se o formulário, o motivo turismo se mostre com altos percentuais de indicação, principalmente no ano 1991, onde 53,4% dos visitantes vêm a Curitiba na sua procura (PARANÁ, 1991).

O ano de 1996 é o último em que o motivo turismo aparece nas pesquisas realizadas. Em 2000, após alterações no método de coleta de dados, as causas pesquisadas são: negócios, parentes/amigos, lazer, eventos, compras, tratamento de saúde e outros para aqueles não citados na entrevista (SETU, 2006).

No entanto, uma das motivações tem permanecido desde o início dos estudos, mostrando pequenas oscilações nos seus percentuais desde 1990. De acordo com os números, a vinda para Curitiba a negócios é uma constante, os números mostram que o mínimo de viajantes por este motivo em 1990 foi 25,5%; poder-se-ia dizer que o ápice do mesmo foi em 2001, refletindo 44,5% dos entrevistados.

Ao que tudo indica, a motivação para conhecer a cultura, o patrimônio ou história de Curitiba não teria sido explicitada ao longo dos estudos desenvolvidos na cidade. Com a retirada do motivo turismo, surgiram outras segmentações as quais teriam uma adesão maior dos visitantes: parentes/amigos, lazer e compras. Segundo a Secretaria de Estado, o lazer envolveria o motivo cultura, assim como a visita a parentes ou amigos, já que estas atividades ofereceriam aos visitantes maiores condições de se relacionar com a cultura local.

No entanto, parecendo antagônico já que aparece no gráfico 4, desde o início das pesquisas quando os entrevistados eram questionados a respeito do que lhes induziria a realizar uma viagem para Curitiba, o fator de indução histórico/cultural apresenta índices que oscilaram para mais desde 1990 até 1996.

No primeiro estudo, ele é responsável pela resposta de 5,7% do total de entrevistados; já em 1996, tem seu auge com 34,5% dos pesquisados. É importante destacar que, como descrito no capítulo anterior, Curitiba desenvolveu um apelo ecológico e de preservação do meio ambiente muito grande no início dos anos de 1990; isto se torna um forte atrativo quando se observa a evolução do fator natureza na resposta dos entrevistados: em 1990 era de 13,4%; em 1994 de 49%; e, no ano 2000 de 40,1% do total de respostas.

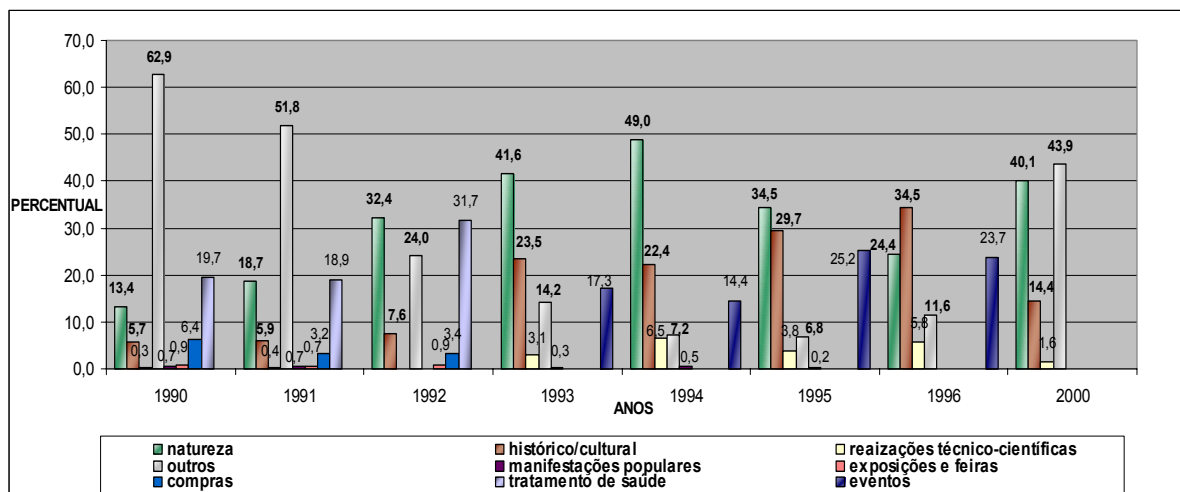


Gráfico 4 - Fator de Indução à Visitação em Curitiba, 1990 – 2000.
Fonte: Elaboração com base nos dados da Paraná Turismo, 2006.

É interessante ressaltar também, que assim como alguns entrevistados possuem critérios claros que os levariam a realizar uma ou diversas viagens, em outros não existe essa determinação; sem dúvida essa situação se traduz em Curitiba, onde essa diversidade de fatores ficou representada com claras oscilações: 62,9% em 1990; 24% em 1992; 7,2% em 1994; 11,6% em 1996 e 43,9% no ano 2000.

Esta pesquisa não verificou se essa situação é similar em outros destinos, inclusive nos de grande procura como São Paulo, Rio de Janeiro ou Salvador. Contudo, seria interessante e teria um grande aporte à gestão urbana do turismo em Curitiba, se houvesse um estudo que caracterizasse os diversos fatores que poderiam induzir à viagem dos turistas nacionais e internacionais. Eventualmente, com esses dados, a cidade poderia rever se a identidade repassada através da mídia ao potencial visitante é aquela desejada ou se ainda sofre algumas alterações.

Sem dúvida, a cidade de Curitiba possui atratividade turística e isso fica claro nos números e índices dos gráficos até aqui apresentados. Poder-se-ia afirmar ainda que a natureza, história e a cultura local dividem as preferências dos visitantes num provável retorno à capital do Paraná. Porém, também há incerteza de

que outros motivos trariam o turista e ainda, se esta causa é compatível com aquilo que cidade tem a oferecer.

Nesse sentido, nos anos de 2001, 2003 e 2005, as pesquisas de demanda turística deixaram de questionar os visitantes a respeito do fator que os traria para Curitiba. A partir de então, o entrevistado teria que definir a cidade de acordo com algumas opções que o formulário apresentava; são elas: cultural, qualidade de vida, ecológica e universitária. Assim como em anos anteriores, a opção outra também foi disponibilizada para o visitante marcar; as respostas dadas a esta alternativa foram: cidade turística, de negócios, modelo, de eventos, entre outras.

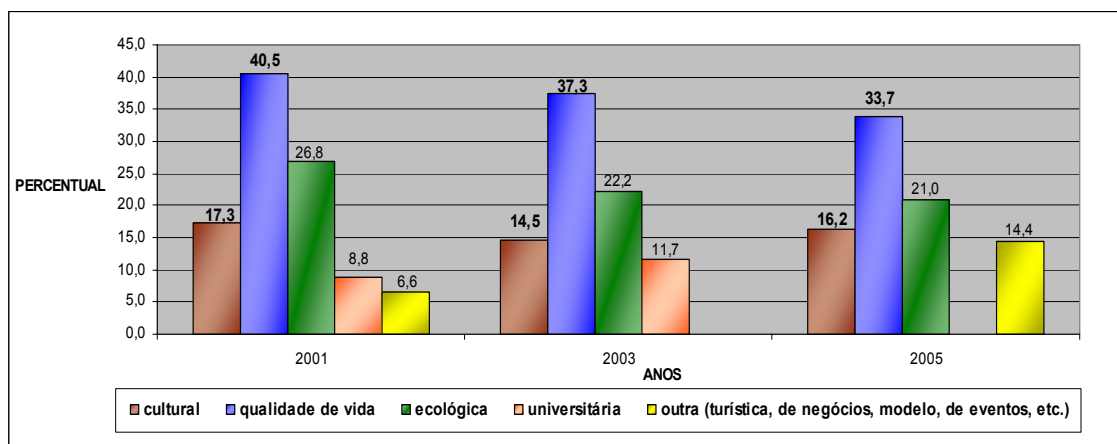


Gráfico 5 - Definição de Cidade de Curitiba, 2001 – 2005.
Fonte: Elaboração com base nos dados da Paraná Turismo, 2006.

As definições que os visitantes têm da cidade podem ser influenciadas, na sua maior parte, quando se fazem comparativos com as localidades de origem do próprio visitante. Não existe alguma afirmação relacionada a esta hipótese, no entanto é uma probabilidade a ser considerada se observados os estados de origem dos participantes da pesquisa de demanda.

De acordo com a tabela 2, o maior número de visitantes em Curitiba é sempre do próprio estado, visitantes de São Paulo e Santa Catarina ocupam o segundo e terceiro lugar, respectivamente. Turistas procedentes dos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul ocupam os últimos lugares da tabela.

Aparentemente, Curitiba tem um público cativo dos estados vizinhos; somente de São Paulo foram 26,1%, o equivalente a 518.385 turistas de um total de 1.986.150 visitantes que freqüentaram a capital em 2005. O total de estrangeiros no mesmo pode ter alcançado a cifra de 97.321 visitantes já que ao todo a parcela deles no estudo representa apenas 4,9% do total entrevistados. A procedência destes é principalmente dos Estados Unidos e do vizinho Paraguai.

Tabela 2: Curitiba - residência permanente dos entrevistados

Estados	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Paraná	21,1	31,5	36,0	31,5	33,5	34,3	35,5
Rio de Janeiro	6,8	5,7	6,0	5,5	4,5	4,8	4,1
Rio Grande do Sul	6,0	6,4	6,1	6,0	3,9	4,8	4,4
Santa Catarina	19,5	11,7	14,8	15,3	15,6	16,3	14,3
São Paulo	32,1	28,5	25,2	28,2	29,1	28,1	26,1
Outros estados	12,0	10,4	8,2	8,7	9,2	6,5	10,7
Países							
Alemanha	0,2	0,6	0,5	0,5	0,2	0,5	0,4
Argentina	0,8	1,0	0,4	0,6	0,4	0,4	0,6
Estados Unidos	0,2	0,8	0,6	0,6	1,1	1,1	0,9
Paraguai	0,4	0,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,7
Outros países	0,9	2,9	1,9	2,7	2,1	2,8	2,3

Fonte: Governo do Estado do Paraná – Paraná Turismo, 2006.

Prosseguindo com o gráfico 5, um dado a ser destacado neste estudo é como a definição de qualidade ressalta nos comentários dos pesquisados. Em 2001, os que responderam essa opção representaram 40,5% do total de visitantes; em 2003, o total atinge o índice de 37,3%; já nesse ano, se somados as duas outras definições que Curitiba teve, ambas somam 36,7%; tanto a segunda quanto a terceira definição não conseguiram diminuir a preferência pelo termo qualidade de vida, ainda que o indicador tenha diminuído em 3,2% em dois anos.

Esse distanciamento não se repete em 2005; naquele ano, o total de resposta chega aos 33,7% de turistas. Ainda que os percentuais das três definições mais apontadas tenham diminuindo na média de 2 a 3 pontos percentuais, afirmar que Curitiba como cidade com qualidade de vida é a definição que mais agradou aos visitantes não é uma falácia. Não obstante e de acordo com as estatísticas, outras definições poderão surgir nos próximos estudos de demanda.

Examinando com maior detalhe o gráfico, identifica-se que no período mostrado: 2001 a 2005, as três primeiras definições dadas à cidade, mantiveram a posição, sofrendo apenas leves alterações nos seus percentuais. Apenas uma opção foi retirada para o estudo de 2005, a de cidade universitária, dando lugar novamente a opção aberta “outra”. Não é difícil identificar Curitiba como cidade que valoriza a qualidade do seu meio ambiente; logo, valoriza o meio urbano oferecido ao seu morador. Ser lembrada como a capital ecológica do Brasil ressalta as ações relacionadas à preservação ambiental e manutenção do meio ambiente urbano, iniciativas que a prefeitura desenvolve ao longo dos últimos 60 anos.

Outra visão, fundamentada nos gráficos dos dados do governo estadual, permite afirmar que parte das ações propostas no plano de gestão do setor histórico, orientado à preservação e valorização do patrimônio da cidade não tiveram o resultado esperado. Quando se fala em cultura na cidade de Curitiba, provavelmente as primeiras idéias que surgem são aquelas ligadas à colonização da cidade, às etnias que formaram o município e à culinária desses colonizadores.

Em se tratando do Plano do Setor Histórico de Curitiba, este não previa o tratamento exclusivo de uma ou outra etnia formadora da capital; ao contrário, o documento propunha a realização de um conjunto de medidas que permitissem usufruir da área em questão, fazendo dela um espaço de ligação e relação constante com toda a história formadora de Curitiba:

Uma cidade não conta o seu passado: ela o contém. A partir dessa idéia, expressa pelo escritor Ítalo Calvino, podemos pensar que uma cidade se constitui na permanente reinvenção dos seus espaços e usos. Compreendê-la significa, então, reconhecer os sinais do passado em sua contínua mudança ao longo do tempo, apreendida de forma diferenciada pelo viver de cada geração. (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2006, p. 1).

Sem dúvida, os dados coletados através das pesquisas de demanda de Curitiba, permitem realizar comentários às influências que o Plano de Revitalização do Setor Histórico teve no aumento do turismo na capital.

Certamente, a evolução urbana promovida desde a metade do século XX está enraizada na cultura e faz parte da história de Curitiba. Os percentuais de indicação das definições “cidade com qualidade de vida” e “cidade

ecológica” são resultado de diversas políticas públicas orientadas ao bem-estar do seu cidadão.

Ao mesmo tempo, um ambiente, espaço ou localidade ecológica é interpretado aos olhos do turista em função da quantidade de parques, praças e áreas verdes que estejam ainda em bom estado de conservação e manutenção. Devido a Curitiba possuir estas características, além de outras que se relacionam com esse termo, é que a cidade foi denominada como “cidade ecológica”.

Contudo, a pesquisa indicaria que estas características de cidade ecológica se tornaram aspectos do cotidiano do curitibano; portanto, para o turista o morador reside numa localidade com aspecto de “cidade cultural”.

É claro que preservar o patrimônio histórico de uma cidade a tornaria conseqüentemente um espaço cultural, ainda mais quando nessa localidade existem manifestações constantes que trazem à percepção do visitante alguns vestígios da sua história e formação.

Embora algumas iniciativas propostas no plano não tenham sido concretizadas, o documento teve algum tipo de participação na definição da cidade como espaço cultural, ecológico e detentor do título “qualidade de vida”. Aprofundamentos maiores e mais específicos seriam possíveis se tratados a partir do Setor Histórico como ator e participante da formação da cidade e da sua população.

A manutenção e preservação do Setor Histórico de Curitiba se relaciona com a manutenção da memória local e a permanência dos vestígios históricos e formadores da capital, assim com a continuidade da sua cultura e do seu acervo monumental. Contudo, a contribuição deste espaço para as definições que a cidade tem se relacionam na importância e no valor que o Setor possui como transmissor da cultura local e aglutinador das suas tendências e perspectivas futuras.

8 CONCLUSÃO

Ao iniciar este estudo, refletiu-se no quão importante é para os curitibanos a preservação e assimilação da sua história, relatada de forma silenciosa pelas construções e edificações antigas, principalmente aquelas existentes no centro de Curitiba.

Durante o desenvolvimento das pesquisas, entendeu-se que a relação dos edifícios, ruas e praças com a própria cidade era maior do que um simples relato silencioso que se detém nas suas paredes e nos seus traçados como vestígios de uma evolução social e urbana construída através dos séculos.

Estas relações transcendem o nível físico, chegando muitas vezes à intangibilidade quando são absorvidas pelos moradores e internalizadas como valores próprios reconhecidos como relevantes para os seus integrantes de hoje e do futuro. Quando este valor é relacionado às construções, se lhes concede o título de patrimônio histórico construído.

Tornar-se patrimônio de uma cidade é fazer parte do passado sem deixar de ser parte do cotidiano e, na seqüência de vida de uma cidade, uma referência para o seu futuro. No seu conjunto, estas construções e espaços estabelecem pontos focais de um mapa mental e ajudam na construção da “imagem” da cidade. Uma imagem capaz de retratá-la hoje, como ela foi em períodos anteriores e, em alguns casos, para onde ela vai.

Quando do desenvolvimento das primeiras etapas do estudo, escolheu-se abordar a cultura, memória e patrimônio, numa seqüência de escala “do maior para o menor”, sem relegar nem diminuir a relevância dos mesmos. No entanto, procurando construir um raciocínio seqüencial que permitisse fundamentar esta conclusão. Ao observar os conceitos dados à cultura, os autores pesquisados a definem como uma questão enraizada no ser humano. Dependendo de quão profunda seja esta raiz, podem haver apropriações específicas em que as pessoas, em sociedade ou de forma individual, criam, podendo chegar a ser eventualmente sentimentos.

Contudo, uma percepção atual e mais próxima dos curitibanos, define a cultura como uma diversidade de pensamentos, opiniões, costumes e até crenças que sintetizadas, resultam em características próprias e únicas. Esta miscigenação lhes outorga subsídios para permanecer e subsistir na atualidade, observar os acontecimentos passados e aprender com eles, desenvolvendo ainda ações para o futuro fundamentadas nos acertos, erros e ações precedentes, prevendo assim a continuidade do seu grupo social.

Ao desvendar os conceitos da memória, segunda etapa do referencial teórico, tomou-se conhecimento que esta é presente desde tempos remotos já que permite construir os passos presentes e futuros. Ampliando o raciocínio, a memória carrega consigo as lembranças e recordações passadas que permeiam a vida atual; sem a memória as convivências estáveis do presente não seriam possíveis; ela permite repassar a evolução para traçar os novos rumos com base na experiência do passado.

A preocupação com a memória no Brasil está presente nas ações efetivas de restauração e preservação de construções e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, que testemunham a evolução e os costumes de sua história. No entanto, algumas iniciativas relatadas como preservação da memória, tiveram no seu escopo a transposição de elementos arquitetônicos únicos, de prédios ou construções esquecidas, para novos empreendimentos, definindo assim um aparente uso da memória coletiva da cidade em construções novas e modernas.

Com relação ao patrimônio, a sua construção teórica implica na relação, aparentemente imediata entre a Cultura e a Memória. Isto é possível ao lembrar os comentários realizados por Cury (2000) nas Cartas Patrimoniais, onde se define o bem cultural como algo de importância e relevância para todos sem exceção, desde uma ótica histórica, científica ou das artes. Logo, o vínculo aparece ao retratar a história e a arte na sua concepção teórica. Ambas são resultado de experiências e aprendizados constantes dentro de comunidades ou sociedades.

Empiricamente, patrimônio remete a pertence, aquilo que é de direito de alguém ou de alguns em função de algum fato anterior que lhes outorga o direito de posse. Sob essa ótica e agregando as referências teóricas, poder-se-ia dizer que o patrimônio cultural é aquilo que representa no momento, o acúmulo de tradições e

tendências, a saga dos povos, presentes no âmago da sua existência, com todos os seus vestígios, memórias e recordações.

De acordo com o descrito e relacionando a discussão com os objetivos do estudo, o patrimônio, a cultura e a memória de uma cidade são traduzidos em inúmeras formas, desenhos e elementos urbanos. Viver em contato com estes elementos permite construir o legado cultural e a sensação de continuísmo, sem deixar de vivenciar o presente. Entende-se que não seria possível residir num ambiente urbano, sem que exista algum tipo de memória, seja ela oral, escrita ou construída e que permita repassar informações ou recordações de épocas distantes e próximas, referências do tempo para o desenvolvimento histórico da cidade.

Compreende-se ainda que se uma urbe não resguarda seus patrimônios, o processo de sustentabilidade, na visão social, tenderá a se perder com o passar do tempo. O desenvolvimento sustentável depende em muito da preservação e manutenção do sistema ambiental; logo, uma localidade terá que oferecer constantemente educação, saúde, segurança, transporte, saneamento básico, entre outros serviços urbanos. No entanto, isso não basta para o desenvolvimento social. É preciso referências de tempo, experiências e produção cultural que devem permanecer vivas na memória de todos. A continuidade depende não só da existência de um meio ambiente equilibrado, e sim de elementos do passado balizando o presente para a construção de um futuro promissor.

Ao analisar o turismo, pensando nas suas relações e ligações possíveis com o patrimônio de uma cidade. Percebe-se que a viagem ou deslocamento do turista para um determinado destino é apoiada na existência de um desejo, uma necessidade, uma vontade específica por conhecer, observar ou simplesmente viajar. No entanto, a viagem em si exige um local, uma cidade, uma praia, uma fazenda, uma montanha ou um espaço qualquer onde seja possível concretizar o desejo ou anseio do viajante, do turista.

Sendo assim, quando o visitante realiza um deslocamento, ele precisará estar fora de sua residência um tempo maior do que um dia e um tempo máximo que dure entre três a seis meses. Logo, no local de destino utilizará da infraestrutura específica, da geral e dos serviços que lhe atendam suas necessidades,

podendo ainda desfrutar de um espaço diferente do seu, tomando conhecimento e ciência do local onde está inserido, mesmo que por um tempo limitado.

Considerar o turismo como uma indústria de mercado, composta por estruturas e infra-estruturas, serviços e atrativos, recursos materiais e humanos, relações sociais e culturais, permitirá entender como o patrimônio de uma cidade interage com essa atividade constantemente, podendo ainda ser motivo de viagem e permanência na localidade.

Socialmente, a atividade turística beneficia em grande escala os destinos, fornecendo a estes recursos financeiros, na forma de investimentos em empresas do setor: hotéis, agências de viagens, bares e restaurantes, lojas de conveniência e souvenirs, postos de saúde, centros comerciais, entre outros. Nessa relação economia-sociedade, consta ainda a criação de empregos, a diversificação dos serviços para o turista, a geração de novos empreendimentos locais, assim como a arrecadação de tributos e impostos, promovendo um aporte de recursos financeiros nos cofres dos governos municipais, estaduais e centrais.

Uma cidade que oferece aos seus moradores somente as estruturas e condições de vida suficientes para sua própria subsistência não terá necessariamente condições para o desenvolvimento do turismo local. No entanto, se agregados a este panorama existissem áreas ou espaços urbanos onde a população desenvolve suas tradições, preserva sua memória e dos seus predecessores e ainda cultiva os patrimônios locais, seria possível viabilizar condições para motivar a chegada do turismo. Isso proporcionaria não apenas o consumo e uso do seu espaço, mas também a reprodução da sua cultura e do seu patrimônio na consciência e na memória daqueles que visitarem o local.

Deve-se compreender também que uma cidade é um espaço vivo, no qual residem inúmeros fatores e relações que a fazem única e permanente, a qual muda de acordo com os interesses e anseios dos seus moradores. Contudo, a atividade turística não resolve nem sana problemas que uma cidade possa ter. No decorrer da história universal, os avanços tecnológicos e sociais imprimiram grandes alterações no traçado urbano de quase todas as cidades do mundo.

O surgimento das indústrias, as migrações do campo para a cidade, o desemprego, entre outros acontecimentos históricos, fizeram com que outras

alternativas surgissem em função da extinção de algumas atividades. E o turismo se insere como uma dessas fontes alternativas de renda em substituição aos meios tradicionais da cidade contemporânea.

Portanto, as relações entre a cidade, o patrimônio e o turismo se desenvolvem no contexto da conservação e preservação da cultura local. Essas iniciativas fazem com que a cultura permaneça através dos patrimônios protegidos, se possível de forma perene, representando assim a história e a sua evolução regular e constante. Dar estrutura e visibilidade à história da cidade, com destaque aos seus patrimônios mais significativos, a torna mais legível e atraente para os visitantes. E esse potencial turismo urbano e cultural se revela como importante suporte à preservação e permanência dos monumentos urbanos.

Considerando o até aqui exposto, surge o questionamento de como realizar estas ações de valorização da cultura, da memória e principalmente do patrimônio em cidades consideradas turísticas. Revendo os conceitos de gestão urbana, se observa que a própria definição desta é relacionada com o atendimento das necessidades da população integrando todos os setores existentes na cidade. Ainda, para considerar uma gestão urbana eficiente e eficaz, é necessário trabalhar de forma descentralizada, outorgando assim, voz e participação ativa aos moradores das localidades.

Portanto, é possível gerir uma cidade turística? Curitiba, como destino turístico, se encaixa nesse modelo de gestão urbana?

As cidades turísticas não diferem das outras em nenhum aspecto. Atualmente, qualquer município pode promover uma revolução na sua economia e no seu comércio local, incentivando os mesmos a acolher os turistas em troca dos ganhos financeiros que esta possa gerar. Curitiba não foge a esta afirmação.

Observando o relato da análise realizada pela equipe técnica do Plano Diretor Preliminar de 1966, a cidade de Curitiba, já naquela época, discutia como motivar e promover o aumento do número de turistas, reconhecendo para isto, que a cidade não possuía atrações turísticas de lazer ou culturais que incentivassem à permanência dos viajantes por mais do que dois ou três dias. Ainda assim, relata-se a existência de turistas em passagem para o Sul ou vice-versa, utilizando a

cidade como dormitório ou ponto de parada estratégica para um descanso momentâneo.

A gestão de uma cidade turística depende muito do planejamento e da forma em que este é desenvolvido. Certamente, o envolvimento das comunidades, associações e representações comunitárias viabiliza o investimento neste tipo de atividade. Como já citado, a cidade é responsável pelas suas mudanças e ainda ela é a norteadora dos seus rumos.

Logo, o planejamento de um ambiente turístico necessita da identificação das suas potencialidades, das condições estruturais e humanas do local, assim como da aceitação da nova atividade pela população. Não é possível fazer uma gestão urbana de uma cidade turística sem que os próprios moradores aceitem essa realidade.

No caso de Curitiba, sua transformação em cidade turística deu-se ao final da década de 1980. Antes disso a cidade não ofereceria elementos atraentes para incentivar uma viagem com fins culturais, de lazer ou de eventos. De acordo com os dados coletados, na época do regime militar, Curitiba oferecia mudanças e alterações no meio urbano, visando o bom uso e aproveitamento do espaço existente. O incremento populacional na região da capital exigiu dos gestores da época a intervenção planejada no sistema de transporte, no zoneamento da capital, assim como na delimitação de novas áreas e espaços para usos específicos.

Se houvesse existido interesse em transformar a cidade em ponto de visitação de turistas, provavelmente as intervenções realizadas não teriam sido exclusivamente voltadas à questão urbanística. Ao mesmo tempo, dever-se-ia realizar um estudo extensivo com objetivo de identificar a potencialidade local, em função da competitividade existente com outras capitais. Uma gestão sustentável do turismo prevê suas dificuldades e suas vantagens, mapeando ainda, todos os componentes existentes no entorno, para assim poder implementar as ações corretas e ideais para esse ambiente.

O gerenciamento do turismo, em qualquer âmbito, exige uma sistematização das suas ações, com vistas a atender seus planos, programas e projetos; ainda, deve explorar de forma controlada e sustentada, os recursos

naturais e culturais existentes, de forma tal a promover uma atividade consciente e equilibrada com o meio ambiente.

Em se tratando de ambientes urbanos, não existe um formato pré-moldado de desenvolvimento sustentável que possa orientar os gestores urbanos para uma rápida solução dos seus problemas locais. O discurso projetado constantemente é o da manutenção e preservação dos ambientes ecológicos, em vista da grande contaminação ambiental, a qual prejudica a continuidade de todas as espécies, inclusive a do ser humano.

A preservação do ambiente ecológico deve ter também em vista uma perspectiva de sustentabilidade social para criar condições reais de sobrevivência dos grupos inseridos nos ambientes urbanos. É certo que o homem precisa de insumos para subsistência. Precisa de fornecimento de água, tratamento de resíduos e demais infra-estruturas urbanas. Mas há outras dimensões a serem consideradas. Uma delas é de ordem cultural e diz respeito à historicidade e identidade dos grupos.

Para fortalecer os vínculos que unem um núcleo ou grupo social é preciso identificar e preservar suas origens, seus valores, e seus costumes. No contexto deste trabalho, a sustentabilidade social é aquela que se apropria dos recursos patrimoniais e culturais para promover a assimilação e adoção destes, por parte de todos os integrantes locais.

A meta não é transformar as colônias existentes num único grupo étnico dentro de Curitiba; contudo, o interesse desta ação é identificar e reconhecer que cada cultura tem seu aporte para a construção de uma única cidade; portanto, é necessário que a guarda dos patrimônios históricos, principalmente os edificadas em locais especiais ou de grande afluência, sejam preservados e trazidos de volta à vida urbana com contextos renovados.

A discussão de temas e teorias aqui apresentados teve como subsídio a base teórica elaborada para atingir o primeiro objetivo específico do estudo. Na sequência da dissertação, afim de resolver o segundo objetivo específico, foram relatadas e descritas as políticas municipais de Curitiba focadas na preservação do patrimônio histórico, principalmente as relacionadas ao Setor

Histórico da cidade. Esta etapa desenvolveu-se de forma descritiva, identificando ainda as diretrizes que guiaram estas políticas ao longo do período de 1970 a 2004.

O estudo de caso do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, assim como das políticas públicas direcionadas à preservação do patrimônio histórico da cidade, foram descritos e analisados de forma a responder ao problema proposto no início do estudo, o qual indagava quais seriam as diretrizes usadas para formar as políticas públicas que valorizem a preservação do patrimônio histórico, e ainda, que incentivem o turismo local, propiciando o desenvolvimento econômico e social em função da prática desta atividade.

Para auxiliar na resolução do problema apresentado, utilizou-se um pressuposto para o presente estudo, afirmando-se que estas políticas existem a partir da década de 1970; no entanto, o direcionamento à valorização do patrimônio, para com a atividade turística assim como para a preservação da memória de Curitiba, não estaria sendo efetivado.

Ao longo da análise da dissertação, comprova-se que o pressuposto citado anteriormente é composto pelas seguintes políticas: Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba; Lei Municipal nº 4.335 que incorpora a Casa Romário Martins ao patrimônio histórico da cidade; Decreto Municipal nº 1.547, responsável pela criação Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação (UIP), cujo objetivo era proteger 586 imóveis existentes em toda a capital; Decreto Municipal nº 161, marco dos incentivos fiscais no país, o qual incentiva os donos de bens culturais, principalmente do setor histórico, a preservar os imóveis obtendo na troca a isenção total do imposto predial e territorial urbano (IPTU); a Lei Municipal nº 6.337, que delimita o solo criado na cidade e incentiva a preservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico. Ainda, esta lei cria a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural, a qual é responsável pelas análises das Unidades de Interesse de Preservação.

Em relação à hipótese delimitada para solucionar o trabalho, esta foi estruturada entendendo que é possível idealizar estas políticas orientadas a outorgar valor às edificações patrimoniais da cidade; ainda esta hipótese menciona que, existiriam sim incentivos legais que motivassem a preservação do Setor Histórico de Curitiba, considerando esta como cidade com atratividade turística.

A validação da segunda hipótese seria uma decorrência imediata, em função das diversas políticas instauradas pelos governos municipais, ao longo do período analisado. Sendo assim, a problemática da pesquisa seria respondida em breve; no entanto, é necessário um aprofundamento das diretrizes e o estudo de caso de Curitiba, permitindo assim uma resposta mais consistente e circunstanciada da segunda hipótese.

Através da análise das leis e documentos, considerando nesse aspecto os Planos Diretores de 1943, 1966 e 2004, foi possível delimitar algumas diretrizes que orientaram a formulação das seguintes ações: a preservação do bem edificado; a manutenção do prédio em condições mínimas de uso; o valor histórico das construções em função do tempo e do estado em que se encontram; a redução ou isenção dos impostos prediais e territoriais do município (IPTU); e finalmente, incentivos à criação de novas fontes de renda. Estas diretrizes, cruzadas com as respectivas legislações, estão disponíveis para consulta no apêndice 2 desta dissertação.

Em seguida, foram observados os números e índices desenvolvidos pela Paraná Turismo, órgão do Governo Estadual do Paraná. Como já citado, estes dados foram delimitados a partir de 1990, embora os estudos tenham iniciado em 1987. Os formulários de pesquisa com suas respectivas perguntas tiveram várias alterações ao longo desse período. Entendeu-se que analisando o período de 15 anos – 1990 a 2005, haveria condições científicas e metodológicas para validar o estudo proposto.

É interessante observar como no início dos estudos da demanda de Curitiba, inclusive ainda em 1990, os governos, estadual e municipal, não possuíam meios para projetar o número de visitantes em Curitiba. No entanto, a partir de 1992 surge a primeira projeção desse número. Como já citado nas análises, foi possível observar que a quantidade de visitantes em Curitiba cresceu em mais de 100%, num período inferior a 15 anos.

Contudo, este aumento não está sendo motivado diretamente pelas ações direcionadas à valorização do patrimônio histórico. Os motivos que apresentam maiores índices de vinda até Curitiba são apontados e classificados genericamente como “negócios” e “visita a parentes e amigos”. Pesquisando em

revistas e jornais, verifica-se que em 2002, a cidade já tinha conceito e reputação de local ideal para implantar novos negócios.

Naquele ano a Revista Exame publicava uma reportagem intitulada “Curitiba – 1º lugar: **A qualidade que faz diferença**”. Nessa matéria o prefeito do município na época, Cássio Taniguchi, explicava uma das orientações de mercado que a cidade possui: “Nossa vocação é a alta tecnologia” (HAMA, 2006). Ainda no mesmo conteúdo, o repórter afirmava que, embora a tendência da cidade seja orientada a negócios locais ou internacionais, a cidade tinha que desenvolver o turismo já que segundo ele “[...] é uma das atividades que devem reforçar a economia de uma cidade ao redor da qual se concentram hoje grandes indústrias, como as montadoras Renault/Nissan e Volkswagen/Audi” (Ibid).

Ainda, no mês de novembro de 2006, a mesma revista publica outra reportagem intitulada “As campeãs em infra-estrutura: Pesquisa revela quais as cidades com a melhor infra-estrutura do país - fator decisivo na atração de investimentos”. A cidade de Curitiba é citada como a terceira no país a oferecer excelentes **condições de vida**, permitindo assim a diversificação dos negócios e o aumento de empresas de todos os segmentos (YOSHIDA, 2006).

Sem dúvida, a fama de boa cidade para negócios não é um título ganho desde 2002; existem matérias em outras fontes que mostram o perfil de Curitiba desde finais da década de 1990. Analisando os gráficos que mostram os fatores que induzem o viajante a conhecer Curitiba, e na definição do tipo de cidade que o visitante enxerga ao chegar, se observa que a motivação que possui maior força é aquela direcionada às questões do meio ambiente ou à natureza.

Os gráficos apresentaram poucas oscilações nesses dois critérios, e mesmo quando da troca do fator de indução para o tipo de cidade, o que era denominado “natureza”, se tornou “ecológica”. O interesse pela cultura, história ou patrimônio nos gráficos está em terceiro lugar quase que ao longo dos 15 anos de estudo.

É preciso entender que as ações de recuperação e preservação do patrimônio histórico tiveram como resultado a revitalização e requalificação de espaços fundamentais da cidade. Além de restabelecer a identidade e o senso de historicidade dos moradores, essas ações tiveram reflexos importantes na qualidade

ambiental e condições de vida local. Muitas indústrias e negócios que se instalaram em Curitiba foram atraídos pela repercussão internacional dessa “qualidade ambiental” que tem como um dos seus elementos fundamentais o trabalho com o patrimônio histórico. Houve também imigrações regionais de pessoas, muitas delas fugindo das grandes capitais em busca de melhor qualidade de vida. Certamente a isso se deve o incremento no item “visita a parentes e amigos” assim como “turismo de negócios”.

Portanto, embora a formulação das pesquisas não apontem especificamente para a questão dos cuidados com o patrimônio histórico, ela certamente participa de forma significativa na construção dessa imagem de Curitiba como uma cidade com qualidades ambientais e condições de vida excepcionais, fatores estes que sem dúvida pesam nas escolhas dos negócios e do turismo.

Para isso contribuíram as políticas direcionadas à preservação do patrimônio histórico de Curitiba num processo constante e de aperfeiçoamento, a partir do Plano de Revitalização do Setor Histórico.

Por conseguinte e em função do acima exposto, é importante promover a valorização do patrimônio de Curitiba, tornando este mais próximo do cidadão curitibano, fazendo ainda com que se transforme em parte do desenvolvimento urbano-sustentável da capital. Sendo assim, algumas ações poderão ser desenvolvidas a partir das diretrizes macros aqui apontadas:

1. Definir claramente uma hierarquia para a gestão da preservação e organização das políticas e ações direcionadas ao Patrimônio Histórico de Curitiba. Com esta diretriz, pretende-se dar uma concentração de responsabilidades, num único setor, secretaria ou fundação, o qual possa responder de forma integral por estas ações. A participação de outras entidades não estaria descartada, desde que exista uma divisão clara de tarefas. No entanto, o objetivo desta linha de ação é concentrar os esforços em grupos menores;
2. Designar funcionários da Casa da Memória e do IPPUC, para integrar um grupo de ação permanente no Setor Histórico de Curitiba, considerando como espaço de atuação a área delimitada no plano de 1970. Este grupo trabalharia na visualização, fiscalização e acompanhamento histórico

permanente, com o intuito de incentivar e promover a conservação, manutenção e novos usos, dos prédios existentes naquela região;

3. Repassar a história da formação e colonização de Curitiba através das entidades representativas existentes na capital, incluindo as religiosas, de interesse social e esportivas. O foco desta ação reside no poder e na interferência que as comunidades e suas entidades exercem, no sentido de representar e exigir seus direitos, quando estes estão ameaçados. Entende-se que, por meio destas organizações, seja possível outorgar a devida importância aos patrimônios históricos que a cidade tem; ainda, esta ação poderia minimizar a depredação dos monumentos e locais históricos próximos das localidades onde elas exercem influência;
4. Integrar ações culturais do município de Curitiba com os da região metropolitana, em função do envolvimento e uso constante dos serviços públicos por parte dos moradores dessas regiões. Destacam-se nesta diretriz as semelhanças existentes entre todos os municípios que formam a região metropolitana de Curitiba, devido às origens colonizadoras serem as mesmas;
5. Desenvolver ações de divulgação do Setor Histórico de Curitiba para turistas, nas proximidades do local, utilizando para isto as instalações da Casa da Memória, Memorial de Curitiba, Casa Romário Martins e Museu Paranaense. Ainda seria possível organizar a iniciativa privada, na campanha de repasse de informações patrimoniais aos turistas que visitem estes empreendimentos;
6. Organizar uma equipe permanente de pesquisadores em turismo, que monitorem as frequências e evoluções da demanda turística da cidade, a fim de traçar rumos específicos nas políticas de patrimônio e de turismo. Embora nesta pesquisa não tenham sido tratadas as políticas de turismo, estas devem envolver iniciativas direcionadas à transmissão da cultura e apresentação do patrimônio. Entende-se que, mesmo que a cidade seja conhecida e divulgada como capital ecológica e ainda que possua atratividade e capacidade para eventos e negócios, seu potencial cultural é menosprezado em função da não existência de políticas concretas para este setor.

Algumas ações aqui citadas deverão ser desenvolvidas através de pesquisas e projetos, focando a atividade turística como agente propulsor do

desenvolvimento sustentável urbano. Esta atividade pode ser somada à gestão das cidades, considerando que esta é uma atividade multidisciplinar.

Por se tratar de um estudo acadêmico na área de gestão urbana e se tratando ainda de um dos poucos estudos de políticas públicas do Setor Histórico de Curitiba sob a ótica de um bacharel em turismo, espera-se ter contribuído na promoção e geração de conceitos e interpretações desta área, promovendo a inserção deste segmento de forma séria e permanente, nas diretrizes macros e micros do poder executivo municipal.

Embora o presente estudo tenha se limitado a pesquisas bibliográficas e documentais, criando fundamentos para responder ao problema e solucionar o objetivo proposto, seria importante dar continuidade às pesquisas nesta área, em função do pouco interesse mostrado pelos moradores com os vestígios arquitetônicos da cidade. A maioria desses estão relacionados na prefeitura como unidades de interesse de preservação e, em alguns casos, até tombados pelo governo estadual ou pelo governo federal.

As problemáticas que surgiram, para construir o tema, restringiram-se à interpretação de informações e a operacionalização das pesquisas. Ao mesmo tempo, esta dissertação caracterizou-se pela interpretação de legislação e políticas públicas, não atuais e sim de algumas décadas atrás, obrigando ao pesquisador a se atentar com detalhes e observações mínimas, evitando assim o descumprimento de alguma etapa proposta.

Em se tratando de continuidade ou aplicação prática do estudo, esta dissertação desenvolvida na linha de pesquisa “planejamento urbano e regional”, originou um grupo de trabalho misto – professores, alunos – denominado “Políticas públicas municipais orientadas à divulgação do Turismo em Curitiba”. Esta experiência iniciou no mês de maio de 2005, envolvendo alunos da 2ª e 4ª série do Curso de Turismo do Centro Universitário Positivo (UnicenP). É possível observar que o tema pode tornar-se de grande interesse para a formação dos acadêmicos, considerando ainda que essas gerações evitam discutir e refletir sobre temas relacionados à política pública em vista dos acontecimentos recentes no cenário brasileiro.

Ao mesmo tempo no campo docente, o presente estudo servirá como base para um segundo grupo de pesquisa criado em conjunto com professores do próprio Curso de Turismo também do UnicenP. Este grupo pretende elaborar um marco histórico das políticas que se relacionam com os diversos tipos de turismo em Curitiba. É objetivo ainda deste pesquisador, dar continuidade a esta primeira etapa no mundo acadêmico desmembrando o estudo em algumas linhas de trabalho, as quais poderão dar subsídio a uma próxima etapa de estudo.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo: conceitos e organização**. Bauru: EDUSC, 2002.

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 237 p.

ALFONSO, María José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. *In: Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, vol. 9, n. 20, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 7. fev. 2005.

AZEVEDO NETTO, José M. de; BOTELHO, Manoel Henrique Campos. **Manual de saneamento de cidades e edificações**. São Paulo: Pini, 1991.

BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997.

BARBIERI, Jose Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente sustentável: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 159 p.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.

BASTOS, Sênia. Patrimônio cultural e hospitalidade: subsídios ao planejamento turístico. *In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti (coord.). Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p.75-92.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2001.

BRAS, Gerard. **Hegel e a arte: uma apresentação à estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1990.

BRASIL. Estatuto das Cidades. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 15. jun. 2005.

_____. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Ministério das Cidades**: Disponível: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 10. jan. 2006.

_____. **Ministério das Cidades: Princípios e diretrizes para elaboração de planos diretores municipais**. Disponível: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 10. jan. 2006.

_____. Deliberação normativa n.º 360, de 16 de março de 1996. **Ministério do Turismo: Portal Brasileiro do Turismo**. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/legislacao/arquivos/deliberacao_normativa_n_360_96_16_marco_1996.html>. Acesso em: 10. jan. 2007.

_____. **Ministério do Turismo – Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas, 2003 - 2007**. Disponível: <<http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 10. jan. 2006.

_____. Ofício nº 027/85/SPHAN-RJ. **Serviço público federal**. Curitiba: Casa da Memória, 2006.

BRESSAN, Flávio. **O método do estudo de caso**. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm>. Acesso em: 18 mar. 2006.

BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.

CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento sustentável e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998. 429 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CIDADE DE CURITIBA. Diretrizes básicas programa de trabalho. s. d. 60 p.

CHMYZ, Igor. Arqueologia de Curitiba. In: FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba: origens, fundação, nome**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 21, n. 105, jun. 1995. 280 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHON, Kye-Sung; SPARROWE, Raymond T. **Hospitalidade: conceitos e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 393 p.

COOPER, Chris; SHEPHERD, Rebecca; WESTLAKE, John. **Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Roca, 2001. 202 p.

COSTA, N. N. Autonomia do município. In: **Curso de direito municipal brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 95-115.

CURITIBA. Decreto Municipal nº 1.160, de 5 de agosto de 1971. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 1.284, de 13 de dezembro de 1973. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 1.547, de 14 de dezembro de 1979. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 161, de 8 de maio de 1981. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 380, de 15 de março de 1993. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 381, de 15 de março de 1993. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 425, de 13 de abril de 1993. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 660, de 1 de julho de 1993. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 185, de 3 de abril de 2000. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. Decreto Municipal nº 186, de 4 de abril de 2000. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2006.

_____. **Folheto projeto Revivendo Curitiba**. Curitiba, 1997.

_____. **Instituto Municipal de Turismo**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Secretaria.aspx?o=21>>. Acesso em 20. jan. 2007.

_____. Lei Municipal nº 2.828, de 10 de agosto de 1966. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal nº 4.199, de 8 de maio de 1972. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal nº 4.335, de 18 de setembro de 1972. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal nº 4.545, de 5 de janeiro de 1973. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal nº 6.337, de 28 de setembro de 1982. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal nº 7.833, de 19 de dezembro de 1991. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal Complementar nº 5.234, de 22 de dezembro de 1975. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. Lei Municipal Complementar nº 40, de 18 de dezembro de 2001. **Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/spl.htm>>. Acesso em: 10. ago. 2006.

_____. **Plano de urbanização de Curitiba – Plano Agache**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1943.

_____. **Projeto – centro de criatividade**. Secretaria Municipal de Curitiba. jul. 1989.

_____. **Secretaria Municipal de Comunicação Social. Rua XV de Novembro 30 anos**. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/agencia/fotos/rua_xv_30anos/index.html>. Acesso em 05. jan. 2007.

_____. CODEPAR. **Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba – junho 1965**. Curitiba: Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda, Jorge Wilhelm – Arquitetos Associados. 1965. 182 p.

CURY, Isabelle. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DIAS, Ronaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIREÇÃO: O Paraná no rumo certo. Ano 1. 5ª ed. Gráfica e editora Pallotti. s.d. p 48 – 53.

DUARTE, Otávio; GUINSKI, Luia Antonio. **Imagens da evolução de Curitiba**. Curitiba: O.Duarte, 2002. 288 p.

ECO, Umberto. **A definição da arte**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 2000.

FEIRA DO LARGO DA ORDEM. **Página da Feira do Largo da Ordem**. Disponível em: < <http://www.feiradolargo.com.br/>>. Acesso em: 15. jan. 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Boletim Casa Romário Martins. Centro histórico: espaços do passado e do presente**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. v. 30, n. 130, mar. 2006. 148 p.

_____. **Boletim Casa Romário Martins. Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. v. 23, n. 110, mar. 1996. 90 p.

_____. **Página institucional da Fundação Cultural de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.fccdigital.com.br/>>. Acesso em: 02. jan. 2007.

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba – Evolução Urbana**. Rio de Janeiro. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2006. 168 p.

GARCIA, Fernanda Ester Sanchez. **Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997. 168 p.

GOELDNER, Charles R.; MC INTOSH, Robert Woodrow.; RITCHIE, J. R. Brent. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

HAMA, Lia. As campeãs em infra-estrutura: Pesquisa revela quais as cidades com a melhor infra-estrutura do país--fator decisivo na atração de investimentos. **Portal Exame: Anuário de infra-estrutura**. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/infraestrutura/edicoes_2006/m0116417.html>. Acesso em: 30. dez. 2006.

IPARDES; COMEC; SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. **Plano de preservação do acervo cultural da região metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 1977.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Curitiba em dados 2004**. Curitiba: IPPUC, 2004.

_____. **Histórico de dados do município de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1991.

_____. **Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, Agosto, 1970.

_____. **Memória da Curitiba Urbana**. Depoimentos 5. Curitiba, 1990. 118 p.

_____. **Planejamento urbano de Curitiba – História do planejamento urbano de Curitiba: 35 anos de história**. Curitiba, 2002. 88 p.

_____. **Preservação do patrimônio cultural; reviver Curitiba**. Curitiba, 1985. 47 p.

IPEA, USP, IPPUC. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana**: Curitiba. Brasília: IPEA, 2001. 288 p.

IVO, Anete Brito Leal (org.). **O Poder da Cidade: limites da governança urbana**. Salvador: EDUFBA, 2000. 242 p.

_____. Governança local: a normativa das mediações entre governo e sociedade e seus limites estruturais. *In: O Poder da Cidade: limites da governança urbana*. Salvador: EDUFBA, 2000. 242 p.

JONES, Lawrence R.; THOMPSON, Fred. Um modelo para a nova gerência pública. *In: Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública*. ano 51, nº 1. jan./mar. 2000. Brasília: ENAP, 1937. p. 41-80.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 137 p.

LICKORISH, Leonard J. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LINAS, M. S.; NICOLAU, J. S. La vocación turística del territorio. In: BARRADO, D. A.; CALABUIG, J. (Org.) **Geografía mundial del turismo**. (org.) Madrid: Editorial Síntesis S.A., 2001.

MARINI, Caio. O contexto contemporâneo da administração pública na América Latina. In: **Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública**. ano 53, nº 4. out./dez. 2002. Brasília: ENAP, 1937. p. 31-52.

MATOS, G. M. **Impactos ambientales del turismo**. Apostila do Master Internacional de Turismo – Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Las Palmas: ULPGC, jun. 2000.

MENEZES Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. 198 p.

MERINGUE, Geancarlo de Lima. **A gestão do turismo para o desenvolvimento local**. In: **Colóquio internacional de desenvolvimento local: o desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano**. 2003, Campo Grande. Anais eletrônicos, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio>>. Acesso em: 13. mar. 2006.

MOURA, Rosa. Os Riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 201-237.

OBA, Leonardo Tossiaki. **Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba**. Tese apresentada à FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. 327 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum**. Nova Iorque: ONU, 4. ago. 1987. 318 p.

OLIVEIRA, N. da S.; YASOSHIMA, J. R. Antecedentes das Viagens e do Turismo. In: REJOWSKI, Miriam. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. p.17-40.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **International tourism: a global perspective**. Madrid: WTO, 1997.

_____. **Turismo: panorama 2020 Volumen 2 Las Americas**. Madrid: OMT, 2000.

PARANÁ. **Estudo da demanda turística: Curitiba, fevereiro – outubro, 1990**. 2ª. ed. rev. Secretaria do Esporte e Turismo. Fundação de Esporte e Turismo. Curitiba, 1993.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, fevereiro – julho – novembro, 1991**. Secretaria Especial de Esporte e Turismo. Fundação de Esporte e Turismo. Curitiba, 1991.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, 1992**. Secretaria do Esporte e Turismo. Fundação de Esporte e Turismo. Curitiba, 1993.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, 1993**. Secretaria do Esporte e Turismo. Superintendência Estadual do Esporte e Turismo. Curitiba, 1994.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, 1994**. Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. Paraná Turismo. Foz do Iguaçu, 1996.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, Paraná, 1995 - 1996**. Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. Paraná Turismo. Foz do Iguaçu, 1997.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, 2000**. Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. Paraná Turismo. ano IX. Curitiba, 1997.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, 2001.** Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. Paraná Turismo. ano X. Curitiba, 2002.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, 2003.** Secretaria de Estado do Turismo. Paraná Turismo. ano XIV. Curitiba, 2004.

_____. **Estudo da demanda turística: Curitiba, 2005.** Secretaria de Estado do Turismo. Paraná Turismo. ano XV. Curitiba, 2006.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão.** 5. ed. São Paulo: Futura, 2001.

PRIESTLEY, G. K.; COIT J. C. L i. Turismo urbano. In: ARTIGUES, A. BARRADO, Diego, CALABUIG, Jordi. **Geografia mundial del turismo.** Madrid: Editorial Síntesis S.A., 2001.

REJOWSKI, Miriam. et al. Desenvolvimento do turismo moderno. In: _____ (Org.). **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002. p. 41-70.

_____. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Jobim Castor. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. 134 p.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309 p.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO PARANÁ – SETU. **Profissionais: Estatística do turismo no Paraná.** Disponível em: <http://www.pr.gov.br/turismo/estatistica_demanda_curitiba.pdf>. Acesso em 10. jan. 2006,

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2005.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. **Revitalizing Historic Urban Quarters.** Oxford: MPG Books, 1998. 234 p.

TIRAPELI, Percival. **Patrimônios da humanidade no Brasil – World heritage sites in Brazil**. São Paulo: Metalivros, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1999.

VAN BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *In*: **Ambiente e Sociedade**. vol. 7. nº 1. Campinas. jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

YOSHIDA, Ernesto. Curitiba – 1º lugar: A qualidade que faz diferença. **Portal Exame**. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/economia/m0043956.html>>. Acesso em: 30. dez. 2006.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

CARMONA, Mathew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve. **Public Places – Urban Spaces: The dimensions or urban design**. Oxford: Elsevier, 2006. 312 p.

COBOS, Valdir José. **As atividades turísticas e recreativas e o processo de transformação espacial em lagos artificiais de represas hidrelétricas: O caso dos lagos Salto Osório e Salto Santiago no Rio Iguaçu – PR**. 2003, 134 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990. 150 p.

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard; AIREY, David. The Core of Heritage Tourism. *In: Annals of Tourism Research*. Oxford: Pergamon Press. vol. 30. nº 1. p. 238-254, 2003.

APÊNDICE 1 – PONTOS TURÍSTICOS DA CIDADE DE CURITIBA

PONTOS TURÍSTICOS DA CIDADE DE CURITIBA

1. Bosque do Alemão;
2. Bosque Gutierrez / Memorial Chico Mendes/Teatro de Bonecos;
3. Bosque do Papa / Memorial Polonês;
4. Bosque de Portugal;
5. Bosque da Fazendinha;
6. Bosque Capão da Imbuia / Museu de História Natural;
7. Bosque Reinhard Maack;
8. Bosque São Cristóvão / Italiano;
9. Jardim Botânico;
10. Parque Barigüi;
11. Parque da Barreirinha;
12. Parque Iberê de Matos / Bacacheri;
13. Parque do Passaúna;
14. Parque Tanguá;
15. Parque Tingüi / Memorial Ucraniano;
16. Passeio Público / Memorial Árabe;
17. Parque São Lourenço;
18. Parque dos Tropeiros;
19. Parque Iguaçu / Zoológico;
20. Praça do Japão;
21. Praça Tiradentes;
22. Fonte de Jerusalém;
23. Fonte da Memória;
24. Fonte Maria Lata D'água;
25. Fonte Mocinhas da Cidade;
26. Memorial de Curitiba;
27. Museu Ferroviário;
28. Museu Oscar Niemeyer;
29. Ópera de Arame / Pedreira Paulo Leminski / Parque das Pedreiras;
30. Ordem Rosacruz;
31. Casa Culpi;
32. Centro de Convenções;
33. Centro Cívico;
34. Farol do Saber / Farol da Cidade;
35. Rua 24 Horas;
36. Rua da Cidadania;
37. Rua das Flores;
38. Estação Rodoferroviária / Mercado Municipal;
39. Ruínas de São Francisco;
40. Portal Italiano / Santa Felicidade;
41. Setor Histórico;
42. Teatro Guaira;
43. Teatro Paiol;
44. Torre Panorâmica;
45. Universidade Federal do Paraná;
46. Universidade Livre do Meio Ambiente.

Fonte: Site institucional da Prefeitura Municipal de Curitiba. Instituto Municipal de Turismo - Curitiba Turismo, 2006.

APÊNDICE 2 – DIRETRIZES E PROBLEMA DA DISSERTAÇÃO

DIRETRIZES E PROBLEMA DA DISSERTAÇÃO

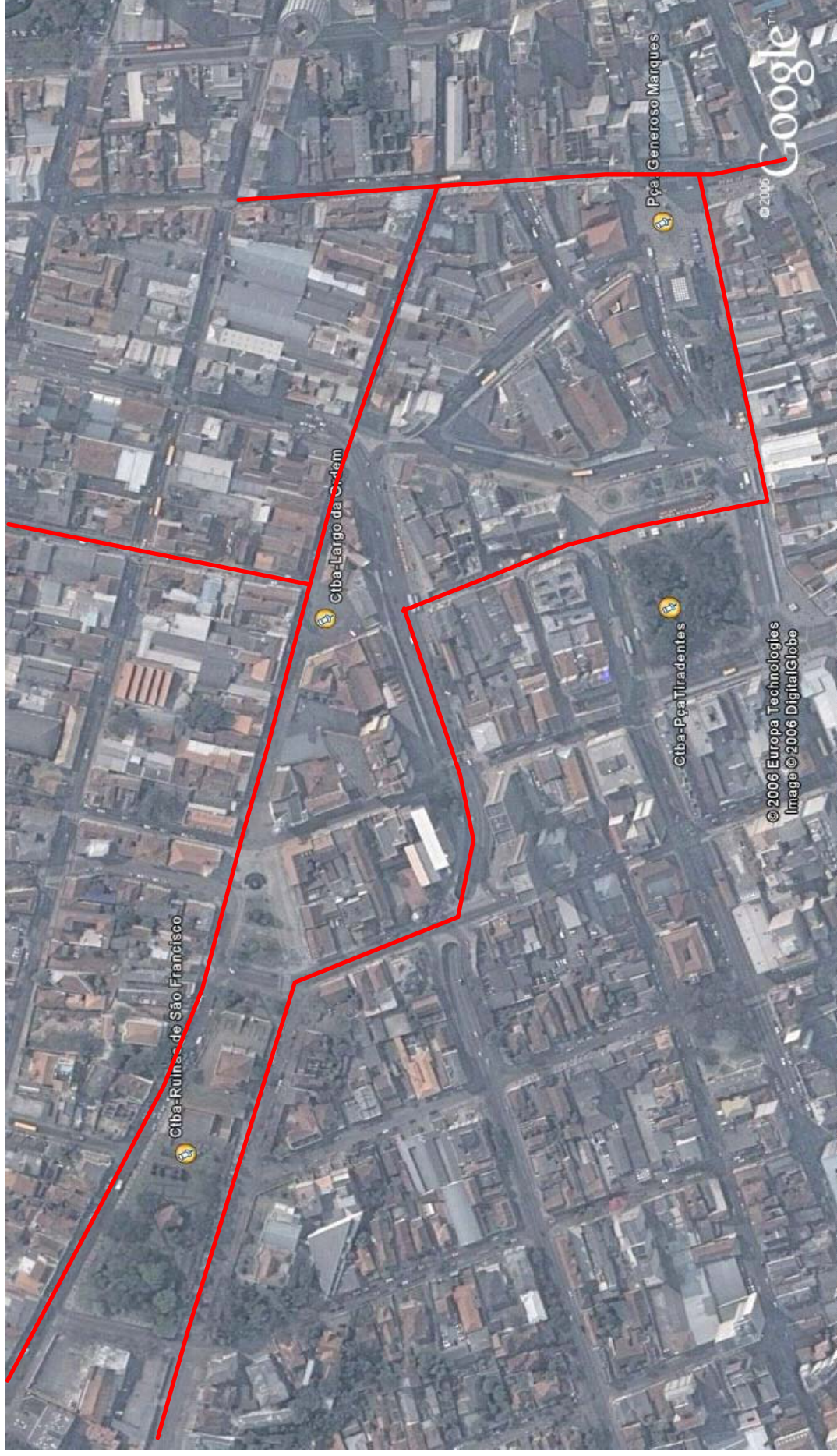
Quais são as diretrizes utilizadas para formatação de políticas públicas que valorizem a preservação do patrimônio histórico dos municípios, e que incentivem o turismo local, propiciando um desenvolvimento econômico e social em razão desta atividade?

DIRETRIZES PARA FORMATAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ----- COMPONENTES DO PROBLEMA DA PESQUISA	Preservação do bem edificado	Manutenção do prédio em condições mínimas de uso:	Valor histórico e moral das construções em função do tempo e do estado em que se encontram	Iseção do IPTU (imposto municipal)	Incentivos (poucos) à criação de novas fontes de renda pela legislação observada
Valorização e preservação do Patrimônio Histórico	Lei nº 2828/66; Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba/1970; Decreto nº 1.160/71; Plano Acervo RMCTBA/77; Decreto nº 1.547/79; Lei nº 6.337/82; Lei nº 7.833/91; Decreto nº 380/93; Projeto Cores da Cidade/95-96; Projeto Revivendo Curitiba/97; Decreto nº 185-186/2000;	Lei nº 2828/66; Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba/1970; Decreto nº 1.547/79	Lei nº 6.337/82; Decreto nº 380/93; Projeto Cores da Cidade/95-96; Projeto Revivendo Curitiba/97; Decreto nº 185-186/2000;		
Incentivo ao Turismo local	Plano Acervo RMCTBA/77; Transformação do palacete Barão do Cerro Azul no Solar do Barão/83; Lei nº 7.833/91; Decreto nº 380/93; Projeto Cores da Cidade/95-96; Projeto Revivendo Curitiba/97; Decreto nº 185-186/2000;		Lei nº 4.335/72; Decreto nº 380/93; Projeto Cores da Cidade/95-96; Projeto Revivendo Curitiba/97; Decreto nº 185-186/2000;	Decreto nº 161/81;	
Desenvolvimento Econômico				Decreto nº 161/81;	Parque São Lourenço no Centro de Criatividade de Curitiba/73; Lei nº 5.234/75
Desenvolvimento Social					Lei nº 4.199/72; Parque São Lourenço no Centro de Criatividade de Curitiba/73; Lei nº 5.234/75; Transformação do palacete Barão do Cerro Azul no Solar do Barão/83

Fonte: Elaboração própria, 2007.

**APÊNDICE 3 – ÁREA DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO SETOR HISTÓRICO
DE CURITIBA**

Área do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba

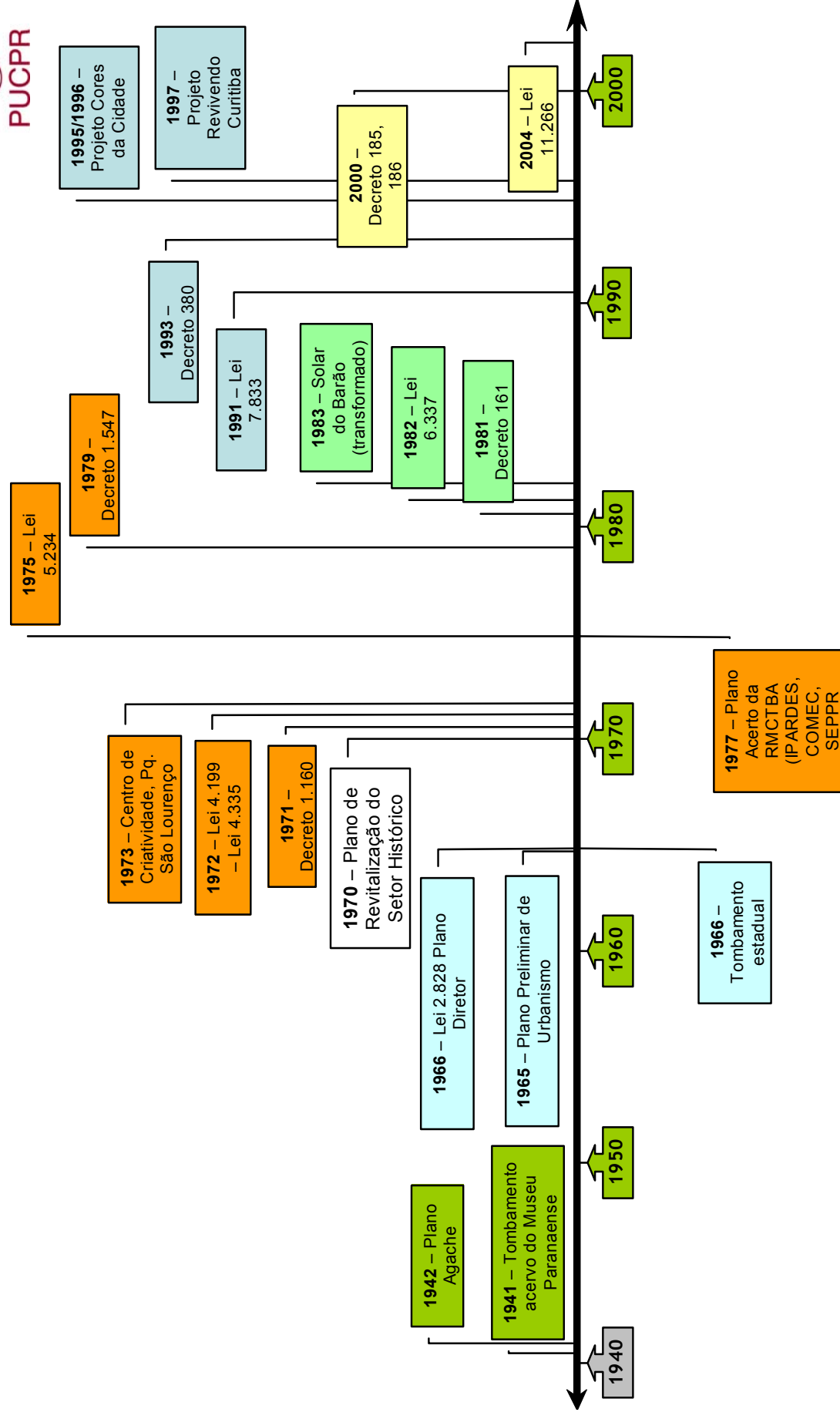


**APÊNDICE 4 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA – PATRIMÔNIO E BENS
CULTURAIS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ PPGTU - Mestrado em Gestão Urbana



PUCPR



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA - PATRIMÔNIO E BENS CULTURAIS